



**Relatório da Administração e
Demonstrações Financeiras
2022**

M. Dias Branco



SUMÁRIO

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

MENSAGEM DO PRESIDENTE.....	3
A M. DIAS BRANCO	5
CONTEXTO DE MERCADO	8
DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO.....	10
MERCADO DE CAPITAIS	19
GESTÃO AMBIENTAL, SOCIAL E DE GOVERNANÇA (ESG)	20
INFORMAÇÕES ADICIONAIS	28
RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES	29
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	34
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	42
DECLARAÇÕES DOS DIRETORES E RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA	126

MENSAGEM DO PRESIDENTE

Caros leitores,

O ano de 2022 foi marcado pelo triste cenário de conflitos na Ucrânia, além da lamentável tragédia humanitária que gerou incertezas no cenário macroeconômico mundial e elevou substancialmente o preço das *commodities* agrícolas, impactando diretamente o valor das principais matérias-primas por nós utilizadas em nossos processos produtivos. Contudo, mesmo nesse ambiente complexo e de limitada previsibilidade, através de uma gestão eficiente, disciplina austera de custos e despesas e constante aprimoramento do nosso nível de serviço, aliados à nossa resiliência e crença inabalável em nosso país e em nosso segmento de atuação, conseguimos atingir um Ebitda de R\$ 900,4 milhões, 31,7% superior ao de 2021.

A receita líquida cresceu 29,6%, alcançando a marca histórica de R\$ 10 bilhões, com crescimento de dois dígitos em todas as categorias e em todas as regiões do País, fechando o ano com participação de mercado superior à registrada em 2021 em biscoitos, massas e farinha de trigo doméstica.

Fiéis à nossa estratégia na alocação de capital, encerramos o ano com 75% da nossa dívida no longo prazo, Rating AAA Perspectiva Estável e alavancagem de 1,8x, dentro de um intervalo que nos habilita a seguirmos com nosso plano de investimento para viabilizar nosso crescimento e expansão.

O ano também foi marcado pela distribuição recorde de proventos. Além da distribuição fixa trimestral, realizamos uma distribuição extraordinária de Juros Sobre Capital Próprio, mostrando que a M. Dias Branco está atenta às demandas dos nossos acionistas. O desempenho das nossas ações no mercado financeiro mostrou um crescimento de 52,5% em relação ao ano de 2021.

Seguindo nossa estratégia de crescimento, destacamos as aquisições da Jasmine e da uruguaia Las Acacias, que representam, respectivamente, nosso fortalecimento no mercado de produtos saudáveis e a ampliação do processo de internacionalização, que já vem se destacando com o crescimento das exportações, e, agora, contamos com uma unidade no exterior.

Todos esses importantes resultados foram alcançados a partir do alinhamento de nossas ações ao que prevê nossa estratégia de crescimento com rentabilidade. É importante ressaltar que, para pormos em prática essa estratégia, direcionamos a Companhia especialmente para as seguintes vertentes: nutrição e saudabilidade; conveniência e praticidade; e indulgência.

Na linha de nutrição e saudabilidade, com a finalidade de oferecer produtos voltados para o bem-estar e um estilo de vida saudável, destacamos a já mencionada aquisição da Jasmine, especializada em alimentos integrais, orgânicos, sem glúten, sem lactose e zero açúcar. Com essa aquisição, tornamo-nos líderes no mercado nacional de granolas, pães sem glúten e cookies integrais.

Em relação à conveniência e praticidade, avançamos na utilização de embalagens mais acessíveis e que potencializam a manutenção da qualidade sensorial dos produtos, aumentando o nível de conservação. Essa vertente busca atender à tendência do consumidor de, cada vez mais, buscar produtos que lhe proporcionem praticidade para consumo dentro e fora de casa, garantindo a integridade da qualidade e maior possibilidade de acesso.

No que tange à indulgência, trabalhamos para disponibilizar ao consumidor produtos saborosos, que proporcionem satisfação e bem-estar pela alta qualidade e inovação. Em 2022, destacamos o lançamento da nova linha de Tortinhas Crostata, das marcas Adria e Isabela, que se notabiliza pelo formato, casquinha crocante e sabores exclusivos, combinando recheios e geleias, que remetem às tortas típicas italianas.

O ano de 2022 também foi marcado por relevantes investimentos em marketing, para fortalecimento de nossas marcas, por meio de diversas campanhas e lançamentos de produtos. Foram 85 novos produtos lançados, como resultado dos nossos investimentos em inovação. Além disso, revisitamos nossa estrutura organizacional da área comercial.

A transformação digital foi uma pauta relevante nesse ano, com investimentos que estão modernizando toda nossa operação. Com o projeto que denominamos “Simplifique”, estamos simplificando, aprimorando e transformando processos, com o cliente no centro da discussão e promovendo o uso de metodologias ágeis e de ferramentas tecnológicas modernas.

Avançamos nas ações da nossa Agenda Estratégica de Sustentabilidade, em que nos comprometemos com metas públicas até 2030. No pilar ambiental, evoluímos na nota do Índice Carbon Disclosure Project (CDP) para categoria B, no Morgan Stanley Capital International (MSCI) para AA e nos mantivemos na carteira do Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) da B3. Como parte da estratégia de descarbonização, diversificamos nossa matriz energética a partir da utilização de fontes renováveis em nosso processo produtivo, que, além de trazer benefícios ao meio ambiente, garante-nos redução de custos operacionais.

No pilar social, impactamos diretamente milhares de pessoas com nosso programa de capacitação e empreendedorismo no setor alimentício. Continuamos investindo intensamente na capacitação, treinamento e valorização de nossos colaboradores, inclusive cerca de 25% do total de vagas abertas em 2022 foram preenchidas por nossos talentos internos, valorizando a meritocracia e gerando incentivo e satisfação com crescimento de carreira. Também contribuímos fortemente com a doação de alimentos para minimizar a fome e o agravamento da situação de vulnerabilidade das famílias, especialmente das vítimas das fortes chuvas que assolaram Pernambuco, estimulando, inclusive, o voluntariado de nossos colaboradores.

Nossa governança continua cada vez mais fortalecida. Reforçamos o mapeamento e mitigação dos riscos estratégicos, com destaque para consolidação do nosso Plano de Continuidade de Negócios e definição dos Comitês de Crise e Continuidade. Somos signatários do Pacto Empresarial pela Integridade e Contra a Corrupção, vinculado ao Instituto Ethos, e, em 2022, evoluímos na avaliação do Instituto acerca do monitoramento de nossa governança e combate à corrupção.

Ainda em 2022, recebemos a certificação internacional Quality Assessment (QA) do Instituto de Auditores Internos do Brasil (IIA Brasil), afiliado do The IIA (The Institute of Internal Auditors), reconhecida associação internacional, fundada em 1941. Entendemos que a obtenção da referida certificação representa mais um avanço do nosso sistema de governança corporativa e atesta que a Companhia cumpre os mais destacados padrões internacionais em auditoria interna.

Para concluir, reforço que todos que fazemos parte da M. Dias Branco permaneceremos unidos, coesos e determinados para fazer cumprir nosso propósito de “sonhar, realizar e crescer”.

Ivens Dias Branco Júnior

Presidente

A M. DIAS BRANCO

A M. Dias Branco S. A. Indústria e Comércio de Alimentos é uma empresa de capital aberto, com ações listadas na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão no segmento Novo Mercado (MDIA3). Líder nos mercados de biscoitos, massas, granolas, cookies saudáveis e pães sem glúten no Brasil, atua na industrialização, comércio e distribuição de produtos alimentícios, com o propósito de alimentar e inspirar as pessoas, transformando sonhos em realidade.

O posicionamento e a identidade organizacional da Companhia são traduzidos em três palavras: Sonhar, realizar, crescer. Esse posicionamento faz referência à história de quase 70 anos, honrando ao passado, conectando-se com os desafios do presente e comunicando os desejos para o futuro.

Missão

Oferecer alimentos de qualidade, inovadores, saudáveis, nutritivos, saborosos e com preços competitivos, proporcionando o bem-estar e a felicidade das pessoas.

Visão

Ser uma grande empresa de alimentos do Brasil, com presença global, atuação diversificada, crescimento sustentável e respeito às nossas origens.

Valores

Simplicidade nas relações e na busca por soluções práticas;

Atitude para inovar e fazer acontecer;

Colaboração para o crescimento do negócio;

Respeito às pessoas e ao bem comum;

Excelência em tudo que fazemos.

No modelo de negócio da M. Dias Branco, destaca-se moderno parque de produção e plantas estrategicamente localizadas em todo o país, portfólio de marcas fortes com abrangência nacional e internacional, além de solidez financeira e forte geração de caixa para sustentar a estratégia de crescimento.

Em seu portfólio, a Companhia possui mais de 20 marcas, contemplando Adria, Basilar, Bonsabor, Estrela, Isabela, Finna, Fortaleza, Medalha de Ouro, Pelaggio, Pilar, Piraquê, Predilieto, Puro Sabor, Richester, Salsitos, Vitarella, Zabet, dentre outras, e as últimas aquisições Fit Food, Frontera, Smart e Taste&Co, Jasmine e Las Acacias. A grande diversidade de marcas visa atender aos diferentes perfis de consumidor e atua de forma complementar em diferentes mercados e categorias de produtos.

As principais categorias de produtos são biscoitos, massas, farinhas e farelos de trigo e margarinas e gorduras, além de outras linhas de produtos, como bolos, misturas para bolos, snacks e torradas. Com as aquisições da Latinex e Jasmine em 2021 e 2022, respectivamente, a Companhia reforçou a presença em *healthy foods* (saudabilidade) e *snacks*, além de entrar nos segmentos de molhos, temperos e condimentos, enquanto a aquisição da Las Acacias, também em 2022, fortaleceu a estratégia de internacionalização da Companhia.



RECONHECIMENTO

Ao longo de 2022, as práticas de gestão e de mercado da M. Dias Branco foram reconhecidas por algumas entidades. Nesse sentido, destaca-se a seguir alguns prêmios e reconhecimentos:



Prêmio **Top of Mind** na categoria **Massas** com a marca **Adria**, pelo terceiro ano



TOP 10 entre empresas de bens de consumo e alimentação que mais se relacionam com *startups* no País.



Ranking **d'As 100+ Inovadoras no uso de TI de 2022**, entre as empresas que melhor utilizam a tecnologia para executar projetos inovadores.



Índice Teva Mulheres na Liderança®, primeiro no Brasil que seleciona as empresas com maior representatividade de mulheres na governança.



Evolução do rating **ESG** para **AA** na avaliação **MSCI ESG Ratings**.



Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) da **B3**, pelo terceiro ano consecutivo.

ESTRATÉGIAS E PERSPECTIVAS

A Companhia segue avançando na execução do Direcionamento Estratégico e dos projetos que viabilizarão o alcance dos objetivos de longo prazo. O crescimento e a rentabilidade continuam sendo as prioridades e seu alcance está estruturado em três pilares:

- 📌 **Negócio atual:** crescer em regiões, categorias de produtos e canais de vendas em que há oportunidade de aumentar a participação de mercado;
- 📌 **Outras categorias:** ingressar em novos segmentos de mercados, com foco em ampliar o portfólio, com marcas e produtos de maior valor agregado, elevando as margens atuais;
- 📌 **Internacionalização:** expandir a presença no mercado global, seja com o crescimento das exportações ou mantendo operações em outros países.

Em 2022, no primeiro pilar, foi realizado um conjunto de iniciativas, como precificação inteligente com redução de peso e novos formatos de embalagens, expansão nacional da marca Piraquê, diversificação dos canais de atuação, com destaque para o *e-commerce*, e avanço no aprimoramento da execução comercial no ponto de venda com o conceito de Loja Perfeita, potencializando o avanço do sortimento prioritário e dos itens estratégicos para garantir a eficiência na sustentação das margens.

Em relação ao segundo pilar, a aquisição da Jasmine amplia de forma significativa o portfólio de produtos da M. Dias Branco, especialmente nos segmentos de alimentos saudáveis, que possuem um maior valor agregado. A Jasmine é líder em granolas, cookies saudáveis e pães sem glúten no Brasil.

Em internacionalização, destaque para a aquisição da Las Acacias em 2022, empresa fundada em Montevidéu em 1952, que figura entre as três principais marcas de massas no Uruguai. O portfólio inclui também molhos, mistura para bolos, entre outros itens. Essa é a primeira operação inorgânica da Companhia fora do país, com grandes possibilidades de sinergia no segmento de massas alimentícias.

PESQUISA E DESENVOLVIMENTO (P&D)

Inovação, desenvolvimento e pesquisa são pilares importantes para a M. Dias Branco, que alinhamos ao objetivo de gerar valor a consumidores e investidores, dedica-se atenção às tendências de mercado, à otimização de fórmulas e processos e ao desenvolvimento tecnológico.

Ao longo do ano, foram lançados 85 novos produtos, sendo 50 para o mercado interno e 35 para exportação, e que somados aos lançamentos dos últimos 24 meses, totalizaram R\$ 369 milhões em receita da Companhia.

Destaca-se também o foco para projetos de reduções de custo e otimizações, gerando uma economia superior a R\$ 40,0 milhões entre otimizações de processos e melhorias de produtos e embalagens. O investimento total em P&D e inovação aberta no ano foi de R\$ 15,9 milhões.

O Germinar, programa de relacionamento com startups que busca soluções para o negócio atual e em novos negócios, concluiu sua 4ª edição com mais de 260 startups e grupos de pesquisa mapeados e inscritos. Após todas as fases de filtro e seleção, sete pilotos foram executados e quatro deles vão continuar o relacionamento com a Companhia, com taxa de conversão de 57%.

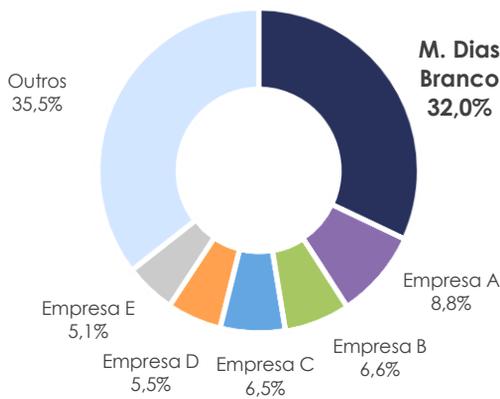
Em 2023, será iniciada a 5ª edição do Programa Germinar buscando aperfeiçoar o contato com o ecossistema de inovação, por meio de desafios autônomos para diferentes áreas e mais ciclos ao longo no ano.

CONTEXTO DE MERCADO

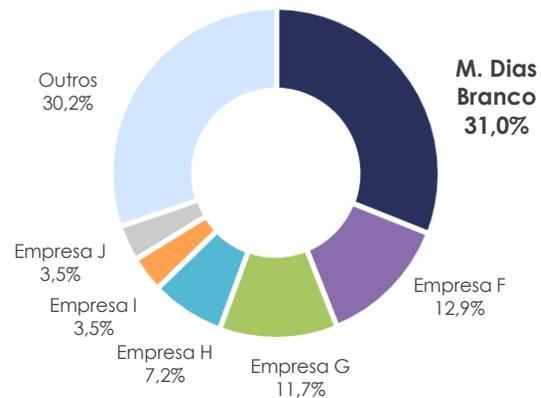
MARKET SHARE

A M. Dias Branco ocupa a posição de liderança nos mercados de biscoitos e massas no Brasil, cuja participação de mercado em volume de vendas no ano de 2022 foi de **32,0%** em biscoitos (32,0% em 2021) e **31,0%** em massas (30,5% em 2021). Os gráficos abaixo apresentam o *market share* da M. Dias Branco e dos principais concorrentes no período acumulado de janeiro a dezembro de 2022.

Market Share Biscoitos* - Brasil
(% de volume vendido)



Market Share Massas* - Brasil
(% de volume vendido)

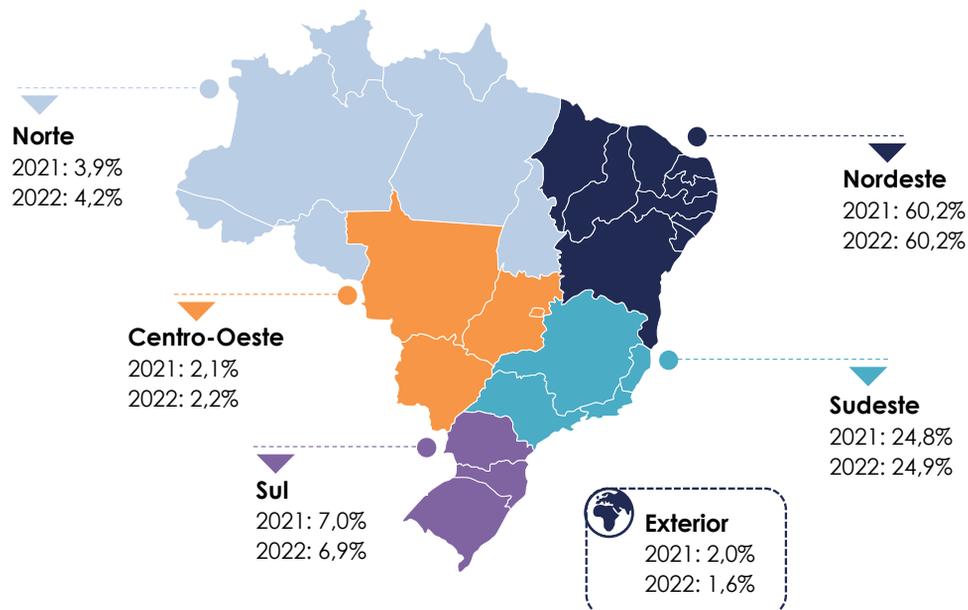


*Fonte: Nielsen – Retail Index, Total Brasil, INA+C&C. Categoria Biscoitos e Massas.

VENDAS POR REGIÃO E CANAL

A Companhia mantém a estratégia de diversificação geográfica das vendas. Em 2022, **64,4%** das vendas ocorreram na área de Defesa (regiões Norte e Nordeste) e **34,0%** na área de Ataque (regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste). As exportações se mantiveram em níveis elevados (**1,6%** em 2022). Destaque para aquisição da Las Acacias em 2022, reforçando a estratégia de internacionalização.

Vendas por Região (% da Receita Bruta deduzida de descontos e devoluções)



Em relação aos canais de vendas, houve crescimento de receita em todos os canais de 2022 em relação ao ano anterior.

Destaque para o aumento de representatividade de Key Account/Redes Regionais, canal estratégico para construção e fortalecimento das marcas, e Distribuidores, com foco em aumentar a capilaridade de distribuição na região de Ataque (Sul, Sudeste e Centro-Oeste).

Mix de Clientes	2022	2021	Variação
Varejo	19,1%	21,4%	-2,3 p.p
Atacado	18,2%	18,7%	-0,5 p.p
Key Account/Rede Regional	22,5%	20,9%	1,6 p.p
Cash & Carry	22,9%	22,2%	0,7 p.p
Distribuidores	11,3%	9,7%	1,6 p.p
Indústria	3,0%	3,6%	-0,6 p.p
Outros	3,0%	3,5%	-0,5 p.p
TOTAL	100,0%	100,0%	

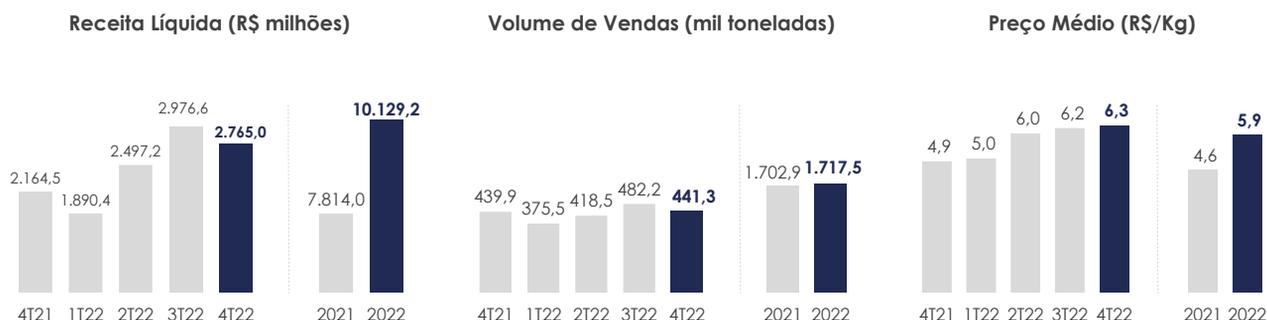
Nota: Mix de clientes, considerando a receita bruta deduzida de descontos e devoluções. Ressalta-se que houve revisão da classificação dos clientes por canais de vendas, com representação dos valores referentes a 2021.

Maiores Clientes		Vendas 2022 (R\$ milhões)*	Participação na receita bruta deduzida de descontos e devoluções (%)	
Seqüência	Acumulado		Na Faixa	Acumulada
Maior Cliente	1	1.051,6	8,8%	8,8%
49 Subsequentes	50	3.676,4	30,9%	39,7%
50 Subsequentes	100	967,8	8,1%	47,8%
900 Subsequentes	1.000	3.730,2	31,4%	79,2%
Demais Clientes	Todos	2.466,7	20,8%	100,0%
TOTAL		11.892,7		

*Receita bruta deduzida de descontos e devoluções.

DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

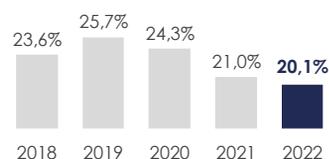
Em 2022, a M. Dias Branco atingiu receita líquida de **R\$ 10,1 bilhões**, **29,6%** maior que o ano anterior, fruto do aumento do preço médio e dos volumes em **28,5%** e **0,9%**, respectivamente.



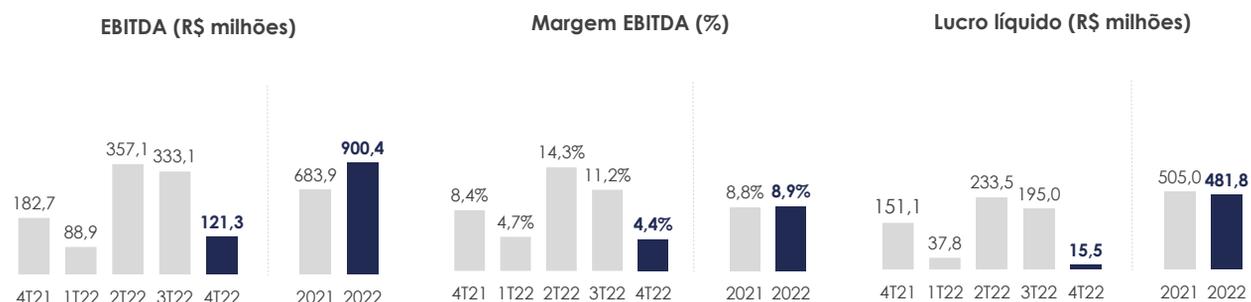
Ao longo do ano, a Companhia concentrou esforços em iniciativas e medidas para o crescimento dos volumes e aumento sequencial do preço médio, dentre elas, estão lançamentos de novos produtos e crescimento em marcas de alto valor agregado, como a marca Piraquê, além do resultado das aquisições de Jasmine (set/22) e Latinex (nov/21), que reforçaram o portfólio de *snacks* e saudáveis, com itens de preço médio superiores à média da M. Dias Branco.

Com relação aos custos, a elevação dos preços de trigo e óleo, fruto da guerra entre Rússia e Ucrânia, impactou negativamente o resultado no decorrer do ano, com maior intensidade no 4T22. Já nas despesas com vendas e administrativas (SG&A), a representatividade de **20,1%**, inferior aos **21,0%** de 2021, reforça os ganhos de produtividade e eficiência capturados nos últimos anos, conforme demonstrado no gráfico ao lado.

Despesas com Vendas e Administrativas (% RL)



Como resultado, a Companhia registrou EBITDA de **R\$ 900,4 milhões** (+31,7% vs. 2021), com **8,9%** de margem EBITDA (8,8% em 2021) e lucro líquido de **R\$ 481,8 milhões** (-4,6% vs. 2021).



Apresenta-se a seguir os principais indicadores de resultados consolidados de 2022 em comparação com 2021, reafirmando o compromisso da M. Dias Branco com a criação de valor em longo prazo para seus acionistas e contemplando os resultados de Latinex, Jasmine e Las Acacias a partir de nov/21, set/22 e nov/22, respectivamente.

Principais indicadores	2022	2021	AH%
Receita Líquida (R\$ milhões)	10.129,2	7.814,0	29,6%
Volume de Vendas Total (mil toneladas)	1.717,5	1.702,9	0,9%
Volume de Vendas de Biscoitos (mil toneladas)	520,5	519,4	0,2%
Volume de Vendas de Massas (mil toneladas)	357,4	373,0	-4,2%
Market Share de Biscoitos (volume)*	32,0%	32,0%	0 p.p
Market Share de Massas (volume)*	31,0%	30,5%	0,5 p.p
Lucro Líquido (R\$ milhões)	481,8	505,0	-4,6%
EBITDA (R\$ milhões)	900,4	683,9	31,7%
Margem EBITDA	8,9%	8,8%	0,1 p.p
Caixa (Dívida) Líquidos (R\$ milhões)	(1.580,4)	(140,4)	n/a
Caixa (Dívida) Líquidos / EBITDA (últ. 12 meses)	(1,8)	(0,2)	n/a
Capex (R\$ milhões)	280,2	208,1	34,6%
Disponibilidades líquidas geradas pelas atividades operacionais	106,6	924,8	-88,5%

Nota: Os valores apresentados foram rev isados pela Nielsen.

RECEITA LÍQUIDA

Em 2022, a receita líquida cresceu **29,6%** vs. 2021, fruto do aumento do preço médio de **28,5%** e dos volumes de **0,9%**. Destaque para o crescimento da receita de outras linhas de produtos em **104,1%**, reflexo das aquisições da Latinex e Jasmine, que introduziram novas categorias com produtos de alto valor agregado.

Linhas de Produto	2022			2021			Variações		
	Rec. Líquida	Peso	Preço Méd.	Rec. Líquida	Peso	Preço Méd.	Rec. Líquida	Peso	Preço Méd.
Biscoitos	5.137,8	520,5	9,87	3.960,4	519,4	7,62	29,7%	0,2%	29,5%
Massas	2.104,1	357,4	5,89	1.713,5	373,0	4,59	22,8%	-4,2%	28,3%
Farinha e Farelo	1.861,5	737,0	2,53	1.425,6	708,8	2,01	30,6%	4,0%	25,9%
Margarinas e Gorduras	681,2	80,8	8,43	545,7	85,8	6,36	24,8%	-5,8%	32,5%
Outras Linhas de Produtos**	344,6	21,8	15,81	168,8	15,9	10,62	104,1%	37,1%	48,9%
TOTAL	10.129,2	1.717,5	5,90	7.814,0	1.702,9	4,59	29,6%	0,9%	28,5%

*Receita líquida em R\$ milhões, peso líquido de devoluções em mil toneladas e preço médio líquido em R\$/Kg.

**Bolos, snacks, mistura para bolo, refrescos, torradas, produtos saudáveis, molhos e temperos.

Investimentos consistentes em lançamentos de novos produtos, ações comerciais e de marketing e atenção às tendências de mercado fazem parte da estratégia de fortalecimento das marcas.

Em 2022, destaque para os investimentos na marca Piraquê, com as campanhas “Isso tem um Quê de Piraquê” e “Aceita Cookies”; Vitarella, com a campanha “Abraça as diferenças”; Adria, com a campanha 360° focada na linha Grano Duro; Fortaleza, com a campanha “Espalhe o Amor que Fortalece”; Richester, com o espaço “#BoraExperimentar” e Isabela com “Tem Isabela tem História pra Contar”, além da primeira campanha da história da Fit Food, “Se joga no que é gostoso”.

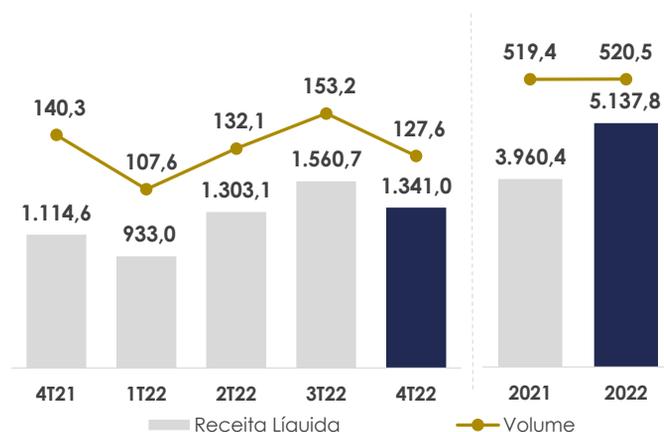
• **Biscoitos**

A receita líquida de biscoitos cresceu **29,7%** em **2022** vs. 2021, com o aumento do preço médio em **29,5%** e dos volumes em **0,2%**.

O crescimento dos volumes ocorreu principalmente na região de Ataque, com destaque para o Sudeste. O aumento ocorreu principalmente nas categorias de wafer, salgados e água e sal cream cracker.

Ressalta-se, ainda, a continuidade no aumento das vendas de cobertos, principalmente nas regiões Sudeste e Nordeste, em linha com a estratégia da Companhia de investimento em produtos de alto valor agregado.

Biscoitos - Receita Líquida (R\$ milhões) e Volume Líquido (mil toneladas)



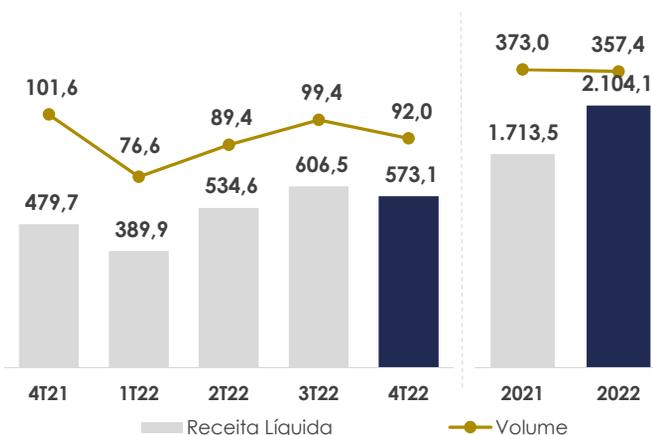
• **Massas**

Em massas, a receita líquida cresceu **22,8%** em **2022** vs. 2021, com o aumento do preço médio em **28,3%**, que compensou a retração dos volumes em **4,2%**.

A retração dos volumes ocorreu principalmente na região Nordeste e Exportações e nas categorias de massa comum e massa sêmola.

Por outro lado, vale destacar o aumento das vendas de massas com ovos e instantâneo, principalmente nas regiões Sudeste e Nordeste.

Massas - Receita Líquida (R\$ milhões) e Volume Líquido (mil toneladas)

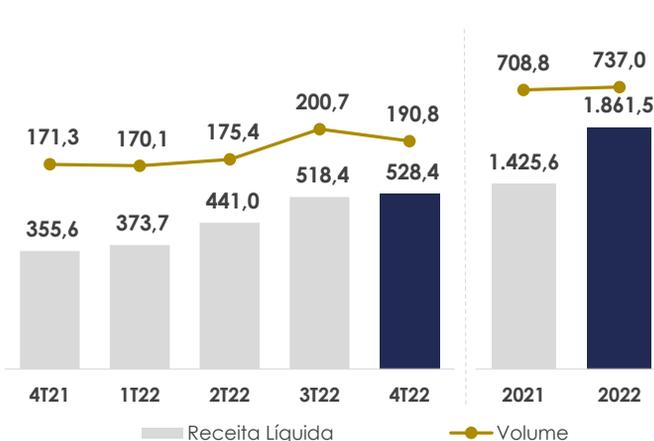


• **Farinha e Farelo**

Em **2022**, a receita líquida de farinha e farelo cresceu **30,6%** em relação a 2021, com o aumento do preço médio em **25,9%** e dos volumes em **4,0%**.

O crescimento é observado tanto para farinhas industriais quanto para farinhas domésticas, especialmente na região Nordeste.

Farinha e farelo - Receita Líquida (R\$ milhões) e Volume Líquido (mil toneladas)

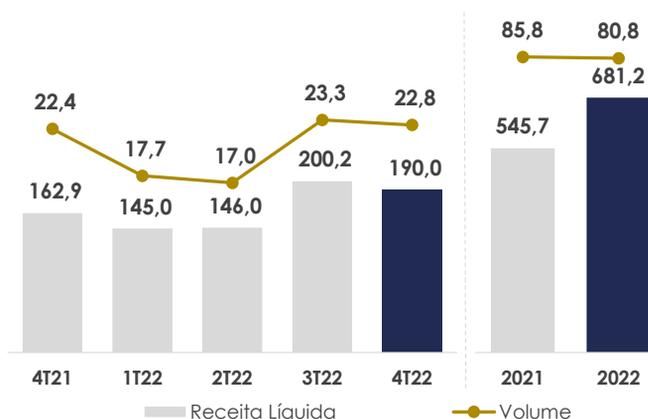


• **Margarinas e Gorduras**

A receita líquida de margarinas e gorduras cresceu **24,8%** em **2022** vs. 2021, com o aumento de **32,5%** no preço médio e retração de **5,8%** nos volumes.

A redução dos volumes ocorreu pela queda na subcategoria industrial, a qual foi compensada parcialmente pelo aumento dos volumes da subcategoria doméstica na região Nordeste e Exportações.

Margarinas e gorduras - Receita Líquida (R\$ milhões) e Volume Líquido (mil toneladas)



CUSTOS

Custos dos Produtos Vendidos (R\$ milhões)	2022	% RL	2021	% RL	AH%	AH -%RL
Matéria-Prima	5.582,1	55,1%	4.171,5	53,4%	33,8%	1,7 p.p.
Trigo	3.568,3	35,2%	2.630,7	33,7%	35,6%	1,5 p.p.
Óleo	1.196,8	11,8%	899,5	11,5%	33,1%	0,3 p.p.
Açúcar	278,2	2,7%	225,2	2,9%	23,5%	-0,2 p.p.
Farinha de Terceiros	8,0	0,1%	7,5	0,1%	6,7%	0 p.p.
Gordura de Terceiros	0,2	0,0%	1,7	0,0%	-88,2%	0 p.p.
Outros insumos	530,6	5,2%	406,9	5,2%	30,4%	0 p.p.
Embalagens	649,7	6,4%	530,5	6,8%	22,5%	-0,4 p.p.
Mão de obra	723,7	7,1%	646,0	8,3%	12,0%	-1,2 p.p.
Gastos Gerais de Fabricação	617,7	6,1%	514,0	6,6%	20,2%	-0,5 p.p.
Depreciação e Amortização	183,6	1,8%	184,5	2,4%	-0,5%	-0,6 p.p.
Custo das Mercadorias Vendidas	59,8	0,6%	1,5	0,0%	n/a	0,6 p.p.
Total	7.816,6	77,2%	6.048,0	77,4%	29,2%	-0,2 p.p.

Em 2022, os custos dos produtos vendidos cresceram **29,2%** em valores absolutos, representando **77,2%** da receita líquida (77,4% em 2021), reflexo principalmente do aumento no custo médio do trigo e do óleo, que incrementaram, respectivamente, **35,1%** e **29,4%**.

O aumento no custo dos principais insumos deve-se ao conflito entre Rússia e Ucrânia que impactou os resultados, principalmente no 4T22, conforme mencionado. Os gráficos na página a seguir mostram a evolução dos preços do trigo e do óleo de palma em US\$/Ton em 2021 e 2022.

TRIGO (US\$/TON.)



Preço Médio de Aquisição no Estoque M. Dias Branco x Preço de Mercado



ÓLEO DE PALMA (US\$/TON.)



*Fonte: Trigo - SAFRAS & Mercado; Óleo de palma - Rotterdam.

PRODUÇÃO E UTILIZAÇÃO DA CAPACIDADE DE PRODUÇÃO

Em 2022, o nível de utilização da capacidade totalizou **59,3%**, em linha com o nível de 2021, de 60,0%, mantendo níveis saudáveis que habilitam a estratégia de crescimento, com foco na expansão na região de Ataque (Sul, Sudeste e Centro-Oeste), no crescimento acelerado no mercado externo e na introdução de novas categorias e itens de maior valor agregado.

Produção Efetiva / Capacidade de Produção *	Biscoitos		Massas		Farinha e Farelo		Marg. e Gorduras		Outras Linhas de Produtos**		Total	
	2022	2021	2022	2021	2022	2021	2022	2021	2022	2021	2022	2021
Produção Total	543,9	531,1	363,7	380,0	1.509,0	1.493,1	175,8	176,0	20,1	16,3	2.612,5	2.596,5
Capacidade Total de Produção	943,4	896,5	551,7	562,7	2.503,7	2.470,9	360,0	360,0	47,2	36,3	4.406,0	4.326,4
Nível de Utilização da Capacidade	57,7%	59,2%	65,9%	67,5%	60,3%	60,4%	48,8%	48,9%	42,6%	44,9%	59,3%	60,0%

* Mil toneladas.

** Bolos, snacks, mistura para bolos, torradas, produtos saudáveis, molhos e temperos.

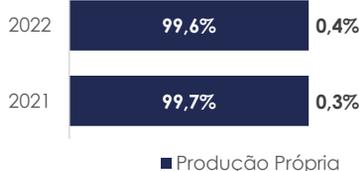
Nota: A Capacidade total de produção é a máxima que se consegue extrair dos equipamentos, considerando reduções provocadas pelas paradas de manutenção, tempo de setup, limpeza das linhas, restrições quanto à quantidade máxima de turnos admitidos nas plantas, etc.

VERTICALIZAÇÃO

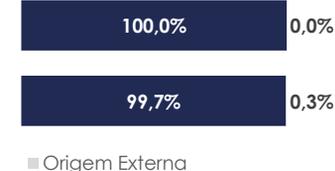
A Companhia produz a maior parte das duas principais matérias-primas utilizadas para a fabricação dos produtos. Em 2022, **99,6%** de toda a farinha de trigo e **100%** toda a gordura vegetal utilizadas no processo produtivo foram fabricadas internamente (99,7% e 99,7% em 2021, respectivamente).



Farinha de trigo



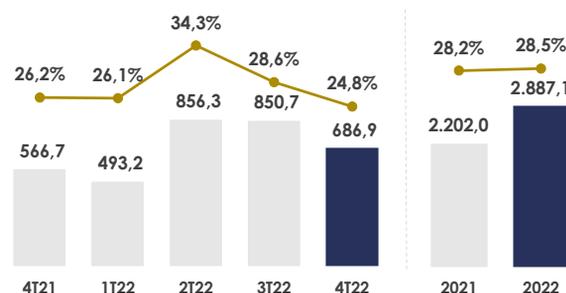
Gordura



LUCRO BRUTO

Em 2022 vs. 2021, o lucro bruto em valores nominais aumentou **31,1%** e a margem bruta subiu **0,3 p.p.**, passando de 28,2% em 2021 para **28,5%** em 2022. O crescimento reflete o aumento dos preços para compensar o maior custo das matérias-primas.

Lucro Bruto (R\$ milhões) e Margem Bruta (%)



DESPESAS OPERACIONAIS

As despesas operacionais seguem controladas, refletindo os ganhos de produtividade e eficiência capturados nos últimos anos. Como percentual da receita líquida, a Companhia encerrou 2022 com **22,7%**, redução de **0,3 p.p.** em relação ao ano de 2021.

O crescimento nominal de **28,5%** reflete o aumento da inflação, sobretudo em combustíveis, maiores investimentos em marketing e primarização, além da inclusão das despesas operacionais das empresas adquiridas e das despesas não recorrentes com as aquisições. Em outras receitas e despesas, o resultado foi impactado principalmente pela menor receita com créditos extemporâneos, que foi de **R\$ 25,2 milhões, 66% inferior a 2021.**

Despesas Operacionais (R\$ milhões)	2022	% RL	2021	% RL	AH%	AH -%RL
Vendas*	1.749,9	17,3%	1.400,9	17,9%	24,9%	-0,6 p.p.
Administrativas e gerais	287,7	2,8%	242,8	3,1%	18,5%	-0,3 p.p.
Doações	19,8	0,2%	27,1	0,3%	-26,9%	-0,1 p.p.
Tributárias	32,8	0,3%	30,8	0,4%	6,5%	-0,1 p.p.
Depreciação e amortização	133,6	1,3%	102,4	1,3%	30,5%	0 p.p.
Outras desp./ (rec.) operac.	80,4	0,8%	(10,3)	-0,1%	n/a	0,7 p.p.
TOTAL	2.304,2	22,7%	1.793,7	23,0%	28,5%	-0,3 p.p.

*Salários e benefícios, fretes e outras despesas com marketing, força de vendas e logística.

Nota: Na Demonstração do Resultado, as despesas com depreciação e amortização foram incluídas nas respectivas despesas com vendas e administrativas, e as despesas tributárias foram adicionadas às outras despesas (receitas) líquidas. Para maiores informações, consultar Nota Explicativa nº 29 das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

RESULTADO FINANCEIRO

Em 2022, a Companhia registrou resultado financeiro negativo de **R\$ 231,5 milhões**, frente ao resultado negativo de R\$ 19,8 milhões em 2021.

Resultado Financeiro (R\$ milhões)	2022	2021	AH%
Receitas Financeiras	332,0	280,2	18,5%
Despesas Financeiras	(563,5)	(300,0)	87,8%
TOTAL	(231,5)	(19,8)	1069,2%

A variação foi influenciada principalmente pelo aumento do endividamento de **R\$ 1,8 bilhão** para **R\$ 2,2 bilhões**, da redução das disponibilidades de **R\$ 1,6 bilhão** para **R\$ 0,6 bilhão** em 2022, e da alta do CDI que passou de **4,4%** em 2021 para **12,4%** em 2022, influenciando o aumento do custo da dívida, do custo de contratação de NDFs para as operações de hedge.

SUBVENÇÕES PARA INVESTIMENTOS

As subvenções para investimentos transitam pelo resultado em atendimento ao CPC 07 e IAS 20 – Subvenções Governamentais e se dividem em estaduais e federais.

As subvenções para investimentos estaduais, em sua maioria, são calculadas com base no valor do ICMS computado no custo de produção, e alocadas na Demonstração do Resultado do Exercício, abaixo do custo dos produtos vendidos. Em 2022, o montante reconhecido pela Companhia foi de R\$ 574,5 milhões (R\$ 436,0 milhões em 2021).

Além disso, a Companhia fez jus a R\$ 111,5 milhões (R\$ 94,8 milhões em 2021) a título de crédito presumido e, em outras receitas operacionais, reconheceu R\$ 3,8 milhões (R\$ 5,8 milhões em 2021) referente ao FUNDOPEM (Fundo Operação Empresa do Estado do Rio Grande do Sul), detalhado na Nota Explicativa nº 22 das demonstrações financeiras do exercício de 2022.

Quanto aos incentivos fiscais federais, estes são obtidos por realização de investimentos nas unidades industriais sediadas na área de atuação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) e alocadas na Demonstração do Resultado como dedução do imposto de renda da pessoa jurídica. A Companhia não utilizou o respectivo incentivo em 2022, pois não houve imposto de renda a pagar (R\$ 2,0 milhões em 2021).

EBITDA E LUCRO LÍQUIDO

A Companhia encerrou 2022 com EBITDA de **R\$ 900,4 milhões** (crescimento de **31,7%** vs. 2021), com margem de **8,9%** (8,8% em 2021) e lucro líquido de **R\$ 481,8 milhões** (-4,6% vs. 2021).

CONCILIAÇÃO DO EBITDA (R\$ milhões)	2022	2021	Variação
Receita Líquida	10.129,2	7.814,0	29,6%
Custos dos produtos vendidos - CPV	(7.816,6)	(6.048,0)	29,2%
Depreciação e Amortização sobre CPV	183,6	184,5	-0,5%
Subvenções para Investimentos Estaduais	574,5	436,0	31,8%
Despesas Operacionais	(2.304,2)	(1.793,7)	28,5%
Equivalência patrimonial	0,3	(11,3)	n/a
Depreciação e Amortização sobre Despesas	133,6	102,4	30,5%
EBITDA	900,4	683,9	31,7%
Margem EBITDA	8,9%	8,8%	0,1 p.p

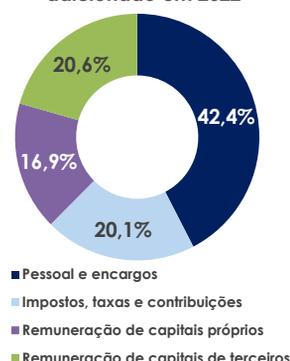
CONCILIAÇÃO DO EBITDA (R\$ milhões)	2022	2021	Varição
Lucro Líquido	481,8	505,0	-4,6%
Imposto de Renda e Contribuição Social	(130,6)	(125,8)	3,8%
Incentivo de IRPJ	0,5	(2,0)	n/a
Receitas Financeiras	(332,0)	(280,2)	18,5%
Despesas Financeiras	563,5	300,0	87,8%
Depreciação e Amortização sobre CPV	183,6	184,5	-0,5%
Depreciação e Amortização sobre Despesas	133,6	102,4	30,5%
EBITDA	900,4	683,9	31,7%
Margem EBITDA	8,9%	8,8%	0,1 p.p

VALOR ADICIONADO E DISTRIBUÍDO

Em 2022, o valor distribuído pela Companhia foi de **R\$ 2,8 bilhões**. O valor destinado a pessoal e encargos totalizou R\$ 1,2 bilhão, representando a parcela mais significativa, seguida da remuneração de capitais de terceiros; dos impostos, taxas e contribuições; e da remuneração de capitais próprios, conforme demonstrado a seguir:

Distribuição do valor adicionado (R\$ milhões)	2022	%AV	2021	%AV
Pessoal e encargos	1.209,0	42,4%	1.062,3	43,1%
Impostos, taxas e contribuições	571,7	20,1%	550,0	22,3%
Remuneração de capitais de terceiros	587,3	20,6%	348,0	14,1%
Remuneração de capitais próprios (Lucros retidos)	481,8	16,9%	505,0	20,5%
Total	2.849,8	100,0%	2.465,3	100,0%

Distribuição do valor adicionado em 2022



CAPITALIZAÇÃO, DÍVIDA E CAIXA

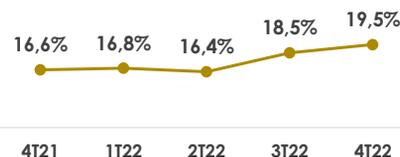
A Companhia encerrou o ano de 2022 com caixa de **R\$ 0,6 bilhão** (R\$ 1,6 bilhão no 4T21) e endividamento bruto de **R\$ 2,2 bilhões** (R\$ 1,8 bilhão no 4T21), resultando em uma alavancagem (dívida líquida pelo EBITDA últimos 12 meses) de **1,8x** (0,2x no 4T21).

Capitalização (R\$ milhões)	2022	2021	Varição
Caixa	648,0	1.555,9	-58,4%
Depósitos vinculados	69,6	-	n/a
Aplicações Financeiras de Curto Prazo	16,6	16,6	0,0%
Aplicações Financeiras de Longo Prazo	1,5	2,1	-28,6%
Endividamento Total	(2.226,5)	(1.767,5)	26,0%
(-) Curto Prazo	(561,9)	(116,0)	n/a
(-) Longo Prazo	(1.664,6)	(1.651,5)	0,8%
Instrumentos Financeiros a Receber (Pagar)	(89,6)	52,5	n/a
(=) Caixa Líquido (Dívida Líquida)	(1.580,4)	(140,4)	n/a
Patrimônio Líquido	6.708,7	7.032,4	-4,6%
Capitalização	8.935,2	8.799,9	1,5%

Indicadores Financeiros	2022	2021	Varição
Caixa (Dívida) Líquido / EBITDA (últ. 12 meses)	(1,8)	(0,2)	n/a
Caixa (Dívida) Líquido / PL	-23,6%	-2,0%	-21,6 p.p
Endividamento / Ativo Total	19,5%	16,6%	2,9 p.p

A Companhia encerrou 2022 com índice de endividamento sobre o ativo de **19,5%**, aumento de 2,9 p.p. em relação à posição final de 2021, conforme gráfico ao lado, influenciado pelo aumento no endividamento total em **26,0%**.

Endividamento sobre o Ativo (%)



A dívida líquida atingiu **R\$ 1.580,4 milhões** em 2022 (R\$ 140,4 milhões em 2021), com alavancagem (dívida líquida pelo EBITDA dos últimos 12 meses) foi de **1,8x** (0,2x em 2021).

(Caixa) Dívida líquidas (R\$ milhões) e Alavancagem

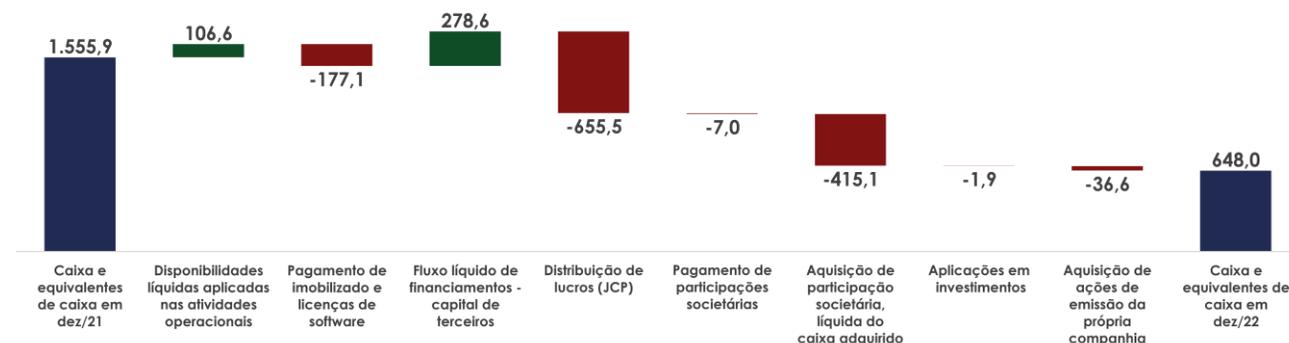


O crescimento da alavancagem deu-se, principalmente, pela distribuição extraordinária de JCP, pelas aquisições da Jasmine e Las Acacias e pelos investimentos em Capex.

No fechamento de 2022, **74,8%** da dívida registrada estava no longo prazo, enquanto **25,2%** encontram-se no curto prazo. Ressalta-se que a Companhia manteve o Rating AAA Perspectiva Estável, reafirmado pela Fitch pelo 5º ano consecutivo.

Assim, a Companhia encerrou 2022 com caixa e equivalente de caixas de **R\$ 648,0 milhões** (R\$ 1.555,9 milhões em 2021), conforme demonstrado no gráfico abaixo:

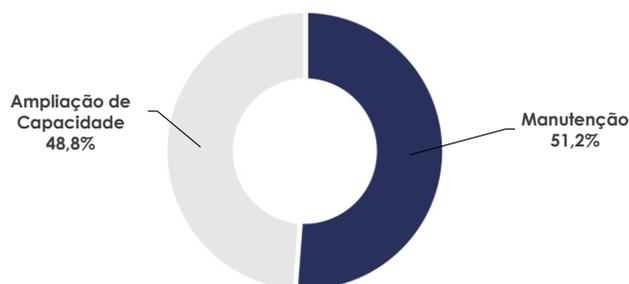
R\$ milhões



INVESTIMENTOS

Investimentos (R\$ milhões)	2022	2021	Variação
Instalações	35,4	23,1	53,2%
Máquinas e Equipamentos	125,1	95,9	30,4%
Obras Cíveis	27,1	41,6	-34,9%
Veículos	0,7	0,1	n/a
Computadores e Periféricos	8,5	6,7	26,9%
Móveis e utensílios	8,5	6,0	41,7%
Licença de Uso de Software	73,0	33,0	n/a
Outros	1,9	1,7	11,8%
Total	280,2	208,1	34,6%

Investimentos 2022 - R\$ 280,2 milhões



Os investimentos totalizaram **R\$ 280,2 milhões** em 2022, crescimento de **34,6%** vs. 2021, distribuídos entre expansão e manutenção. Destaque para os investimentos com a implantação do sistema SAP (projeto Simplifique) e adequação de maquinário para redução de gramatura e flow pack.

A Companhia mantém investimentos em sociedades controladas, cujas movimentações e detalhes estão relacionados na Nota Explicativa nº 10 das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

REMUNERAÇÃO DOS ACIONISTAS

O estatuto social da Companhia determina a distribuição de um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do art. 202 da lei nº 6.404/1976, bem como a possibilidade de crédito aos acionistas na forma de juros sobre o capital próprio, com observância dos limites previstos em lei. O montante dos juros sobre o capital próprio (JCP) deverá ser sempre imputado ao dividendo obrigatório.

A política de remuneração aos acionistas, aprovada em 2020, prevê percentual alvo de 60% (sessenta por cento) do lucro líquido ajustado relativo ao exercício de referência e frequência de 5 pagamentos ao ano, sendo 4 deles com valor fixado de R\$ 0,05 por ação e o quinto referente ao valor residual, após aprovação pela Assembleia Geral, que deliberará sobre as demonstrações financeiras do exercício em referência.

A Companhia não registrou base de distribuição de dividendos em 2022. No entanto, ressalta-se que além da distribuição fixa trimestral, foi realizada distribuição extraordinária de JCP no valor bruto total de R\$ 588,2 milhões, totalizando R\$ 655,5 milhões a título de JCP à conta de reservas para planos de investimento no ano (R\$ 67,5 milhões em 2021).

MERCADO DE CAPITAIS

A Companhia negocia suas ações na B3 (Brasil, Bolsa, Balcão) com o código MDIA3, listadas no segmento Novo Mercado, e que **valorizaram 52,5%** em 2022, enquanto o principal índice da Bolsa Brasileira (B3) **IBOV valorizou 4,7%**.

Em **29 de dezembro de 2022**, havia 66.662.942 ações em circulação no mercado, 19,7% do capital total da Companhia, cotadas a **R\$ 35,83** cada, totalizando **R\$ 2.388,5 milhões**. Destaque para o aumento da liquidez, com o crescimento do número médio de negócios de 6.263 em 2021 para **7.616** em 2022 e do valor financeiro médio diário de ações negociadas de R\$ 35,8 milhões em 2021 para **R\$ 45,4 milhões** em 2022.

Desempenho MDIA3 x IBOV (YTD)
01/01/2022 – 29/12/2022

MDIA3 (29/12/2022):
Ação: R\$ 35,83
Volume: R\$ 33,4 mi.
IBOV: 109.735



A M. Dias Branco faz parte de importantes índices: ISE (Índice de Sustentabilidade Empresarial), IBRA (Índice Brasil Amplo), IBRX 100 (índice Brasil 100), ICO2 (Índice Carbono Eficiente), ICON (Índice de Consumo), IGC (Índice de Governança Corporativa Diferenciada), IGC-NM (Índice de Governança Corporativa – Novo Mercado), IGCT (Índice de Governança Corporativa Trade), INDX (Índice do Setor Industrial), ITAG (Índice de Ações com *Tag Along* Diferenciado), SMLL (Índice *Small Cap*).

MDIA
B3 LISTED NM

IBRA B3

IBRX100 B3

ICO2 B3

ICON B3

IGC B3

IGC-NM B3

IGCT B3

INDX B3

ISE B3

ITAG B3

SMLL B3



GESTÃO AMBIENTAL, SOCIAL E DE GOVERNANÇA (ESG)

Os avanços socioambientais estão integrados ao processo decisório, aos mecanismos de avaliação internos e externos e à geração de valor para a Companhia, que tem como perspectiva continuar evoluindo nos aspectos ambientais, sociais e de governança.

Em 2022, ressalta-se a participação da Companhia na carteira do ISE - Índice de Sustentabilidade Empresarial da B3, pelo terceiro ano consecutivo, e evolução do rating ESG para AA na avaliação MSCI ESG Ratings. Destaque ainda para a revisão da Agenda Estratégica de Sustentabilidade, considerando os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) na definição de metas até 2030, impulsionando práticas sustentáveis em toda a cadeia de valor da empresa.

Assim, reforçando sua posição como empresa focada na agenda ESG, o Comitê ESG e o Conselho de Administração aprovaram os temas prioritários, indicadores, metas e governança, priorizando os temas agrupados nos três pilares que representam o ESG:

Cuidar do planeta

Gerenciar os impactos ambientais e promover a eficiência no uso dos recursos naturais.

- ↓ Água
- ↓ Energia
- ↓ Mudanças climáticas
- ↓ Resíduos
- ↓ Embalagens e materiais plásticos sustentáveis
- ↓ Combate à perda e ao desperdício de alimentos



Acreditar nas pessoas

Promover o desenvolvimento social e o bem-estar das pessoas.

- ↓ Relacionamento com as comunidades
- ↓ Capital humano
- ↓ Diversidade e inclusão
- ↓ Saúde e segurança
- ↓ Alimentos saudáveis e nutritivos
- ↓ Segurança de alimentos



Fortalecer alianças

Aprimorar a governança para um desenvolvimento sustentável em toda a nossa cadeia de valor.

- ↓ Riscos e oportunidades em sustentabilidade
- ↓ Governança, ética e integridade
- ↓ Cadeia de valor sustentável



No decorrer de 2022, foram realizadas diversas ações para disseminar a nova versão da Agenda Estratégica de Sustentabilidade, dentre elas, ressalta-se o Encontro de Sustentabilidade em nossas unidades fabris para disseminação junto aos líderes e colaboradores; o Fórum de Sustentabilidade e Desenvolvimento, evento aberto ao público, com o tema "Sustentabilidade: uma agenda estratégica inadiável"; e a realização do primeiro workshop para fornecedores para capturar sinergias e abordar o tema ESG.

A Gerência de Comunicação, Cultura e Sustentabilidade, ligada à Diretoria de Gente, Gestão e Sustentabilidade, e o Comitê Executivo de Sustentabilidade, ligado à Diretoria Estatutária, são as instâncias responsáveis por promover o engajamento de todos os colaboradores junto a agenda de sustentabilidade.

Todas as áreas de negócio apoiam a governança por meio de práticas, programas e projetos. Cada tema priorizado é tratado por meio de Grupos de Trabalho (GTs) multidisciplinares ou faz parte do escopo de atividade de uma área específica. Os resultados das iniciativas são reportados periodicamente ao Comitê de Sustentabilidade e ao nível diretivo nas reuniões mensais de Gerenciamento pelas Diretrizes (GPD).

A Política de Sustentabilidade estabelece o compromisso da M. Dias Branco em tornara sustentabilidade parte da cultura da Companhia, evidenciada nas decisões e práticas de negócio. O documento está alinhado ao propósito, missão, visão e valores e reforça os compromissos da Companhia na proteção e respeito das partes interessadas.

GESTÃO AMBIENTAL

A estratégia ambiental da Companhia tem como foco gerenciar os impactos ambientais e promover a eficiência no uso dos recursos naturais, pautada pelo conceito de desenvolvimento sustentável e atendendo aos dispositivos legais aplicáveis. Destaque para o comprometimento com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e com os Princípios do Pacto Global.

O compromisso de proteger o meio ambiente, prevenindo a poluição e fazendo uso sustentável de recursos, está documentado na Política do Sistema de Gestão Integrado (SGI), que engloba os impactos ambientais considerados significativos e os direcionadores na definição de objetivos ambientais.

ÁGUA

A Companhia adota ações para assegurar que as atividades sejam realizadas de forma a minimizar o grau de vulnerabilidade das fontes hídricas utilizadas, tais como redução do consumo e reaproveitamento de água e tratamento de efluentes. Em 2022, foram divulgadas duas metas públicas sobre o consumo de água até 2030: Redução do consumo de água para 0,40 m³/ton de produtos e atingimento de 30% de reaproveitamento de água.

A captação de água total em 2022 aumentou em 12% e o consumo de água cresceu em 7% em função de alguns fatores, como o volume de produção do período. Além disso, outros fatores também impactaram esses números: situações pontuais de perda por vazamentos e falhas em equipamentos; maior número de funcionários trabalhando presencialmente em relação ao período pandêmico; e inclusão dos volumes consumidos por equipamentos de terceiros indispensáveis para o funcionamento de unidades, a partir de revisão de controles internos.

Destaque para as medidas adotadas em 2022: manutenção dos sistemas de reaproveitamento de água; utilização de sistemas de captação de água de chuva; atuação rápida na tratativa contra

vazamento e perdas; e ações de conscientização, informando os resultados relativos ao uso dos recursos naturais para os *stakeholders*.

RESÍDUOS

O Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos (PGRS) da M. Dias Branco é o principal meio de gestão de resíduos e está alinhado às legislações aplicáveis e à sustentabilidade ambiental, tendo como principal objetivo a redução da geração de resíduos sólidos e a destinação mais sustentável, fomentada pelo Projeto Aterro Zero.

As iniciativas da Companhia são expressas em dois compromissos públicos até 2030: zerar a quantidade de resíduos enviados para aterros em todas as operações e recolher 28% de todas as embalagens no pós-consumo. Essa segunda meta está em processo de revisão devido à mudança na legislação que instituiu a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS).

Além disso, o índice de reciclagem de resíduos é um dos indicadores de desempenho e de bonificação do time de meio ambiente e da Gerência Corporativa de Meio Ambiente. Em 2022, foram geradas **44.770,79** ton. em resíduos (36.345,58 ton. em 2021).

A Companhia dispõe ainda de um processo robusto de qualificação de destinadores e transportadores de resíduos, evitando impactos negativos no processo, e realiza ações para assegurar que as atividades sejam realizadas de forma a minimizar o grau do impacto da geração e destinação de resíduos.

MUDANÇAS CLIMÁTICAS

As mudanças do clima constituem um tema material que integra a Agenda Estratégica de Sustentabilidade. Desde 2020, a Companhia realiza anualmente o inventário de gases de efeito estufa e, em 2022, finalizou a implantação do sistema especializado em gestão de emissões, com o objetivo de coletar mensalmente os resultados das principais fontes emissoras.

Destaca-se a evolução no Ranking do CDP Clima para o score B, que indica uma boa gestão e evolução da maturidade no tema. Além disso, a remuneração variável de executivos passou a ser atrelada às metas de mudança climática.

Em 2022, foi adquirida uma solução para integração das premissas da gestão de carbono na aprovação dos projetos, identificando o potencial de abatimento e precificação de carbono. Assim, a Companhia segue avançando em relação à definição de metas baseadas em ciência (*Science Based Targets Initiative*) que, após definidas, se tornarão públicas.

ENERGIA

A adoção de uma matriz energética limpa e sustentável é fundamental para obter resultados significativos relacionados à ação contra as mudanças climáticas. As iniciativas da Companhia são expressas pelo compromisso público de até 2030 ter 90% de toda energia elétrica consumida nas unidades oriundas de fonte renovável.

A iniciativa mais relevante nesse sentido foi a parceria firmada com a Omega Geração S.A., para a geração de energia renovável consumida pela empresa. A eficácia das medidas adotadas pela Companhia é verificada pela ampliação da participação de energia renovável na sua matriz elétrica, saindo de um patamar de 10,0% para 32,6% em 2022.

EMBALAGENS

A M. Dias Branco definiu como compromisso público, até 2030, tornar 100% das embalagens plásticas recicláveis e/ou compostáveis e/ou biodegradáveis. Atualmente, 96,79% das embalagens da são recicláveis.

Dentre as ações realizadas, a Companhia organiza encontros com fornecedores de embalagens para identificação de sinergias e oportunidades. Além disso, desenvolve consultas e reuniões com centros de pesquisas e fornecedores de embalagens, abordando os mais diversos temas que possam contribuir com a melhoria da sustentabilidade e avanços em nos indicadores do tema.

RESPONSABILIDADE SOCIAL

CAPITAL HUMANO

Buscando promover um ambiente seguro, saudável, salubre e inclusivo, a M. Dias Branco realiza diversas atividades buscando contemplar as melhores práticas de mercado em relação a recrutamento e seleção, educação corporativa, carreira, remuneração e benefícios, cultura e clima organizacional, comunicação, saúde e segurança do trabalho, tendo como objetivo público alcançar 80% de satisfação dos colaboradores medido em pesquisa externa até 2030.

Ao final de 2022, a Companhia contava com **16.160** colaboradores, 564 a mais que no ano anterior, aumento influenciado pela primarização da operação logística dos estados da Bahia e Pernambuco.

Cabe ressaltar o redesenho da estrutura organizacional, iniciado em 2021 e concluído em 2022, com apoio de consultoria especializada em produtividade (Grados Consultoria de Gestão). Dentre os objetivos, ênfase para estrutura mais ágil, aproveitando as oportunidades de sinergia para adequá-la à estratégia e aos desafios do mercado. Houve também o redimensionamento do quadro de pessoal próprio e terceiro, após discussão profunda de oportunidades em todas as áreas, resultando em ganhos de eficiência e produtividade, além de economia significativa nos custos e despesas.

O perfil do corpo de colaboradores se manteve estável com relação a gênero e idade. Praticamente todos os colaboradores cumprem jornada integral – em 2022, apenas 89 pessoas trabalhavam em jornada parcial (54 homens e 35 mulheres).

	Região	2022	Faixa etária	2022	Categoria funcional	2022	
 Homens 11.578	Nordeste	10.786	Até 25 anos	1.458	Especialistas	908	
	Sudeste	4.140	De 26 a 35 anos	5.115	(profissionais e analistas)		
	Sul	1.114	De 36 a 45 anos	5.921	Gestão		1.406
	Norte	66	De 46 a 55 anos	2.824	Operacional		11.029
 Mulheres 4.582	Centro-Oeste	54	A partir de 56 anos	842	Vendas e promoção	2.817	
	Total	16.160	Total	16.160	Total	16.160	

Quanto à recrutamento e seleção, houve 1.948 novas contratações no ano, número superior aos 1.543 que foram contratados em 2021. A taxa de rotatividade ficou em torno de 12% (13% em 2021).

A M. Dias Branco direciona recursos financeiros e atenção a atividades de Treinamento e Desenvolvimento (T&D), com o objetivo de capacitar e desenvolver colaboradores, além de promover temas importantes para a cultura corporativa sustentável. Em 2022, foram realizadas mais diversas ações de desenvolvimento, o que resultou em 440 mil horas de treinamento, com a participação de cerca de 16 mil colaboradores.

Em relação à gestão do desempenho, em 2022 foram realizadas avaliações de performance e feedback formal para 97,4% de colaboradores entre especialistas e analistas (91,4% em 2021), e

70,9% dos profissionais de gestão (65,7% em 2021). Importante destacar que, além dos momentos de avaliações e *feedbacks*, gestores e colaboradores são estimulados a construir planos de desenvolvimento, registrar as ações previstas e acompanhar a sua execução ao longo do ano.

Na área de Saúde, destaca-se o programa Viver Bem, que atua na promoção da qualidade de vida, tendo suas ações acessíveis para todos os colaboradores, atuando nas seguintes frentes: prevenção de doenças crônicas; bem-estar físico; bem-estar mental; alimentação saudável; acompanhamento de gestantes; e prevenção de perdas auditivas induzida por ruído (PAIR).

DIVERSIDADE, EQUIDADE E INCLUSÃO

A atuação da Companhia em todas as regiões do Brasil abrange diferentes costumes, origens e culturas. A Política de Direitos Humanos, Diversidade e Inclusão da M. Dias Branco, que estabelece diretrizes para assegurar o atendimento a esses pilares, garante o respeito das normas e legislações existentes em todas as operações e cadeia de valor. A aplicação abrange todos os colaboradores, prestadores de serviço e demais partes interessadas.

A área de Cultura e Clima Organizacional é responsável pela implementação do programa corporativo de Diversidade, Equidade e Inclusão. Há indicadores, metas e planos de ação que são monitorados mensalmente. Os princípios que norteiam a política estão alinhados ao Pacto Global e aos Princípios Orientadores sobre Empresas e Direitos Humanos da ONU.

Dentre as iniciativas desenvolvidas em 2022, destaque para: a criação do comitê de diversidade; as ações de treinamento, comunicação e sensibilização nas principais datas afirmativas, como Dia do Orgulho LGBTQIAPN+ e Dia da Luta da Pessoa com Deficiência; e a semana da diversidade, abordando temas de vieses inconscientes e grupos minorizados: mulheres, pessoas com deficiência, pessoas LGBTQIAPN+ e negros.

Além disso, a Companhia definiu como meta pública alcançar 40% de mulheres na liderança até 2030. Para isso, estão sendo desenvolvidas diversas ações estruturais como implantação de vaga afirmativas, *coaching* e *mentoring* para mulheres que ocupam cargo de média liderança, sensibilização de gestores e capacitação do RH sobre vieses inconscientes em processos seletivos, entre outras ações.

RELACIONAMENTO COM COMUNIDADES

Em todas as unidades industriais, a Companhia apoia ou desenvolve atividades em parceria com a comunidade do entorno, especialmente por meio de instituições beneficentes. A Política de Sustentabilidade e a Política de Doações e Patrocínios norteiam as iniciativas de investimento social. Dentre as várias iniciativas em 2022, destacam-se os principais pilares de atuação na frente de responsabilidade social:

📌 Alimentando sonhos: A Companhia definiu como meta pública que visa alcançar 150 mil pessoas com o Programa de Fomento ao Empreendedorismo e Profissionalização no Setor Alimentício até 2030. Para isso, foi criado o Alimentando Sonhos, programa para realização de parcerias junto às instituições, visando execução de capacitações que promovam a inclusão socioeconômica, capacitando profissionais para o mercado da gastronomia ou para empreender. Em 2022, a meta era impactar 1.000 pessoas e, ao todo, foram alcançadas 4.078 pessoas, principalmente maioria mulheres das comunidades próximas às unidades industriais.

📌 Fábrica de Voluntários: Programa de voluntariado com atuação dos colaboradores em três frentes: participação de eventos de entregas de doações, ações de limpeza de praia e mangues; e trabalho voluntário em instituições parceiras (durante o expediente). Ao todo, no ano de 2022, foram realizadas 957 horas de trabalho voluntário, com participação de 153 colaboradores.

📌 Doação de produtos: A Companhia realiza doações de alimentos regulares que são fundamentais para manutenção de projetos com diferentes públicos, em especial crianças e idosos. Em 2022, foram doadas 2.321 toneladas de alimentos, equivalente a R\$ 18,7 milhões, com 96 instituições beneficiadas e que recebem doações regulares e diretas. Além disso, com o apoio dos Bancos de Alimentos, houve alcance de mais de 1.000 instituições indiretamente, impactando uma maior quantidade de pessoas de todas as faixas etárias em situação de extrema vulnerabilidade social. Destaque, ainda, para o apoio prestado às vítimas das chuvas em Pernambuco, com 8 toneladas em doações de produtos.

ALIMENTOS SAUDÁVEIS E NUTRITIVOS

Buscando fortalecer a presença nas frentes de nutrição e saudabilidade, assim como o compromisso com a alimentação da população brasileira, foram definidas duas metas públicas até 2030: 10 milhões de pessoas impactadas pelo programa de educação alimentar para a população em geral; e liderança no *market share* em quatro categorias com apelo de saudabilidade e nutrição.

Para o programa de educação alimentar, foi criado um grupo de trabalho para seguir com o desenvolvimento das ações ao longo dos próximos anos. Para a segunda meta, com a aquisição de Jasmine, a Companhia alcançou a liderança nos segmentos de granolas, pães sem glúten e cookies saudáveis.

A M. Dias Branco segue com foco em pesquisas de novos ingredientes e otimizações de formulações, principalmente com projetos voltados a reduções de sódio, açúcar e gorduras saturadas, mantendo a qualidade dos produtos e a performance dos processos produtivos.

GOVERNANÇA, RISCOS E COMPLIANCE

GOVERNANÇA CORPORATIVA

A Companhia está listada no segmento Novo Mercado – NM da B3 desde 2006, contando apenas com ações ordinárias, *tag along* e *rating* AAA (bra) Perspectiva Estável. Adota um indicador interno denominado iMDB – Índice M. Dias Branco de Governança Corporativa, que auxilia a empresa a direcionar esforços para melhorar e mensurar avanços na área. O índice inclui quatro indicadores:

- 📌 Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC);
- 📌 Índice Dow Jones de Sustentabilidade (IDJS);
- 📌 Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE);
- 📌 Carbon Disclosure Project (CDP).

A estrutura de Governança Corporativa é composta por um Conselho de Administração, eleito pela Assembleia Geral e que atualmente conta com três membros independentes, que correspondem a mais de 40% do total; três comitês de assessoramento ao Conselho de Administração – Comitê de ESG, de Gente e Gestão e de Auditoria; uma Diretoria Estatutária, eleita pelo Conselho de Administração; e a área de Governança.

A área de Governança Corporativa tem um papel relevante na disseminação das melhores práticas e no aprimoramento do sistema da governança da própria organização, contribuindo, também, no treinamento dos agentes de governança. Para tanto, monitora o atendimento da legislação societária e regulatória, com vistas à constante adequação às melhores práticas de governança corporativa.

Ressalta-se que, em julho de 2022, a Companhia passou a integrar a carteira do Índice Teva ESG Mulheres na Liderança (ETF ELAS11), gerida pelo Banco Safra e listada para negociação na B3. No Conselho de Administração, que mantém sete titulares, mais de 40% do quadro é composto por mulheres.

RELAÇÕES COM INVESTIDORES

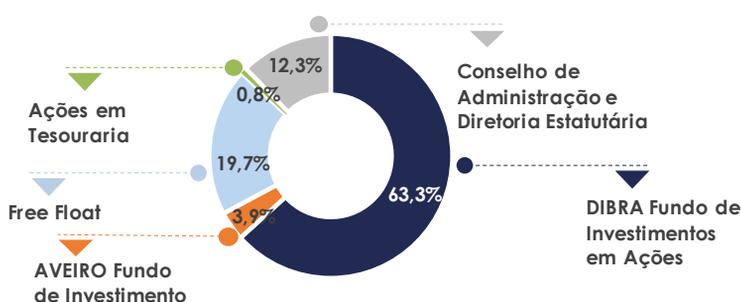
A área de Relações com Investidores intensificou o relacionamento com o mercado ao longo do ano, através da participação em conferências e *non deal roadshows* (NDRS) tanto no Brasil quanto no exterior (Estados Unidos e Canadá), além de entrevistas com os principais meios de comunicação com alcance nacional e internacional. No total, foram 14 conferências incluindo NDRS.

As reuniões para divulgação de resultados trimestrais são realizadas por meio de transmissões ao vivo no canal de Relações com Investidores da Companhia no YouTube. As participações em eventos *on-line* continuaram também por meio de lives e entrevistas, destaque ainda para a terceira edição do M. Dias Branco Day, retomando o encontro presencial após a pandemia e fortalecendo o relacionamento com o mercado.

As ações emitidas pela Companhia valorizaram 52,5% em 2022, ficando entre as 10 ações que mais subiram no ano. Destaque ainda para o aumento da participação de investidores estrangeiros na base acionária, que passou de 44% em 2021 para 49% do *free float* em 2022. Outro destaque foi o aumento da liquidez, com o crescimento do número médio de negócios de 6.263 em 2021 para 7.616 em 2022, bem como do valor financeiro médio diário de ações negociadas de R\$ 35,8 milhões em 2021 para R\$ 45,4 milhões em 2022.

CONTROLE ACIONÁRIO

Em 31 de dezembro de 2022, o capital social da M. Dias Branco totalizou **R\$ 2.597,7 milhões**, inteiramente subscrito, integralizado e dividido em 339.000.000 ações ordinárias nominativas, escriturais e sem valor nominal. As ações da Companhia estão assim distribuídas:



GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS

A M. Dias Branco adota uma política formal de gestão de riscos, revisada pelo Comitê de Auditoria e aprovada pelo Conselho de Administração, com o objetivo de apoiar o atendimento dos objetivos estratégicos, além de estabelecer definições, diretrizes e critérios de avaliação, de forma a assegurar que os principais riscos de negócio sejam identificados, avaliados e minimizados.

Como referencial, a Companhia utiliza as instruções das principais entidades nestas áreas, tais como o COSO (*Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission*), o IIA (*Institute of Internal Auditors*) e o IBGC (Instituto Brasileiro de Governança Corporativa), além de serem avaliados rotineiramente as leis, normas e regulamentos vigentes no País.

A política de gerenciamento de riscos classifica os principais riscos em: estratégicos, operacionais, de reporte, de *compliance*, cibernéticos, proteção de dados, de mercado e socioambientais. Nesse sentido, a partir da avaliação quantitativa e qualitativa de mensuração dos riscos, busca-se proteção para aqueles que representam potencial de afetar de maneira adversa os resultados do negócio. Os principais riscos encontram-se especificados no Formulário de Referência divulgado na CVM e veiculado no site da empresa.

A Companhia recebeu a certificação *Quality Assessment* (QA), concedida pelo Instituto de Auditores Internos do Brasil (IIA Brasil), atestando que cumpre os mais elevados padrões internacionais em auditoria interna, atuando de acordo com as normas definidas na Estrutura Internacional de Práticas Profissionais (IPPF, na sigla em inglês). A avaliação é realizada por auditores do IIA e compreende as normas individuais, as atividades de auditoria, requisitos e principais categorias das Normas e os elementos do Código de Ética. O IIA Brasil é afiliado do The IIA (*The Institute of Internal Auditors*), associação profissional internacional fundada em 1941 para desenvolver a condição profissional da auditoria interna, que possui associados em mais de 160 países.

COMPLIANCE, ÉTICA E INTEGRIDADE

A M. Dias Branco busca contribuir para a promoção de um mercado mais competitivo, sustentável e íntegro. Somos participantes do Pacto Global da ONU e do Pacto Empresarial pela Integridade e Contra a Corrupção, no qual, em 2022, atingimos uma nota acima da média geral das empresas signatárias, tendo uma evolução no autodiagnóstico, divulgado pelo Instituto Ethos.

O Código de Ética, que teve uma nova edição publicada em 2022, com atualizações relacionadas à Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), traduz os valores da M. Dias Branco em princípios éticos, orienta a conduta de todos os colaboradores, administradores, representantes legais e terceiros para o comportamento esperado na relação com os *stakeholders*.

Em relação às políticas internas de integridade, são adotados os seguintes normativos: Política Anticorrupção; Política de Brindes, Presentes, Entretenimentos e Hospitalidades; Política de Transações com Partes Relacionadas e Demais Situações Envolvendo Conflito de Interesses; Política de Doações e Patrocínios; Protocolo de Investigação Interna e Funcionamento do Canal Ético; Política de Consequências; Política de Contratos e Compras e Suprimentos; Política de Gerenciamento de Riscos; Política de Boas Práticas e Concorrência; e Código de Conduta de Fornecedores. O código de ética e essas políticas ficam disponíveis para consulta na plataforma de comunicação interna e no *website* de relações com investidores.

As comunicações sobre o Código de Ética e as políticas de *compliance* foram realizadas no decorrer de 2022, sistematicamente, nos veículos internos de comunicação. Cerca de 80% dos colaboradores da área administrativa foram capacitados. Ao todo, 4.895 profissionais foram alcançados, gerando 18,7 mil horas de treinamentos em temas de integridade.

O Canal Ético é uma ferramenta de notificação de condutas contrárias ao Código de Ética e às demais políticas internas, disponibilizada aos colaboradores e outras partes interessadas. Este canal é independente, especializado e seguro, acessível por telefone, e-mail ou internet, e garante o anonimato e a proteção aos comunicantes.

Em 2022, os principais tipos de registros foram: relacionamento interpessoal (476), dúvidas, críticas e sugestões (196), descumprimento de normativos internos (105), assédios moral e sexual (77), insatisfação com as políticas de recursos humanos (48), fraudes (48), descumprimento de legislação (44), conflito de interesses (25) e demais naturezas (55), totalizando 1.074 registros.

INFORMAÇÕES ADICIONAIS

CLÁUSULA COMPROMISSÓRIA DE ARBITRAGEM

Pelo Regulamento do Novo Mercado e pelo Estatuto Social da Companhia, seus acionistas, administradores e a B3 se obrigam a resolver, por meio de arbitragem, toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada com as normas estatutárias, de regulação do mercado e legislação pertinente.

RELACIONAMENTO COM OS AUDITORES INDEPENDENTES

A empresa KPMG Auditores Independentes Ltda. foi contratada para auditar as demonstrações financeiras individuais e consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e revisar as informações financeiras intermediárias (trimestrais) da M. Dias Branco do exercício. A referida empresa não prestou serviços conflitantes, conforme disposto na Instrução CVM 308. As informações não financeiras da Companhia e suas controladas, assim como as expectativas da Administração quanto ao seu desempenho futuro e de suas controladas, não foram auditadas pela KPMG.

No sentido de atender ao disposto na Instrução CVM nº 381/2003, a Companhia informa que durante o exercício de 2021 foram contratados à KPMG outros serviços, no total de R\$ 63,2 mil, que correspondeu aproximadamente a 10,1% dos honorários de auditoria. Os serviços consistiram em auditoria do relatório anual integrado.

A Administração reconhece que os referidos serviços não comprometeram a independência dos citados auditores. Como parte da política interna da Companhia, todos os serviços prestados pela empresa de auditoria independente devem ser analisados pelo comitê de auditoria antes de sua realização, como forma de garantir que não haja conflito de interesse.

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA

Em observância às disposições contidas na Instrução CVM nº 480/2009, a diretoria declara que discutiu e reviu as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes, com as quais concorda integralmente, assim como aprova as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022.

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos conselheiros e acionistas da

M. Dias Branco S.A Indústria e Comércio de Alimentos

Eusébio - Ceará

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da M. Dias Branco S.A Indústria e Comércio de Alimentos (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da M. Dias Branco S.A Indústria e Comércio de Alimentos em 31 de dezembro de 2022, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais

significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Reconhecimento de receitas	
Veja a Nota 28 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas	
Principais assuntos de auditoria	Como auditoria endereçou esse assunto
<p>Conforme o Pronunciamento Técnico CPC 47 - Receita de contrato com cliente (IFRS 15 - Revenue from Contracts with Customers), a Companhia deve reconhecer a receita quando satisfizer a obrigação de performance ao transferir o bem prometido ao cliente.</p> <p>O reconhecimento de receita da Companhia envolve um processo de mensuração das vendas faturadas e não entregues no período. Referido processo inclui a análise das receitas faturadas ao final do exercício apuradas com base na determinação das estimativas dos prazos médios de entrega para cada destino com o objetivo de assegurar que as receitas de vendas sejam reconhecidas no período de competência correto.</p> <p>Esse assunto foi considerado significativo para nossa auditoria, considerando a importância da receita como indicador chave para a avaliação do desempenho da Companhia, a relevância dos montantes de receitas reconhecidas ao final do período e dos critérios e premissas envolvidos na determinação das estimativas dos prazos médios de entrega.</p>	<p>Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a:</p> <p>(i) Para uma amostra de transações de vendas da Companhia ocorridas durante o exercício, inspecionamos a documentação que evidencia e ocorrência da transação de venda, a liquidação financeira ou a documentação de entrega dos produtos vendidos que suporta o momento adequado do reconhecimento da receita no período de competência;</p> <p>(ii) Analisamos os critérios e as premissas da Companhia para determinação da estimativa do prazos médios de entrega pela comparação com os prazos médios efetivos identificados pela amostra de teste sobre as transações de vendas ocorridas durante o exercício;</p> <p>(iii) Para as vendas reconhecidas ao final do período, efetuamos o cálculo do ajuste do corte das vendas com base nos prazos médios de entrega calculados de forma independente considerando origem e destino, e comparamos com o ajuste de corte das vendas reconhecido pela Companhia;</p> <p>(iv) Analisamos as devoluções e cancelamentos ocorridas após o encerramento do exercício;</p> <p>(v) Avaliamos se as divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas consideram as informações relevantes.</p> <p>Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima sumarizados, consideramos que o reconhecimento de receitas da Companhia no período de competência é aceitável bem como as divulgações relacionadas, no contexto da demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022.</p>

Outros assuntos – Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.



Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Fortaleza, 17 de março de 2023

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC SP-014428/O-6 S-CE

Marcelo Pereira Gonçalves
Contador CRC 1SP220026/O-3

M. Dias Branco S.A. Indústria e Comércio de Alimentos

Balanco patrimonial
Exercícios findos em 31 de dezembro
(Em milhares de reais)



Ativo	Nota	Controladora		Consolidado	
		2022	2021	2022	2021
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	5	639.300	1.554.804	648.046	1.555.864
Depósitos vinculados	6	69.570	-	69.570	-
Contas a receber de clientes	7	1.652.875	1.431.094	1.690.882	1.438.991
Estoques	8	2.068.001	1.143.315	2.111.549	1.154.177
Tributos a recuperar	9	230.791	127.132	234.608	127.919
Imposto de renda e contribuição social	9	28.461	71.224	28.494	71.224
Aplicações financeiras	18.b	16.599	16.566	16.599	16.566
Instrumentos financeiros derivativos	18.2	15.302	49.765	15.601	51.079
Despesas antecipadas		10.820	7.444	14.249	7.803
Outros ativos circulantes		43.566	17.340	47.417	19.407
Total do ativo circulante		4.775.285	4.418.684	4.877.015	4.443.030
Não circulante					
Realizável a longo prazo					
Aplicações financeiras	18.b	1.518	2.058	1.518	2.058
Depósitos judiciais	23	263.201	233.582	263.651	233.807
Contas a receber de clientes	7	2.878	-	2.878	-
Tributos a recuperar	9	149.130	439.812	149.637	440.068
Imposto de renda e contribuição social	9	41.913	-	41.913	-
Instrumentos financeiros derivativos	18.2	-	10.164	-	10.164
Ativos de indenização		75.256	59.827	75.256	59.827
Outros ativos não circulantes		5.016	4.635	5.029	4.645
		538.912	750.078	539.882	750.569
Investimentos	10	692.891	277.504	62.462	35.943
Propriedades para investimento	11	55.637	56.119	55.637	56.119
Imobilizado	12	3.431.931	3.402.810	3.547.760	3.417.997
Intangível	13	1.769.592	1.729.144	2.356.736	1.953.435
Total do ativo não circulante		6.488.963	6.215.655	6.562.477	6.214.063
Total do ativo		11.264.248	10.634.339	11.439.492	10.657.093

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2022	2021	2022	2021
Passivo					
Circulante					
Fornecedores	16	1.196.778	739.406	1.234.613	741.373
Financiamentos, empréstimos e debêntures	17	505.547	108.743	561.948	116.026
Arrendamentos	14	65.535	52.809	66.601	52.809
Obrigações sociais e trabalhistas	20	244.646	176.210	252.401	176.897
Obrigações fiscais	21	121.580	101.669	125.034	102.603
Imposto de renda e contribuição social	21	1.778	1.778	1.778	1.792
Subvenções governamentais	22	25.007	10.845	25.007	10.845
Instrumentos financeiros derivativos	18.2	54.506	44	54.506	44
Outros passivos circulantes	25	116.772	126.209	145.532	126.758
Total do passivo circulante		2.332.149	1.317.713	2.467.420	1.329.147
Não circulante					
Financiamentos, empréstimos e debêntures	17	1.649.425	1.640.680	1.664.599	1.651.572
Arrendamentos	14	264.533	192.985	265.316	192.985
Obrigações fiscais	21	-	-	451	784
Imposto de renda e contribuição social diferidos	24	16.002	197.255	37.422	195.357
Instrumentos financeiros derivativos	18.2	50.660	8.778	50.660	8.778
Provisões para riscos cíveis, trabalhistas e tributários	23	224.606	221.177	225.312	221.226
Outros passivos não circulantes	25	18.152	23.463	19.591	24.956
Total do passivo não circulante		2.223.378	2.284.338	2.263.351	2.295.658
Patrimônio líquido					
Capital social		2.597.656	2.597.656	2.597.656	2.597.656
Reservas de capital		39.723	33.425	39.723	33.425
Ajustes acumulados de conversão		160	172	160	172
Ajustes de avaliação patrimonial		(81.461)	41.550	(81.461)	41.550
Reservas de lucros		4.233.739	4.408.223	4.233.739	4.408.223
(-) Ações em tesouraria		(81.096)	(48.738)	(81.096)	(48.738)
Total do patrimônio líquido dos acionistas controladores	26	6.708.721	7.032.288	6.708.721	7.032.288
Total do passivo e patrimônio líquido		11.264.248	10.634.339	11.439.492	10.657.093

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

M. Dias Branco S.A. Indústria e Comércio de Alimentos

Demonstração do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro

(Em milhares de reais, exceto o lucro líquido por ação)



	Nota	Controladora		Consolidado	
		2022	2021	2022	2021
Receita operacional líquida	28	10.063.582	7.808.904	10.129.205	7.814.046
Custos dos produtos vendidos	29	(7.785.311)	(6.044.748)	(7.816.645)	(6.048.011)
Subvenções para investimentos estaduais	22	574.503	435.950	574.503	435.950
Lucro bruto		2.852.774	2.200.106	2.887.063	2.201.985
Receitas (despesas) operacionais					
Despesas de vendas	29	(1.781.772)	(1.461.235)	(1.827.653)	(1.463.153)
Despesas administrativas	29	(338.317)	(304.724)	(358.531)	(306.024)
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	30	(114.423)	(24.748)	(118.013)	(24.498)
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas, equivalência patrimonial e impostos		618.262	409.399	582.866	408.310
Receitas financeiras	19	328.927	280.107	332.036	280.216
Despesas financeiras	19	(559.729)	(299.232)	(563.527)	(300.028)
Receitas (despesas) financeiras líquidas	19	(230.802)	(19.125)	(231.491)	(19.812)
Resultado da equivalência patrimonial	10	(33.279)	(12.672)	316	(11.346)
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		354.181	377.602	351.691	377.152
Imposto de renda e contribuição social	24	127.658	127.384	130.148	127.834
Lucro líquido do exercício		481.839	504.986	481.839	504.986
Resultado atribuível aos:					
Acionistas controladores		481.839	504.986	481.839	504.986
Lucro por ação ordinária - básico - R\$	31	1,42135	1,48963	1,42135	1,48963
Lucro por ação ordinária - diluído - R\$	31	1,42860	1,49212	1,42860	1,49212
Quantidade média de ações (ex-ações em tesouraria)		339.000.000	339.000.000	339.000.000	339.000.000
Quantidade média de ações (ordinárias e restritas)		337.281.331	338.435.234	337.281.331	338.435.234

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

M. Dias Branco S.A. Indústria e Comércio de Alimentos

Demonstração do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro
(Em milhares de reais)



	Nota	Controladora		Consolidado	
		2022	2021	2022	2021
Lucro líquido do exercício		481.839	504.986	481.839	504.986
Outros resultados abrangentes a serem reclassificados para o resultado do exercício em períodos subsequentes:					
Ganhos (Perdas) em operações de hedge de fluxo de caixa	18	(186.380)	74.008	(186.380)	74.008
Efeitos tributários em operações de hedge de fluxo de caixa	18	63.369	(24.917)	63.369	(24.917)
Diferenças cambiais de conversão de controladas no exterior	10	(12)	13	(12)	13
		(123.023)	49.104	(123.023)	49.104
Total dos resultados abrangentes		358.816	554.090	358.816	554.090

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

M. Dias Branco S.A. Indústria e Comércio de Alimentos

Demonstração das mutações do patrimônio líquido - Controladora e Consolidado

Exercícios findos em 31 de dezembro

(Em milhares de reais)



	Nota	Reserva de capital			Reservas de Lucros							Total do patrimônio líquido	
		Capital social	Opções outorgadas	Reserva especial	Reserva de incentivos fiscais	Reserva legal	Reserva para plano de investimento	Ajuste de avaliação patrimonial	Ajustes acumulados de conversão	(-) Ações em tesouraria	Lucros acumulados		Dividendos adicionais
Saldos em 31 de dezembro de 2020		2.567.941	11.066	16.529	1.670.629	320.874	2.009.917	(7.541)	159	(39.576)	-	95.570	6.645.568
Aumento de capital	26	29.715	-	-	(29.715)	-	-	-	-	-	-	-	-
Lucro líquido do exercício	31	-	-	-	-	-	-	-	-	-	504.986	-	504.986
Outros resultados abrangentes a serem reclassificados para o resultado do exercício em períodos subsequentes:													
Ganhos (Perdas) com operações de hedge de fluxo de caixa líquido dos efeitos tributários		-	-	-	-	-	-	49.091	-	-	-	-	49.091
Diferenças cambiais de conversão de controladas no exterior	10	-	-	-	-	-	-	-	13	-	-	-	13
Total dos resultados abrangentes		-	-	-	-	-	-	49.091	13	-	504.986	-	554.090
Transações com acionistas, registradas diretamente no patrimônio líquido													
Aquisição de ações em tesouraria	26	-	-	-	-	-	-	-	-	(12.850)	-	-	(12.850)
Distribuições para os acionistas:													
Aprovação dos dividendos adicionais	26	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(95.570)	(95.570)
Juros sobre capital próprio	26	-	-	-	-	-	(67.544)	-	-	-	-	-	(67.544)
Ações outorgadas reconhecidas	27	-	9.643	-	-	-	-	-	-	-	-	-	9.643
Exercício de plano de outorga de ações restritas com ações em tesouraria	27	-	(3.813)	-	-	-	(924)	-	-	3.688	-	-	(1.049)
Outras distribuições do lucro:													
Reserva de incentivos fiscais - IRPJ	26	-	-	-	1.977	-	-	-	-	-	(1.977)	-	-
Reserva de incentivos fiscais - ICMS	26	-	-	-	503.009	-	-	-	-	-	(503.009)	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021		2.597.656	16.896	16.529	2.145.900	320.874	1.941.449	41.550	172	(48.738)	-	-	7.032.288

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

M. Dias Branco S.A. Indústria e Comércio de Alimentos

Demonstração das mutações do patrimônio líquido - Controladora e Consolidado

Exercícios findos em 31 de dezembro

(Em milhares de reais)



Nota	Reserva de capital			Reservas de Lucros							Total do patrimônio líquido
	Capital social	Opções outorgadas	Reserva especial	Reserva de incentivos fiscais	Reserva legal	Reserva para plano de investimento	Ajuste de avaliação patrimonial	Ajustes acumulados de conversão	(-) Ações em tesouraria	Lucros acumulados	
Saldos em 31 de dezembro de 2021	2.597.656	16.896	16.529	2.145.900	320.874	1.941.449	41.550	172	(48.738)	-	7.032.288
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	-	481.839	481.839
Outros resultados abrangentes a serem reclassificados para o resultado do exercício em períodos subsequentes:											
Ganhos (Perdas) com operações de hedge de fluxo de caixa líquido dos efeitos tributários	-	-	-	-	-	-	(123.011)	-	-	-	(123.011)
Diferenças cambiais de conversão de controladas no exterior	-	-	-	-	-	-	-	(12)	-	-	(12)
Total dos resultados abrangentes	-	-	-	-	-	-	(123.011)	(12)	-	481.839	358.816
Transações com acionistas, registradas diretamente no patrimônio líquido											
Aquisição de ações em tesouraria	-	-	-	-	-	-	-	-	(36.597)	-	(36.597)
Distribuições para os acionistas:											
Juros sobre capital próprio	-	-	-	-	-	(655.484)	-	-	-	-	(655.484)
Ações outorgadas reconhecidas	-	11.011	-	-	-	-	-	-	-	-	11.011
Exercício de plano de outorga de ações restritas com ações em tesouraria	-	(4.713)	-	-	-	(839)	-	-	4.239	-	(1.313)
Outras distribuições do lucro:											
Reserva de incentivos fiscais - ICMS	-	-	-	481.839	-	-	-	-	-	(481.839)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022	2.597.656	23.194	16.529	2.627.739	320.874	1.285.126	(81.461)	160	(81.096)	-	6.708.721

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

M. Dias Branco S.A. Indústria e Comércio de Alimentos

Demonstração do fluxo de caixa – Método Indireto

Exercícios findos em 31 de dezembro

(Em milhares de reais)



	Nota	Controladora		Consolidado	
		2022	2021	2022	2021
Fluxos de caixa das atividades operacionais					
Lucro líquido antes do imposto de renda e da contribuição social	24	354.181	377.602	351.691	377.152
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais:					
Depreciação e amortização		304.775	286.796	317.250	286.909
Custo na venda de ativos permanentes		1.331	1.226	1.343	1.354
Equivalência patrimonial	10	33.279	12.672	(316)	11.346
Atualização dos financiamentos, debêntures e variações cambiais		93.567	171.431	93.754	171.747
Atualizações de aplicações financeiras de longo prazo		(264)	(22)	(264)	(22)
Créditos tributários e atualizações		(62.526)	(219.789)	(62.526)	(219.789)
Atualização de depósitos judiciais	23	(14.381)	(5.539)	(14.381)	(5.539)
Provisões e atualizações para riscos cíveis, trabalhistas e tributárias/outros	23	40.025	36.540	40.025	36.540
(Reversão) de despesas/ativo de indenização		(11.375)	(2.715)	(11.375)	(2.715)
Juros apropriados sobre arrendamentos	14	27.059	20.252	27.159	20.252
Ações outorgadas reconhecidas		11.010	9.644	11.010	9.644
Provisão (Reversão) para perdas estimadas de clientes	7	23.404	(1.019)	24.324	(874)
Provisão de IR sobre financiamentos		1.789	3.632	1.789	3.632
Provisão do valor recuperável dos estoques	8	16.788	10.021	16.719	10.021
Perdas (Ganhos) dos contratos de operações com derivativos		228.452	(16.990)	229.104	(16.769)
Provisão para redução do valor recuperável de ativos	12 e 13	-	852	-	852
(Ganho) em aquisição de participação societária	10	(16.774)	-	(16.774)	-
Variações nos ativos e passivos					
(Aumento) em depósitos vinculados		(69.570)	-	(69.570)	-
(Aumento) em contas a receber de clientes		(248.063)	(470.168)	(243.732)	(468.556)
(Aumento) nos estoques		(946.732)	(26.028)	(949.485)	(24.838)
(Aumento) nas aplicações financeiras		(33)	(153)	(33)	(153)
Redução nos impostos a recuperar		405.429	421.203	407.040	421.622
Redução em depósitos judiciais		17.744	60.575	17.706	60.578
(Aumento) Redução em despesas antecipadas		(3.376)	2.779	(6.251)	2.642
(Aumento) Redução em ativos de indenizações		(685)	9.116	(685)	9.116
(Aumento) Redução em outros ativos		(26.607)	14.352	(27.447)	14.070
Aumento em fornecedores		401.671	342.856	416.637	339.061
(Redução) nos impostos e contribuições		(114.505)	(6.369)	(116.448)	(7.036)
Aumento (Redução) nas obrigações sociais e trabalhistas		68.436	(273)	68.050	(565)
Aumento (Redução) nas subvenções governamentais		14.162	(1.531)	14.162	(1.531)
(Redução) nas provisões para riscos cíveis, trabalhistas e tributários		(69.577)	(59.272)	(69.596)	(59.272)
(Redução) em outros passivos		(19.432)	(36.051)	(192)	(36.311)
Juros pagos		(79.769)	(83.812)	(80.156)	(84.225)
Variações cambiais pagas		-	(40.006)	-	(40.006)
(Pagamentos) Recebimentos de recursos por liquidação de operações com derivativos		(262.276)	116.484	(261.912)	116.484
Disponibilidades líquidas geradas pelas atividades operacionais		97.157	928.296	106.620	924.821
Fluxos de caixa das atividades de investimentos					
Aquisição de imobilizado e intangível		(174.935)	(161.500)	(177.125)	(161.755)
Amortização de dívida da aquisição de empresas		(7.037)	(69.934)	(7.037)	(69.934)
Aquisição em participação societária, líquido de caixa adquirido		(9.429)	(130.000)	(415.069)	(132.657)
Aplicação financeira a longo prazo		(1.500)	(2.050)	(1.500)	(2.050)
Resgate de aplicação financeira a longo prazo		2.257	3.317	2.257	3.317
Adiantamento para subscrição de capital		(421.986)	(14.595)	(2.640)	-
Disponibilidades líquidas (aplicadas) nas atividades de investimentos		(612.630)	(374.762)	(601.114)	(363.079)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos					
Juros sobre capital próprio pagos	32	(655.483)	(222.087)	(655.483)	(222.087)
Financiamentos tomados	32	426.970	821.643	430.094	821.645
Aquisição de ações de emissão da própria companhia	32	(36.597)	(12.850)	(36.597)	(12.850)
Pagamentos de financiamentos	32	(69.539)	(755.985)	(85.330)	(763.269)
Pagamentos de arrendamento	14	(65.382)	(42.324)	(66.135)	(42.324)
Disponibilidades líquidas (aplicadas) nas atividades de financiamentos		(400.031)	(211.603)	(413.451)	(218.885)
Efeitos das oscilações de câmbio sobre caixa e equivalentes de caixa		-	-	127	-
Demonstrações do aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa		(915.504)	341.931	(907.818)	342.857
No início do exercício		1.554.804	1.212.873	1.555.864	1.213.007
No fim do exercício		639.300	1.554.804	648.046	1.555.864
Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa		(915.504)	341.931	(907.818)	342.857

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

M. Dias Branco S.A. Indústria e Comércio de Alimentos

Demonstração do valor adicionado
Exercícios findos em 31 de dezembro
(Em milhares de reais)



	Nota	Controladora		Consolidado	
		2022	2021	2022	2021
Receitas					
Vendas de mercadorias, produtos e serviços		11.450.100	8.872.620	11.533.377	8.879.415
Outras receitas		120.108	195.536	122.599	196.078
Receitas relativas à construção de ativos próprios		26.245	41.572	26.245	41.572
(Provisão) Reversão para perdas estimadas de clientes	7	(23.404)	1.019	(24.324)	874
		11.573.049	9.110.747	11.657.897	9.117.939
Insumos adquiridos de terceiros					
Custos dos produtos e das mercadorias vendidos e dos serviços prestados		(5.992.760)	(4.346.216)	(6.013.526)	(4.348.450)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		(2.752.727)	(2.282.507)	(2.804.902)	(2.285.634)
Materiais relativos à construção de ativos próprios		(4.706)	(506)	(4.706)	(506)
		(8.750.193)	(6.629.229)	(8.823.134)	(6.634.590)
Valor adicionado bruto		2.822.856	2.481.518	2.834.763	2.483.349
Retenções					
Depreciação e amortização		(304.775)	(286.796)	(317.250)	(286.909)
Valor adicionado líquido produzido		2.518.081	2.194.722	2.517.513	2.196.440
Valor adicionado recebido em transferência					
Resultado de equivalência patrimonial	10	(33.279)	(12.672)	316	(11.346)
Receitas financeiras	19	328.927	280.107	332.036	280.216
Valor adicionado total a distribuir		2.813.729	2.462.157	2.849.865	2.465.310
Distribuição do valor adicionado					
Pessoal e encargos		1.193.542	1.061.507	1.208.959	1.062.331
Remuneração direta		749.197	686.449	759.681	686.923
Benefícios		376.070	304.436	378.502	304.623
FGTS		68.275	70.622	70.776	70.785
Impostos, taxas e contribuições		554.980	548.605	571.718	549.988
Federais		197.944	197.260	202.611	197.446
Estaduais		343.344	338.719	355.195	339.913
Municipais		13.692	12.626	13.912	12.629
Remuneração de capitais de terceiros		583.368	347.059	587.349	348.005
Juros		559.729	299.232	563.527	300.028
Aluguéis		23.639	47.827	23.822	47.977
Remuneração de capitais próprios		481.839	504.986	481.839	504.986
Lucros retidos		481.839	504.986	481.839	504.986
		2.813.729	2.462.157	2.849.865	2.465.310

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

1. Contexto operacional

A M. Dias Branco S. A. Indústria e Comércio de Alimentos ("Companhia") é uma sociedade por ações de capital aberto, com ações listadas na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão, no segmento Novo Mercado (MDIA3), integrando ao Índice de Sustentabilidade Empresarial – ISE; carteira de Índice Brasil 100 – IbrX 100; Índice de Carbono Eficiente – ICO2; dentre outros. Iniciou suas atividades em 1951, sua sede está situada na Rodovia BR 116, KM 18, s/n, no Eusébio, Estado do Ceará, e tem por objeto social a industrialização, o comércio e a distribuição de produtos alimentícios derivados do trigo, especialmente biscoitos, massas alimentícias e farinha/farelo de trigo, atuando, também, na fabricação, comercialização e distribuição de margarinas e gorduras vegetais, bolos, mistura para bolos, torradas e snacks. Seu processo de produção é integrado e verticalizado, produzindo a maior parte de duas das principais matérias-primas para a produção de biscoitos e massas, no caso a farinha de trigo e a gordura vegetal. Cinco de seus moinhos de trigo estão fisicamente integrados a fábricas de biscoitos e massas, eliminando custos de transporte da farinha de trigo utilizada na produção desses dois itens principais.

A Companhia possui quatorze unidades de produção, sendo oito situadas na região Nordeste (Bahia, Ceará, Paraíba, Pernambuco e Rio Grande do Norte), quatro localizadas na região Sudeste (São Paulo e Rio de Janeiro) e duas instaladas na região Sul (Rio Grande do Sul e Paraná). Nessas unidades operam sete moinhos de trigo, nove fábricas de massas alimentícias, nove fábricas de biscoitos, duas fábricas de gorduras e margarinas vegetais, uma fábrica de snacks e bolos, uma fábrica de mistura para bolos e uma fábrica de torradas. Em operação integrada a essa estrutura de produção, a Companhia possui trinta e cinco centros de distribuição destinados à armazenagem, comercialização e/ou distribuição de seus produtos, localizados nos seguintes estados: Alagoas, Bahia, Ceará, Espírito Santo, Maranhão, Minas Gerais, Paraíba, Paraná, Pernambuco, Piauí, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, São Paulo e Sergipe.

A atuação nacional da Companhia é também promovida mediante operações integradas com as estruturas de produção, comercialização e distribuição de suas controladas Latinex Importação e Exportação de Alimentos Ltda ("Latinex"), adquirida em 03 de novembro de 2021, e Nutrition & Sante do Brasil Ltda, adquirida pela Latinex em 31 de agosto de 2022, que passou a atuar com a razão social de Jasmine Indústria e Comércio de Alimentos Ltda ("Jasmine").

A Latinex possui uma unidade de produção de biscoitos, snacks e temperos, integrada a uma estrutura de armazenagem e distribuição localizada no Estado do Paraná, em São José dos Pinhais, enquanto a Jasmine possui uma unidade de produção de biscoitos, pães, cereais e granolas, integrada a uma estrutura de armazenagem e distribuição localizada também no Estado do Paraná, em Campina Grande do Sul. Ambas as aquisições reforçam a presença da Companhia nos segmentos de alimentos saudáveis com produtos orgânicos, zero açúcar, integrais, cereais, snacks, granolas e pães sem glúten, além de marcar sua entrada nos segmentos de temperos, molhos e condimentos.

Dando continuidade ao processo de internalização que até então se dava exclusivamente com exportações, a Companhia, em 31 de outubro de 2022, por intermédio da Latinex, adquiriu 100% das ações representativas do capital social da Darcel S.A. e Cacama S.A. As empresas adquiridas possuem uma unidade de produção de massas, integradas a uma estrutura de armazenagem e distribuição localizada em Montevidéu, no Uruguai.

A Companhia detém as seguintes marcas no mercado nacional: Adria, Aldente, Basilar, Bonsabor, Estrela, Fortaleza, Finna, Fit Food, Frontera, Isabela, Jasmine, Pelágio, Pilar, Piraquê, Predillete, Richester, Salsito, Smart, Taste&Co, Treloso, Vitarella e Zabet e no mercado internacional: Las Acacias.

2. Combinação de Negócios

Aquisição da Latinex Importação e Exportação de Alimentos Ltda. (“Latinex”)

Em 03 de novembro de 2021, a Companhia adquiriu 100% das ações representativas do capital social da Latinex Importação e Exportação de Alimentos Ltda.

A aquisição foi realizada pelo valor inicial de R\$ 180.000, podendo atingir o valor total de até R\$ 272.000 se forem cumpridas determinadas metas de desempenho previstas no contrato de aquisição, sendo: (i) uma parcela fixa de até R\$ 147.500, sujeita a ajuste de preço associado à variação de capital de giro e aumento do endividamento entre o balanço-base da negociação e a data de fechamento; (ii) uma parcela variável de até R\$92.000 vinculada ao atingimento de metas de crescimento de receita líquida até 2023, e (iii) uma parcela de R\$ 32.500, condicionada à obtenção do registro no INPI de determinadas marcas. Os valores a pagar serão atualizados pelo CDI entre a data do fechamento da aquisição até a data do efetivo pagamento.

A empresa adquirida iniciou sua atividade em 2008 em Curitiba/PR como importadora de inovações prospectando, no Mercado Global, tendências em alimentos para exploração no Brasil e, a partir de 2015, iniciou o desenvolvimento de marcas locais com foco em inovação baseado em tendências globais adaptadas às necessidades do consumidor brasileiro. A Latinex possui quatro marcas (FIT FOOD, Frontera, Smart e Taste&Co) com mais de 120 itens e atuação em diversas categorias como biscoitos e *snacks* saudáveis, temperos, molhos e condimentos.

Com essa operação, a Companhia reafirma seu compromisso com a criação de valor em longo prazo para seus acionistas, uma vez que esta aquisição reforça sua presença em *healthy food* (saudabilidade) e *snacks*, além de marcar sua entrada nos segmentos de temperos, molhos e condimentos, o que reflete a estratégia comercial da Companhia de crescimento com lucratividade, incluindo no seu portfólio produtos com alto potencial de crescimento e valor agregado.

No tocante ao reconhecimento da transação de combinação de negócios, ressalta-se que a Companhia concluiu o período de mensuração de valores justos dos ativos adquiridos e passivos assumidos em 03 de novembro de 2022 e, com base no laudo de avaliação emitido por consultoria especializada e independente, alocou o preço de aquisição da seguinte forma:

	Alocação do preço de aquisição
Parcela fixa do preço de aquisição ⁽¹⁾	173.707
Parcela de contraprestação contingente do preço ⁽²⁾	50.600
(-) Patrimônio líquido da empresa adquirida	<u>(5.251)</u>
Preço pago excedente	229.558
(-) Ativos intangíveis identificados a valor justo	(129.429)
(-) Ajuste a valor justo de ativos	<u>(3.613)</u>
Ágio na aquisição de investimentos	96.516

⁽¹⁾ Parcela de R\$ 180.000, líquido do ajuste de preço de R\$ 6.293;

⁽²⁾ Refere-se ao valor justo baseado em meta de receita líquida do exercício de 2023; R\$ 27.000, caso a receita líquida atinja um patamar entre R\$125.000 e R\$ 175.000, R\$ 59.800, caso a receita líquida fique entre R\$175.000 e R\$ 266.000 ou R\$ 92.000, caso exceda ao montante de R\$ 266.000. O valor justo foi calculado de acordo com o método de Monte Carlo, considerando o pagamento máximo, trazido a valor presente.

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**



A seguir, são apresentados os valores justos dos ativos adquiridos e passivos assumidos obtidos a partir do supracitado laudo:

	Acervo líquido adquirido	Ajustes ao valor justo	Acervo líquido adquirido a valor justo
Ativo circulante			
Caixa e equivalente de caixa	(2.657)	-	(2.657)
Clientes	8.419	-	8.419
Adiantamentos	1.240	-	1.240
Impostos a recuperar	749	-	749
Estoques	10.051	1.406 (a)	11.457
Instrumentos derivativos	1.535	-	1.535
Despesas do exercício seguinte	140	-	140
Total do ativo circulante	19.477	1.406	20.883
Ativo não circulante			
Realizável a longo prazo	1.882	-	1.882
Depósito judicial	220	-	220
Impostos a recuperar	256	-	256
Tributos diferidos	1.393	-	1.393
Partes relacionadas	13	-	13
Imobilizado	9.465	2.207 (b)	11.672
Intangível	43	129.429	129.472
Marca ⁽¹⁾	43	98.826 (c)	98.869
Carteira de clientes ⁽²⁾	-	2.928 (d)	2.928
Contrato com POCO LOCO ⁽³⁾	-	26.631 (e)	26.631
Acordo de não competição ⁽³⁾	-	1.044 (f)	1.044
Ágio na aquisição de investimentos	-	96.516 (g)	96.516
Total do ativo não circulante	11.390	228.152	239.542
Total do ativo	30.867	229.558	260.425
Passivo circulante			
Fornecedores	5.659	-	5.659
Adiantamento de cliente	112	-	112
Financiamentos e empréstimos	8.068	-	8.068
Obrigações trabalhistas	979	-	979
Obrigações tributárias	895	-	895
Outras contas a pagar	676	-	676
Total do passivo circulante	16.389	-	16.389
Passivo não circulante			
Financiamentos e empréstimos	17.485	-	17.485
Obrigações tributárias	854	-	854
Adiantamento à sócios	1.340	-	1.340
Provisões para contingências	50	-	50
Total do passivo não circulante	19.729	-	19.729
Patrimônio líquido	(5.251)	229.558 (h)	224.307
Total do passivo e patrimônio líquido	30.867	229.558	260.425

Nota: Método de avaliação do valor justo utilizado: ⁽¹⁾ Relief-from-Royalty, da Abordagem de Renda; ⁽²⁾ Mult Period Excess Earning, da Abordagem de Renda; ⁽³⁾ With and Without, da Abordagem de Renda.

- (a) Refere-se ao ajuste a valor justo de estoques de produtos acabados, matéria-prima, produtos para revenda, dentre outros, baseado na estimativa de valor de realização;
- (b) Refere-se ao ajuste a valor justo dos bens do ativo imobilizado, a ser depreciado de acordo com a vida útil econômica dos ativos expressa no laudo de avaliação;
- (c) Refere-se ao valor justo das Marcas "Fit food" (R\$ 43.057), "Frontera" (R\$ 32.500), Smart (R\$ 20.976), Taste&Co (R\$ 2.293), com vida útil indefinida;
- (d) Refere-se ao valor justo da existência de relacionamento não contratual com cliente de longa data e que representa uma vantagem competitiva. Esse ativo intangível tem vida útil definida estimada em 10 anos;
- (e) Refere-se ao valor justo da existência de relacionamento contratual com fornecedor dentro de um segmento específico e que representa uma vantagem competitiva. Esse ativo intangível tem vida útil definida estimada em 3 anos;
- (f) Período de 7,2 anos, direta ou indiretamente, de quaisquer sociedades ou empreendimentos que estejam associados ao mesmo ramo de atuação da Companhia e que, portanto, represente uma concorrência. Esse ativo intangível será amortizado pelo período de limitação do contrato;
- (g) Refere-se ao ágio da operação, ou seja, parcela não alocada do preço de aquisição;
- (h) Refere-se à contrapartida dos ajustes (a) a (g) no patrimônio líquido.

No tocante à dedutibilidade do ágio para fins fiscais, estima-se que todo o valor do ágio (R\$ 96.516) será dedutível, uma vez que a Companhia tem planos para incorporação da adquirida. Esse valor está representado por expectativa de rentabilidade futura, pautada em benefícios esperados com a sinergia a ser proporcionada pela criação de valor em longo prazo e crescimento com lucratividade, incluindo no seu portfólio produtos com alto potencial de crescimento e valor agregado.

Os gastos relacionados com a transação estão representados, principalmente, por despesas com assessoria financeira e jurídica e foram incluídos na demonstração do resultado consolidado como despesas administrativas no valor de R\$ 2.852, em 31 de dezembro de 2021.

Em 31 de dezembro 2021, a contraprestação paga na aquisição da Latinex totalizou o montante de R\$ 130.000.

Por fim, em 31 de dezembro de 2022, o valor justo da contraprestação contingente do preço foi reavaliado, resultando em R\$ 41.752. Por não se configurar ajuste no período de mensuração, a variação de valor justo foi reconhecida no resultado, conforme apresentado na Nota Explicativa nº 30.

Aquisição da Jasmine Indústria e Comércio de Alimentos Ltda ("Jasmine")

Em 31 de agosto de 2022, a Companhia adquiriu, por intermédio da Latinex, 100% das quotas representativas do capital social da Jasmine Indústria e Comércio de Alimentos Ltda., titular da marca Jasmine. A aquisição foi realizada pelo preço base de R\$ 343.574.

A operação foi inserida na estratégia da Companhia de crescimento com lucratividade, adicionando em seu portfólio produtos de alto valor agregado e categorias adicionais às atuais.

No tocante ao reconhecimento da transação de combinação de negócios, ressalte-se que a Companhia contratou uma consultoria especializada e independente para elaboração de laudo de avaliação de valor justo, à data de aquisição. O laudo de avaliação que ainda se encontra em fase

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**



de elaboração, apresenta o seguinte resultado de alocação do preço de aquisição:

	Alocação do preço de aquisição
Parcela fixa do preço de aquisição ⁽¹⁾	320.358
Valor justo de imóvel a ser reembolsado ao vendedor após alienação	6.000
Ajuste de preço ⁽²⁾	5.227
	331.585
(-) Patrimônio líquido da empresa adquirida	(105.869)
Preço pago excedente	225.716
(-) Ativos intangíveis identificados a valor justo	(50.635)
(-) Ajuste a valor justo de ativos	(18.955)
Ágio na aquisição de investimentos	156.126

⁽¹⁾ Parcela de R\$ 343.574, líquida de quitação de empréstimo realizada na empresa adquirida, mediante aporte de capital, no valor de R\$ 23.216;

⁽²⁾ Refere-se ao ajuste mediante variação da dívida líquida e do capital de giro entre o balanço base da operação e o de fechamento.

A seguir, são apresentados os valores justos dos ativos adquiridos e passivos assumidos obtidos a partir do supracitado laudo:

	Acervo líquido adquirido	Ajustes ao valor justo	Acervo líquido adquirido a valor justo
Ativo circulante			
Caixa e equivalente de caixa	511	-	511
Aplicações financeiras	207	-	207
Contas a receber de clientes	23.960	-	23.960
Estoques	22.114	258	22.372
Impostos a recuperar	782	-	782
Outros ativos	657	-	657
Total do ativo circulante	48.231	258	48.489
Ativo não circulante			
Realizável a longo prazo	9.389	-	9.389
Depósito judicial	187	-	187
Impostos a recuperar	2.967	-	2.967
Garantias e cauções	231	-	231
Direito de uso	4	-	4
Ativo não circulante mantido para venda	6.000	-	6.000
Imobilizado	52.524	18.697 (a)	71.221
Intangível	72.912	50.635	123.547
Marca ⁽¹⁾	72.782	37.655 (b)	110.437
Carteira de clientes ⁽²⁾	-	13.011 (c)	13.011
Software	130	(31)	99
Ágio na aquisição de investimentos	-	156.126 (d)	156.126
Total do ativo não circulante	134.825	225.458	360.283
Total do ativo	183.056	225.716	408.772

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**



	Acervo líquido adquirido	Ajustes ao valor justo	Acervo líquido adquirido a valor justo
Passivo circulante			
Fornecedores	14.251	-	14.251
Arrendamento	496	-	496
Obrigações trabalhistas	5.311	-	5.311
Obrigações tributárias	1.585	-	1.585
Outras contas a pagar	2.838	-	2.838
Total do passivo circulante	<u>24.481</u>	<u>-</u>	<u>24.481</u>
Passivo não circulante			
Arrendamento	523	-	523
Impostos diferidos	28.292	-	28.292
Provisões para contingências	675	-	675
Outras contas a pagar	23.216	-	23.216
Total do passivo não circulante	<u>52.706</u>	<u>-</u>	<u>52.706</u>
Patrimônio líquido	<u>105.869</u>	<u>225.716</u> (e)	<u>331.585</u>
Total do passivo e patrimônio líquido	<u>183.056</u>	<u>225.716</u>	<u>408.772</u>

Nota: Método de avaliação do valor justo utilizado: ⁽¹⁾ Relief-from-Royalty, da Abordagem de Renda; ⁽²⁾ Mult Period Excess Earning, da Abordagem de Renda.

(a) Refere-se ao ajuste a valor justo dos bens do ativo imobilizado, a ser depreciado de acordo com a vida útil econômica dos ativos expressa no laudo de avaliação;

(b) Refere-se ao valor justo da marca Jasmine com vida útil indefinida;

(c) Refere-se ao valor justo da existência de relacionamento não contratual com cliente de longa data e que representa uma vantagem competitiva. Esse ativo intangível tem vida útil definida estimada em 29,3 anos;

(d) Refere-se ao ágio da operação, ou seja, parcela não alocada do preço de aquisição;

(e) Refere-se à contrapartida dos ajustes (a) a (d) no patrimônio líquido.

Importante salientar que a Companhia elaborou projeções de fluxos de caixa com intuito de estimar o valor da empresa adquirida. O valor presente líquido projetado supera o valor pago pela empresa, o que demonstra que o ágio pago não apresenta perda de valor recuperável.

No tocante à dedutibilidade do ágio para fins fiscais, estima-se que todo o valor do ágio será dedutível, uma vez que a Companhia tem planos para incorporação da adquirida. Esse valor está representado por expectativa de rentabilidade futura, pautada em benefícios esperados com a sinergia a ser proporcionada pela criação de valor em longo prazo e crescimento com lucratividade, incluindo no seu portfólio produtos com alto potencial de crescimento e valor agregado.

Caso a combinação de negócio tivesse ocorrido em 01 de janeiro de 2022, a Administração estima que a receita líquida consolidada teria sido de R\$ 10.214.545. Esse valor foi determinado a partir da demonstração de resultado histórica da empresa adquirida, sem refletir efeitos baseados em estimativas e julgamentos sobre como as práticas e decisões operacionais da administração poderiam ou não ter afetado as demonstrações contábeis históricas em decorrência da transação. Assim, essas estimativas não contemplam todos os efeitos decorrentes da combinação de negócios e não devem ser lidas como uma projeção ou indicação dos resultados futuros da empresa.

Os gastos relacionados com a transação estão representados, principalmente, por despesas com assessoria financeira e jurídica e foram incluídos na demonstração do resultado consolidado como despesas administrativas no valor de R\$ 6.365.

Por fim, em 31 de dezembro 2022, a contraprestação paga na aquisição da Jasmine totalizou o montante de R\$ 328.574.

Aquisição da Darcel S.A. e Cacama S.A (“Las Acacias”)

Em 31 de outubro de 2022, a Companhia adquiriu 100% das ações representativas do capital social da Darcel S.A. e Cacama S.A, titular da marca Las Acacias. A aquisição foi realizada pelo preço base de R\$ 105.484.

Fundada em Montevideu, em 1952, a Las Acacias, principal marca da Darcel, figura entre as três principais marcas de massas no Uruguai, tendo também em seu portfólio itens nas categorias de farinha de trigo, mistura para bolos, molhos, entre outras.

A transação está inserida na estratégia da Companhia de acelerar o processo de internacionalização, reafirmando o seu compromisso com a criação de valor ao longo prazo para seus acionistas.

No sentido de atender aos requisitos legais de reconhecimento da transação, a Companhia contratou uma consultoria especializada e independente para elaboração de laudo de avaliação de valor justo, à data de aquisição. O laudo de avaliação, que ainda se encontra em fase de elaboração, apresenta o seguinte resultado preliminar de alocação do preço de aquisição:

	Alocação preliminar em 31/12/2022
Parcela fixa do preço de aquisição	105.484
(-) Patrimônio líquido da empresa adquirida	<u>(13.426)</u>
Preço pago excedente	92.058

A seguir, são apresentados os valores justos dos ativos adquiridos e passivos assumidos obtidos a partir do supracitado laudo:

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022**
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)



	Acervo líquido adquirido	Ajustes ao valor justo	Acervo líquido adquirido a valor justo
Ativo circulante			
Caixa e equivalente de caixa	1.754	-	1.754
Contas a receber de clientes	11.691	-	11.691
Estoques	5.410	-	5.410
Outros ativos	1.626	-	1.626
Total do ativo circulante	20.481	-	20.481
Ativo não circulante			
Imobilizado	24.430	-	24.430
Intangível	342	32.144	32.486
Marca ⁽¹⁾	144	28.128 (a)	28.272
Carteira de clientes ⁽²⁾	-	4.016 (b)	4.016
Software	198	-	198
Ágio na aquisição de investimentos	-	59.914 (c)	59.914
Total do ativo não circulante	24.772	92.058	116.830
Total do ativo	<u>45.253</u>	<u>92.058</u>	<u>137.311</u>
Passivo circulante			
Fornecedores	6.651	-	6.651
Financiamentos	12.293	-	12.293
Obrigações trabalhistas	2.271	-	2.271
Outras contas a pagar	6.169	-	6.169
Total do passivo circulante	27.384	-	27.384
Passivo não circulante			
Financiamentos	4.443	-	4.443
Total do passivo não circulante	4.443	-	4.443
Patrimônio líquido	13.426	92.058 (d)	105.484
Total do passivo e patrimônio líquido	<u>45.253</u>	<u>92.058</u>	<u>137.311</u>

Nota: Método de avaliação do valor justo utilizado: ⁽¹⁾ Relief-from-Royalty, da Abordagem de Renda; ⁽²⁾ Mult Period Excess Earning, da Abordagem de Renda.

(a) Refere-se ao valor justo da marca Las Acacias com vida útil indefinida;

(b) Refere-se ao valor justo da existência de relacionamento não contratual com cliente de longa data e que representa uma vantagem competitiva. Esse ativo intangível tem vida útil definida estimada em 16,2 anos;

(c) Refere-se ao ágio da operação, ou seja, parcela não alocada do preço de aquisição;

(d) Refere-se à contrapartida dos ajustes (a) a (c) no patrimônio líquido.

Importante salientar que a Companhia elaborou projeções de fluxos de caixa com intuito de estimar o valor da empresa adquirida. O valor presente líquido projetado supera o valor pago pela empresa, o que demonstra que o ágio pago não apresenta perda de valor recuperável.

Por se tratar de uma aquisição do exterior, até o momento, não há expectativa de dedutibilidade do ágio para fins fiscais.

Caso a combinação de negócio tivesse ocorrido em 01 de janeiro de 2022, a Administração estima que a receita líquida consolidada teria sido de R\$ 10.181.184. Esse valor foi determinado a partir da demonstração de resultado histórica da empresa adquirida, sem refletir efeitos baseados em estimativas e julgamentos sobre como as práticas e decisões operacionais da administração poderiam ou não ter afetado as demonstrações contábeis históricas em decorrência da transação. Assim, essas estimativas não contemplam todos os efeitos decorrentes da combinação de negócios e não devem ser lidas como uma projeção ou indicação dos resultados futuros da empresa.

Os gastos relacionados com a transação estão representados, principalmente, por despesas com assessoria financeira e jurídica e foram incluídos na demonstração do resultado consolidado como despesas administrativas no valor de R\$ 794.

Por fim, em 31 de dezembro 2022, a contraprestação paga na aquisição da Las Acacias totalizou o montante de R\$ 79.538.

3. Base de preparação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) que estão em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards - IFRS*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração da Companhia no processo de gestão.

A autorização para a emissão dessas demonstrações financeiras foi dada pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 17 de março de 2023.

a) Base de mensuração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, exceto quando de outra forma indicado.

b) Moeda funcional

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em reais, moeda funcional da Companhia. Em todas as demonstrações financeiras apresentadas em reais os valores foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

c) Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativos

A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas em conformidade com os CPCs e as IFRS requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Dessa forma, os resultados efetivos podem divergir dessas estimativas. Estimativas e

premissas são continuamente revistas e tais revisões são reconhecidas nos períodos em que são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados. Ativos e passivos sujeitos as estimativas e premissas incluem:

- Contas a receber de clientes (Nota Explicativa nº 7): critérios para a mensuração das perdas de crédito esperadas e premissas utilizadas para a determinação da taxa média ponderada de perda;
- Estoques (Nota Explicativa nº 8): critérios utilizados para a mensuração das perdas estimadas para redução do valor recuperável de estoque;
- Tributos a recuperar (Nota Explicativa nº 9): premissas e critérios adotados em relação à mensuração e ao reconhecimento dos créditos tributários;
- Imobilizado (Nota Explicativa nº 12): principais premissas em relação aos critérios e montantes do valor residual, à vida útil e ao teste de *impairment* do ativo imobilizado;
- Intangíveis com vida útil indefinida (Nota Explicativa nº 13): critérios e principais premissas aplicadas em relação à vida útil e aos valores recuperáveis destes ativos;
- Arrendamentos (Nota Explicativa nº 14): reconhecimento e mensuração de arrendamentos, bem como da taxa incremental utilizada;
- Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos (Nota Explicativa nº 18): determinação do valor justo de instrumentos financeiros derivativos e não derivativos;
- Provisões para riscos cíveis, trabalhistas e tributários (Nota Explicativa nº 23): premissas sobre a possibilidade e a magnitude de saída de recursos relativos à provisão para litígios e demandas judiciais ocasionadas por causas cíveis, trabalhistas e tributárias;
- Imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota Explicativa nº 24): critérios adotados na recuperabilidade do ativo caso seja provável que esse ativo não seja realizado;
- Plano de remuneração baseado em ações (Nota Explicativa nº 27): principais premissas em relação à outorga de ações.

4. Principais políticas contábeis

As políticas contábeis significativas adotadas pela Companhia suas controladas e coligadas estão descritas nas notas explicativas específicas, relacionadas aos itens apresentados. Aquelas aplicáveis, de modo geral, em diferentes aspectos das demonstrações financeiras, são descritas a seguir.

a) Consolidação

i. Controladas

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, foram utilizadas demonstrações financeiras das controladas encerradas na mesma data-base e consistentes com as políticas contábeis da Companhia.

Participação societária nas controladas

Descrição ⁽¹⁾	Proporção de participação (%)			
	2022		2021	
	Direta	Indireta	Direta	Indireta
M.Dias Branco International Trading LLC ⁽¹⁾	100,00	-	100,00	-
M.Dias Branco International Trading Uruguay S.A. ⁽¹⁾	-	100,00	-	100,00
M.Dias Branco Argentina S.A. ⁽¹⁾	100,00	-	100,00	-
Latinex Importação e Exportação de Alimentos Ltda.	100,00	-	100,00	-
Jasmine Indústria e Comércio de Alimentos Ltda.	-	100,00	-	-
Darcel S.A. e Cacama S.A. ⁽¹⁾	-	100,00	-	-

⁽¹⁾ Investimentos no exterior.

Características das principais controladas

M. Dias Branco International Trading LLC

A empresa sediada nos Estados Unidos da América é controlada direta e encontra-se inoperante e, dessa forma, a Companhia pretende iniciar o procedimento de encerramento dessa subsidiária. A principal atividade era a intermediação de compras de matérias-primas, principalmente o trigo para moagem e o óleo vegetal que a Companhia utiliza em seu processo produtivo.

M. Dias Branco International Trading Uruguay S. A.

A empresa sediada no Uruguai é controlada indireta e encontra-se inoperante e, dessa maneira, a Companhia está finalizando o procedimento de encerramento da entidade. A principal atividade era a intermediação de compras de matérias-primas, principalmente o trigo para moagem que a Companhia utiliza em seu processo produtivo.

M. Dias Branco Argentina S. A.

A Companhia constituiu uma sociedade anônima com sede em Buenos Aires, com o objetivo principal de adquirir, importar e exportar trigo em grão, farinha de trigo e seus derivados. Contudo, a sociedade não chegou a operar e a Companhia decidiu por não dar continuidade ao processo, iniciando os procedimentos de fechamento da entidade.

Latinex Importação e Exportação de Alimentos Ltda.

A controlada direta, instituída em 2003, está localizada na cidade de São José dos Pinhais no estado do Paraná e tem como principal atividade a produção, comercialização e distribuição de biscoitos e snacks saudáveis, temperos, molhos e condimentos, conforme destacado na Nota Explicativa nº 2.

Jasmine Indústria e Comércio de Alimentos Ltda.

A controlada indireta, instituída em 1990, está localizada na cidade de Campina Grande do Sul no estado do Paraná e tem como principal atividade a produção, comercialização e distribuição de alimentos saudáveis com produtos orgânicos, zero açúcar, integrais, cereais, snacks, granolas e pães sem glúten, conforme destacado na Nota Explicativa nº 2.

Darcel S.A. e Cacama S.A.

As controladas indiretas, instituídas em 1952, estão localizadas em Montevidéu no Uruguai e têm como principal atividade a produção, comercialização e distribuição de massas, tendo também em seu portfólio itens das categorias de farinha de trigo, mistura para bolos, molhos, entre outras, conforme destacado na Nota Explicativa nº 2.

ii. Controladas em conjunto e coligadas

As operações controladas em conjunto são aquelas nas quais a Companhia possui controle compartilhado, estabelecido contratualmente e que requerem consentimento unânime nas decisões estratégicas e operacionais das partes que compartilham o controle. As coligadas são aquelas em que a Companhia participa do capital da investida, mas não possui o controle.

Operação em conjunto

Terminal de Grãos de Fortaleza Ltda (“Tergran”)

A Companhia possui o controle compartilhado com as Companhias Moinho Cearense S.A e J. Macêdo S.A, as quais possuem participação equivalente de 33,33% do seu capital e que nomeiam, de comum acordo, o diretor operacional encarregado pela Administração da Tergran. A Companhia considera o investimento como *joint operation*, ou operação em conjunto, e seus ativos, seus passivos, suas receitas e despesas são reconhecidos, em relação à sua participação, somente nas demonstrações consolidadas, haja vista que a Tergran possui personalidade jurídica própria, e, dessa forma, o investimento é reconhecido nas demonstrações financeiras individuais pelo método de equivalência patrimonial.

A Tergran é uma empresa que possui como objeto social a exploração da atividade de operadora portuária, realizando prestação de serviços de descarga e de armazenagem de trigo no Porto de Fortaleza, com o objetivo prioritário de aumentar a produtividade e reduzir custos no descarregamento dos navios cargueiros de trigo para seus três sócios.

Empreendimento controlado em conjunto

Terminal de Trigo do Rio de Janeiro - Logística S.A.

A Companhia possui participação societária no empreendimento controlado em conjunto com a Companhia Bunge Alimentos S.A (Bunge), as quais possuem participação equivalente de 50% do seu capital. O Terminal de Trigo do Rio de Janeiro - Logística S.A. figura como arrendatária no contrato celebrado em 21 de setembro de 2017 com a União, por intermédio do Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil, que versa sobre arrendamento da área e infraestrutura pública para a movimentação e armazenagem de graneis sólidos de origem vegetal, especialmente trigo, localizada dentro do porto organizado do Rio de Janeiro/RJ.

A Companhia reconhece seu investimento em relação à sua participação na operação pelo método de equivalência patrimonial, tanto nas demonstrações financeiras individuais quanto nas consolidadas.

A participação da Companhia nesse negócio insere-se na sua estratégia de aprimoramento logístico para abastecimento de insumos destinados às suas unidades industriais instaladas na região Sudeste.

O Terminal de Trigo do Rio de Janeiro - Logística S.A. iniciou as suas operações em 08 de janeiro de 2020.

Coligada

Omega Delta 7&8 Holding Energia S.A

Em 30 de agosto de 2022, a Companhia concluiu a operação subjacente ao contrato de parceria societária com a Omega Geração S. A ("Omega"), que tem por objeto a geração de energia para o consumo pela Companhia em suas unidades produtivas como estratégia de diversificação de sua matriz de energia a partir de fontes renováveis, acesso a insumos que fazem parte de seu processo produtivo e aumento da competitividade ao poder fruir dos benefícios relacionados à autoprodução de energia por equiparação.

A Companhia possui 24,5% de participação societária no capital total da investida e usufrui de influência significativa, sem direito ao controle individual ou conjunto do negócio, e que está sob o controle da Companhia Omega Geração S.A.

A Companhia reconhece seu investimento em relação à sua participação na operação pelo método de equivalência patrimonial, tanto nas demonstrações financeiras individuais quanto nas consolidadas.

A parceria societária com Ômega Geração S. A. em relação aos três parques eólicos localizados no estado do Maranhão tem por objetivo a geração de energia limpa para o consumo da M. Dias Branco com custos mais competitivos, a partir da autoprodução de energia por equiparação.

b) Conversão de saldos em moeda estrangeira

i. Transações e saldos em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor nas datas das respectivas transações. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são reconvertidos à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data do balanço.

Todas as variações de moeda são registradas na demonstração do resultado, exceto aquelas decorrentes de transações em moeda estrangeira designadas para proteção (*hedge*) contra riscos de mudanças nas taxas de câmbio que são registradas no patrimônio líquido.

ii. Operações no exterior

Os valores de ativos e passivos das controladas no exterior são convertidos para reais pela taxa de câmbio da data do balanço, e as correspondentes demonstrações do resultado são convertidas pela taxa de câmbio da data das transações. As diferenças cambiais resultantes da referida conversão são contabilizadas separadamente no patrimônio líquido. No momento da venda de uma controlada no exterior, o valor diferido acumulado reconhecido no patrimônio líquido, referente a essa controlada, é reconhecido na demonstração do resultado.

c) Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (impairment)

Os ativos que têm uma vida útil indefinida, como o ágio e marcas, não estão sujeitos à amortização e são testados para identificar eventual necessidade de redução ao valor recuperável (*impairment*). Os testes de *impairment* do ágio e das marcas são realizados, no mínimo, anualmente ou com maior frequência se eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem um possível *impairment*.

A Administração revisa a cada data de balanço os valores contábeis líquidos dos ativos e demais ativos não financeiros, sujeitos à depreciação e amortização, com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída perda por desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

d) Benefícios a empregados

A Companhia e suas controladas concedem benefícios de curto prazo aos seus empregados, os quais são mensurados em uma base não descontada e incorridos como despesas, conforme o serviço relacionado seja prestado. O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo. A participação nos lucros e resultados é reconhecida no resultado como custos e despesas operacionais.

Para a diretoria não estatutária existe, ainda, um plano de remuneração baseado em ações, conforme destacado na Nota Explicativa nº 27, extensivo aos diretores estatutários celetistas e os executivos do nível gerencial.

e) Reconhecimento de receita

A Companhia e suas controladas reconhecem a receita operacional da venda de bens no curso normal das atividades no momento em que o controle sobre os produtos é transferido, e pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber reconhecida quando: (i) há evidência convincente de que o controle de um bem ou serviço é transferido ao cliente, o que em geral ocorre na sua entrega; (ii) pelo valor que a entidade espera ter direito a receber em troca da transferência do bem ou serviço e (iii) os custos associados e a possível devolução de mercadorias possam ser estimados de maneira confiável. Caso seja provável que descontos serão concedidos e o valor possa ser mensurado de maneira confiável, então o desconto é reconhecido como uma redução da receita operacional, conforme as vendas sejam reconhecidas.

Vale destacar que a entrega ocorre quando os produtos são enviados para o local especificado, o cliente aceita os produtos, de acordo com o contrato de venda, e as disposições de aceite tenham prescrito ou a Companhia tenha evidências objetivas de que todos os critérios de aceite das mercadorias foram atendidos.

f) Segmento de negócios

A Companhia e suas controladas Latinex, Jasmine e Las Acacias atuam no segmento alimentício com as seguintes linhas de produtos: biscoitos, massas, farinha e farelo de trigo, margarinas e gorduras vegetais, bolos, mistura para bolos, torradas, *snacks*, alimentos saudáveis com produtos

orgânicos, zero açúcar, integrais, cereais, granolas, pães sem gluten e no segmento de temperos, molhos e condimentos. A produção e comercialização dos produtos alimentícios por parte da Companhia e suas controladas não contam com apuração ou mensuração de lucros ou prejuízos operacionais individualizados, que sejam regularmente revistos pelo principal gestor das operações, seja para subsidiar decisões de investimentos, seja para avaliar seu desempenho em separado.

Dessa forma, levando em conta que todas as decisões são tomadas com base em relatórios consolidados e que as decisões relativas a planejamento estratégico, financeiro, compras, investimentos e aplicação de recursos são tomadas em bases consolidadas, a Companhia concluiu que tem somente um segmento passível de reporte.

g) Combinação de negócios e ágio

Combinações de negócios são registradas na data de aquisição, que representa o momento em que o controle é transferido para a Companhia. Os ativos adquiridos e passivos assumidos numa combinação de negócios são reconhecidos pelos seus respectivos valores justos na data de aquisição.

A Companhia mensura o ágio na data de aquisição como:

- o valor justo da contraprestação transferida que inclui a contraprestação contingente do preço; mais
- o montante reconhecido de qualquer participação não-controladora na adquirida; mais
- se a aquisição foi realizada em estágios, o valor justo de qualquer participação na adquirida antes da aquisição; menos
- ativos de indenização; menos
- o montante líquido (a valor justo) dos ativos identificáveis adquiridos e dos passivos assumidos.

Após o reconhecimento inicial, o ágio é mensurado pelo custo, deduzido de quaisquer perdas acumuladas do valor recuperável.

Quando o excedente é negativo, um ganho decorrente do acordo da compra vantajosa é reconhecido imediatamente na demonstração de resultados do exercício.

Os custos de transação, que não sejam aqueles associados com a emissão de títulos de dívida ou de participação acionária, nos quais a Companhia incorre em relação a uma combinação de negócios, são reconhecidos como despesas à medida que são incorridos.

h) Contabilidade de proteção (*hedge accounting*)

A Companhia adota a contabilidade de *hedge*, nos termos dos CPC 40 (R1) – Instrumentos Financeiros: Evidenciação (IFRS 7) e CPC 48 (IFRS 9) – Instrumentos Financeiros, para as transações com instrumentos financeiros derivativos com a finalidade de proteção do risco de variação dos preços de *commodities*, câmbio e inflação em suas operações. A relação de proteção enquadrada como *hedge* de fluxo de caixa consiste em fornecer proteção contra a variação nos fluxos de caixa atribuível a um risco particular associado com um ativo ou passivo reconhecido ou mesmo uma transação prevista altamente provável e que possa afetar o resultado. Quando classificada com *hedge* de valor justo, consiste em proteger a exposição às mudanças no valor justo de passivos financeiros suscetíveis a variações de inflação.

Na categoria de hedge de fluxo de caixa, a parcela efetiva do ganho ou perda do instrumento de *hedge* é reconhecida no patrimônio líquido como outros resultados abrangentes, na rubrica “Ganho (perda) em operações de *hedge* de fluxo de caixa”, e a parcela inefetiva, quando aplicável, é reconhecida no resultado financeiro. Os ganhos e perdas acumulados são reclassificados no resultado ou no balanço patrimonial quando o objeto de proteção é reconhecido, ajustando-se a rubrica em que foi contabilizado o referido objeto.

Ressalte-se que os efeitos tributários diferidos sobre os ganhos e perdas reconhecidos no patrimônio líquido são reconhecidos também em outros resultados abrangentes, na rubrica “efeitos tributários sobre o ganho (perda) em operações de *hedge* de fluxo de caixa.”

A contabilização de *hedge* é descontinuada prospectivamente a partir da data em que a relação de *hedge* não se qualifica mais, podendo ocorrer de forma parcial ou integral. As condições para a descontinuação do *hedge accounting* ocorrem quando: i) nas relações de *hedge* de fluxo de caixa, o item protegido é reconhecido no balanço da Companhia. Nesse caso, o valor registrado no patrimônio líquido é incluído no mesmo período e no mesmo componente em que o item protegido é reconhecido (balanço patrimonial ou resultado); ii) o instrumento de *hedge* é encerrado. Nesse contexto, o valor efetivo registrado no patrimônio líquido é reconhecido na data de competência em que o item protegido é reconhecido; iii) não existir a relação de *hedge* devido à alteração do objetivo da gestão de risco e iv) não existir a relação econômica entre o instrumento de *hedge* e o item protegido ou o efeito do risco de crédito comece a predominar na relação de *hedge*.

Caso ocorra a descontinuação do *hedge accounting* de acordo com os itens iii e iv, todos os ganhos e perdas acumulados das relações de *hedge* semelhantes, registradas no patrimônio líquido, são imediatamente transferidos para o resultado financeiro.

A Companhia verifica a efetividade de seus instrumentos financeiros derivativos a cada fechamento trimestral e anual ou por ocasião de alteração significativa nas circunstâncias que afetam os requisitos de efetividade de *hedge*, o que ocorrer primeiro.

Na categoria de hedge de valor justo, as variações no valor justo de derivativos são registradas na demonstração do resultado financeiro, e os financiamentos, objeto de proteção, também são ajustados a valor justo, cujas variações são igualmente refletidas do resultado financeiro. Os efeitos da contabilidade de *hedge* estão demonstrados na Nota Explicativa nº 18.

i) Novas normas, interpretações e alterações com aplicação efetiva após 01 de janeiro de 2023

Não se espera que as seguintes normas novas ou alterações tenham impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Companhia: - Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação (alterações ao CPC 32/IAS 12); - Classificação do Passivo em Circulante ou Não Circulante (Alterações ao CPC 26/IAS 1); - IFRS 17 Contratos de Seguros; - Divulgação de Políticas Contábeis (Alterações ao CPC 26/IAS 1 e IFRS Practice Statement; - Definição de Estimativas Contábeis (Alterações ao CPC 23/IAS 8).

5. Caixa e equivalentes de caixa

Descrição	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Caixa e bancos	97.926	15.190	99.389	16.223
Aplicações financeiras em renda fixa	541.374	1.539.614	548.657	1.539.641
Total	639.300	1.554.804	648.046	1.555.864

O saldo das aplicações financeiras em renda fixa, em 31 de dezembro de 2022, refere-se, substancialmente, a Certificados de Depósitos Bancários (CDB) pós-fixados e compromissadas, remunerados pela variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) à rentabilidade média de 98,47%, (103,54% em 31 de dezembro de 2021). Essas aplicações são mantidas para negociação imediata e estão disponíveis para utilização nas operações da Companhia.

6. Depósitos vinculados

O saldo de depósitos vinculados no montante de R\$ 69.570, em 31 de dezembro de 2022, refere-se a depósitos de margem inicial e variação de margem para fazer face às operações de instrumentos derivativos de commodities contratadas em Bolsa de Valores e que estão expostas a variação do preço das commodities.

7. Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela venda de produtos no decurso normal das atividades da Companhia, são avaliadas pelo montante original da venda deduzido dos descontos concedidos, créditos de clientes e perdas de crédito esperadas, e estão apresentados da seguinte forma:

Composição dos saldos	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
No país	1.615.379	1.408.424	1.656.459	1.417.563
No exterior	84.928	71.153	84.928	71.153
(-)Perdas de crédito esperadas	(44.554)	(48.483)	(47.627)	(49.725)
Total	1.655.753	1.431.094	1.693.760	1.438.991
Circulante	1.652.875	1.431.094	1.690.882	1.438.991
Não circulante	2.878	-	2.878	-

Aging - Controladora

Descrição	2022		2021	
	Contas a receber	Perdas de crédito esperadas	Contas a receber	Perdas de crédito esperadas
A vencer	1.591.583	14.483	1.375.484	8.141
Vencidas	108.724	30.071	104.093	40.342
1 a 30 dias	53.069	1.665	40.436	722
31 a 60 dias	4.289	552	4.472	542
61 a 90 dias	3.773	537	2.426	295
91 a 180 dias	7.814	2.807	6.004	1.973
181 a 360 dias	10.757	8.068	10.710	7.326
Mais de 360 dias	29.022	16.442	40.045	29.484
Subtotal	1.700.307	44.554	1.479.577	48.483

Aging - Consolidado

Descrição	2022		2021	
	Contas a receber	Perdas de crédito esperadas	Contas a receber	Perdas de crédito esperadas
A vencer	1.629.082	14.483	1.381.707	8.141
Vencidas	112.305	33.144	107.009	41.584
1 a 30 dias	53.366	1.665	41.254	722
31 a 60 dias	4.325	552	4.791	542
61 a 90 dias	3.880	539	2.544	295
91 a 180 dias	8.127	3.082	6.417	1.973
181 a 360 dias	11.318	8.625	11.474	8.084
Mais de 360 dias	31.289	18.681	40.529	29.968
Subtotal	1.741.387	47.627	1.488.716	49.725

A Companhia adota um modelo híbrido de perdas esperadas e incorridas, com abordagem simplificada, registrando perdas esperadas durante todo o ciclo das contas a receber de clientes. O modelo parte da avaliação das vendas realizadas em um período de 12 meses e do montante considerado incobrável relacionado a esse período. Do resultado apurado, levantam-se as taxas históricas de inadimplência por "faixa" de recebimento, que são aplicadas sobre o saldo das contas a receber de clientes, desconsiderando a parcela que porventura apresente garantia real de recebimento.

A movimentação das perdas de crédito esperadas é apresentada a seguir:

Detalhamento da movimentação	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2020	76.071	76.071
Combinação de negócio- Latinex	-	1.098
(Reversão) de perdas de crédito esperadas	(1.019)	(874)
Baixas	(26.569)	(26.570)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	48.483	49.725
Combinação de negócio- Jasmine	-	917
Provisão de perdas de crédito esperadas ⁽¹⁾	23.404	24.324
Baixas	(27.333)	(27.339)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	44.554	47.627

⁽¹⁾ Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia constituiu provisão de perdas de créditos esperadas no montante de R\$ 6.711 dos recebíveis do cliente Americanas S.A em processo de recuperação judicial.

As contas a receber de clientes são baixadas quando não há perspectivas realistas de recuperação. As perdas de crédito esperadas são reconhecidas no resultado operacional da Companhia.

8. Estoques

Os estoques são ativos mantidos para venda no curso normal dos negócios, em processo de produção para venda ou na forma de materiais ou suprimentos a serem consumidos ou transformados no processo de produção ou na prestação de serviços.

O custo dos estoques baseia-se no custo médio ponderado, e os estoques incluem todos os gastos relativos a transporte, armazenagem, impostos não recuperáveis e outros custos incorridos no seu traslado até as suas localizações e condições existentes. No caso de produtos industrializados, em processo e acabados, além dos custos dos materiais diretos e mão de obra, os estoques incluem os gastos gerais de fabricação, com base na capacidade normal de produção.

Os saldos dos estoques estão apresentados da seguinte forma:

Descrição	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Produtos acabados ⁽¹⁾	531.215	302.254	542.693	306.687
Produtos em elaboração	92.788	47.254	92.835	47.254
Matérias-primas ⁽¹⁾	1.001.163	429.247	1.023.577	433.904
Materiais de embalagens e almoxarifado	352.399	268.218	360.788	269.967
Materiais auxiliares e de manutenção	90.436	54.132	90.756	54.132
Importações em andamento ⁽²⁾	-	42.172	127	42.172
Adiantamentos a fornecedores	-	38	773	61
Total	2.068.001	1.143.315	2.111.549	1.154.177

⁽¹⁾ Crescimento influenciado pelo aumento do custo médio das commodities e níveis de estoque no exercício;

⁽²⁾ Refere-se à importação de trigo e óleo.

Os estoques de produtos acabados são mensurados pelo valor de custo ou pelo valor realizável líquido, dos dois o menor.

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia e suas controladas mantinham perdas estimadas para redução do valor recuperável de estoque no montante de R\$ 20.365 (R\$ 13.630 em 31 de dezembro de 2021).

A movimentação das perdas estimadas para redução do valor recuperável de estoque é apresentada a seguir:

Detalhamento da movimentação	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2020	11.577	11.577
Combinação de negócio- Latinex	-	3.477
Provisão de perdas estimadas	10.021	10.021
Baixas	(12.498)	(11.445)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	9.100	13.630
Combinação de negócio- Jasmine	-	833
Provisão de perdas estimadas	16.788	16.719
Baixas	(6.071)	(10.817)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	19.817	20.365

9. Tributos a recuperar

A Companhia reconhece o crédito tributário no momento em que julga dispor de elementos jurídicos e técnicos que permitam o reconhecimento do direito e a mensuração confiável do valor a ser compensado ou restituído.

Os saldos dos tributos a recuperar estão apresentados da seguinte forma:

Descrição	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
ICMS (i)	97.201	103.302	97.863	103.586
Imposto de renda e contribuição social (ii)	70.374	71.224	70.407	71.224
PIS e Cofins (iii)	211.406	378.666	212.432	378.666
Imposto de renda retido na fonte sobre aplicação financeira	19.082	42.869	19.156	42.988
IOF crédito extemporâneo	4.136	4.031	4.136	4.031
INSS (iv)	28.548	26.932	28.548	26.932
Crédito extemporâneo - PIS e Cofins	924	924	924	924
Outros	18.624	10.220	21.186	10.860
Total	450.295	638.168	454.652	639.211
Circulante	259.252	198.356	263.102	199.143
Não circulante	191.043	439.812	191.550	440.068

Destacam-se as principais origens dos tributos a recuperar:

- (i) ICMS: tratam-se substancialmente de créditos de aquisição de ativo imobilizado e ressarcimento de ICMS pago na forma de substituição tributária das operações com o trigo, farinha de trigo e derivados de farinha de trigo líquidos de perdas estimadas por redução ao valor recuperável, este último no montante de R\$ 38.026 (R\$ 38.631 em 31 de dezembro de 2021);
- (ii) Imposto de Renda (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), decorrentes do saldo negativo de IRPJ 2022 e de ação judicial referente ao posicionamento do STF RE 1063187 – Inconstitucionalidade sobre os valores atinentes à taxa Selic recebidos em razão de repetição de indébito tributário, este último no montante de R\$ 41.913 (R\$ 38.132 em 31 de dezembro de 2021);

- (iii) PIS e Cofins, em virtude de pagamento a maior, créditos sobre aquisições de insumos e créditos extemporâneos decorrentes de ações judiciais ou administrativas, com destaque para as ações de exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS/Cofins, no montante de R\$ 200.684 (R\$ 373.054 em 31 de dezembro de 2021);
- (iv) Crédito de INSS decorrente de trânsito em julgado de ações judiciais com destaque para a ação de exclusão do ICMS na base de cálculo da contribuição previdenciária sobre o faturamento, INSS sobre auxílio-doença e salário maternidade no valor de R\$ 25.465 (2013 a 2015).

Em virtude do deferimento de pedido de habilitação do crédito decorrente do trânsito em julgado de ações relacionadas à exclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e da Cofins junto a Receita Federal do Brasil, a Companhia transferiu para o ativo circulante, o montante de R\$ 318.263.

PIS e Cofins – Programa de Integração Social e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social

A Companhia em 31 de dezembro de 2022 reconheceu o montante de R\$ 28.328 (R\$ 39.336 em 31 de dezembro de 2021), atualizado pela Selic, crédito esse devido aos antigos sócios das empresas adquiridas/incorporadas que serão repassados líquidos das despesas com honorários de êxito e encargos tributários decorrente do registro da receita. Em 31 de dezembro de 2021, registrou o montante de R\$ 85.929, atualizado pela Selic.

Restam, ainda, períodos pendentes de reconhecimento em razão de não ter sido possível localizar na integralidade a documentação física que suporte o levantamento ou em decorrência da inexistência de sistemas digitais específicos, principalmente em relação ao período anterior a 2004. Entretanto, a Companhia segue em busca de mecanismos alternativos para mensuração completa dos valores envolvidos.

Abaixo, segue demonstrativo dos períodos pendentes de reconhecimento:

Empresa/ Nº Processo	Período
M. Dias Branco S.A Ind. e Com. de Alimentos / 2000.81.00.010313-1	1990 a 1999
NPAP Alimentos S.A./ 2007.83.00.014726-1	2002, 2010 a 2012
Moinho Santa Lúcia /0004326-93.2008.4.05.8100	2003 a 2007 e 2009
Pelágio Oliveira S.A /0011868-02.2007.4.05.8100	2002, 2004, 2012
Zabet S/A Indústria e Comércio	Em análise

Ressalte-se que os créditos decorrentes das ações ajuizadas pelas empresas incorporadas relativos aos períodos anteriores à data de aquisição serão objeto de reembolso aos antigos sócios quando da utilização, por se constituírem parcela contingente do preço de aquisição. Portanto, estima-se que o impacto no resultado da Companhia, se aplicável, não será material, considerando, ainda, a baixa expectativa de levantamento de documentação suporte para habilitação do crédito.

Por fim, a Companhia informa que seguirá com a apuração e reconhecimento na medida em que for mensurando os demais períodos envolvidos.

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**



O montante de imposto a recuperar, registrado no ativo não circulante, apresenta a seguinte expectativa de realização:

Ano de vencimento	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
2024	106.504	393.802	106.603	394.058
2025	46.422	5.488	46.830	5.488
2026	7.091	10.396	7.091	10.396
2027	4.418	4.267	4.418	4.267
2028 em diante	26.608	25.859	26.608	25.859
Total	191.043	439.812	191.550	440.068

10. Investimentos

Nas demonstrações financeiras individuais, os investimentos em controladas, controladas em conjunto e coligadas são avaliados por equivalência patrimonial.

Os demais investimentos são avaliados ao custo de aquisição deduzido de perdas de redução do valor recuperável, quando aplicável.

a) Composição dos saldos

Descrição	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Participações em companhias controladas, controladas em conjunto e coligadas	400.476	31.934	61.573	35.055
Adiantamento para subscrição de capital	82.071	15.613	1	-
Ágio na aquisição de investimentos	96.516	86.631	-	-
Valor justo de ativos adquiridos e passivos assumidos	120.488	142.438	-	-
Lucros não realizados em operações com controladas	(7.548)	-	-	-
Outros	888	888	888	888
Total	692.891	277.504	62.462	35.943

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022**
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)



b) Movimentação dos investimentos em controladas

Detalhamento da movimentação	Controladora								Consolidado			
	Tergran	MDB Argentina	MDB International Trading	TTRJ	Omega	Latinex	Outros	Total	TTRJ	Omega	Outros	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2020	4.291	1	169	46.401	-	-	888	51.750	46.401	-	888	47.289
Equivalência patrimonial	(130)	-	-	(11.346)	-	(1.196)	-	(12.672)	(11.346)	-	-	(11.346)
Equivalência patrimonial	(130)	-	-	(11.346)	-	(1.196)	-	(12.672)	(11.346)	-	-	(11.346)
Subtotal	4.161	1	169	35.055	-	(1.196)	888	39.078	35.055	-	888	35.943
Aquisição em participação societária	-	-	-	-	-	223.818	-	223.818	-	-	-	-
Variação cambial	-	-	13	-	-	-	-	13	-	-	-	-
Adiantamento de subscrição de capital	170	-	-	-	-	14.425	-	14.595	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2021	4.331	1	182	35.055	-	237.047	888	277.504	35.055	-	888	35.943
Equivalência patrimonial	(443)	-	-	1.458	(1.142)	(33.152)	-	(33.279)	1.458	(1.142)	-	316
Equivalência patrimonial	(443)	-	-	1.458	(1.142)	(33.152)	-	(33.279)	1.458	(1.142)	-	316
(-) Depreciação, Amortizações e baixas de mais valia de ativos	-	-	-	-	-	(12.554)	-	(12.554)	-	-	-	-
Lucros não realizados em operações com controladas	-	-	-	-	-	(7.548)	-	(7.548)	-	-	-	-
Subtotal	3.888	1	182	36.513	(1.142)	203.895	888	244.225	36.513	(1.142)	888	36.259
Variação cambial	-	-	(12)	-	-	-	-	(12)	-	-	-	-
Aquisição em participação societária	-	-	-	-	9.429	489	-	9918	-	9.429	-	9.429
Ganho em aquisição de participação societária	-	-	-	-	16.774	-	-	16.774	-	16.774	-	16.774
Aumento de capital	-	-	-	-	-	350.899	-	350.899	-	-	-	-
Adiantamento de subscrição de capital	3.442	-	-	-	-	67.645	-	71.087	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2022	7.330	1	170	36.513	25.061	622.928	888	692.891	36.513	25.061	888	62.462

c) Informações das controladas e controlada em conjunto

Posição Patrimonial	Tergran		Latinex		MDB Argentina		MDB International Trading	
	2022	2021	2022	2021	2022	2021	2022	2021
Ativo	7.947	4.944	507.886	33.210	1	1	241	257
Passivos	616	1.800	176.356	39.657	-	-	71	75
Patrimônio líquido	7.331	3.144	331.530	(6.447)	1	1	170	182
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	(443)	(130)	(13.050)	(1.196)	-	-	-	-

11. Propriedades para investimento

As propriedades para investimentos são mensuradas pelo custo histórico de aquisição, deduzido de depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável acumuladas, quando aplicável. A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, aplicando-se o método linear às taxas estabelecidas, e leva em conta o tempo de vida útil estimado dos bens, refletindo, assim, o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo.

A taxa de depreciação ponderada que expressa o tempo de vida útil dos bens classificados como propriedades para investimento é de 4,74% em 31 de dezembro de 2022 (4,74% em 31 de dezembro de 2021).

a) Movimentação de propriedades para investimento

Detalhamento da movimentação	Controladora e Consolidado		
	Edificações	Terrenos	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2020	17.195	37.418	54.613
Reclassificação ⁽¹⁾	-	1.988	1.988
Depreciação	(482)	-	(482)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	16.713	39.406	56.119
Depreciação	(482)	-	(482)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	16.231	39.406	55.637

⁽¹⁾ Reclassificação do Imobilizado para Investimento.

As propriedades para investimento contemplam dez imóveis localizados na Bahia, Ceará, Pernambuco, Piauí, Minas Gerais e São Paulo. Em 31 de dezembro de 2022, o valor justo de tais imóveis está representado pelo montante de R\$ 136.423, com base em laudos de avaliação emitidos por avaliadores externos (R\$ 134.749 em 31 de dezembro de 2021).

12. Imobilizado

Os itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*) acumulada, quando aplicável. A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, aplicando-se o método linear às taxas estabelecidas, e leva em conta o tempo de vida útil estimado dos bens, refletindo, assim, o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo.

O valor residual e a vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no final de cada período e ajustados de forma prospectiva.

As taxas de depreciação e amortização ponderadas que expressam o tempo de vida útil dos bens do ativo imobilizado e do direito de uso, respectivamente, estão assim distribuídas.

Descrição	Taxa de depreciação % (a.a)			
	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Edificações	1,79	1,79	1,79	1,65
Máquinas e equipamentos	6,18	6,20	5,22	5,34
Móveis e utensílios	9,66	9,97	7,25	8,38
Veículos	6,80	7,12	6,38	6,79
Instalações	5,36	5,38	5,35	5,38
Direito de uso ⁽¹⁾	13,53	14,34	12,56	14,34
Outros	5,03	5,78	1,52	5,35

⁽¹⁾ Ver Nota Explicativa nº 14.

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022**
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)



a) Movimentação do imobilizado
Controladora

Custo	Edificações	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Veículos	Instalações	Imobilizações em andamento ⁽⁴⁾	Outros	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2020	1.387.241	2.996.661	108.567	115.279	411.509	377.454	306.934	5.703.645
Adições	2.249	7.553	2.115	23	481	160.471	1.711	174.603
Apropriação de créditos tributários	(2.952)	(6.554)	-	-	(2.102)	-	(56)	(11.664)
Direito de uso ⁽¹⁾	58.457	10.086	-	28.726	-	-	847	98.116
Baixas	-	(1.713)	(242)	(4.784)	(15)	(251)	(418)	(7.423)
Baixas de arrendamentos	(10.367)	(336)	-	(22.237)	-	-	(2.016)	(34.956)
Transferências	46.969	130.297	11.086	(900)	41.967	(242.097)	12.678	-
Provisão para redução do valor recuperável de ativos	-	-	-	-	-	(810)	-	(810)
Reclassificação	-	(28)	-	-	-	(3.008)	(3.470)	(6.506)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	1.481.597	3.135.966	121.526	116.107	451.840	291.759	316.210	5.915.005
Adições	1.782	13.766	3.513	387	632	182.206	1.982	204.268
Apropriação de créditos tributários ⁽²⁾	(1.498)	(64.113)	-	-	(1.163)	-	-	(66.774)
Direito de uso ⁽¹⁾	48.480	13.123	-	90.046	-	-	(685)	150.964
Baixas	-	(6.258)	(460)	(3.370)	(57)	172	(28)	(10.001)
Baixas de arrendamentos	(2.023)	(2.573)	-	(69)	-	-	-	(4.665)
Transferências	60.850	146.712	(2.720)	477	20.694	(232.512)	6.499	-
Reclassificação ⁽³⁾	(14)	(145)	-	-	-	(739)	(1.125)	(2.023)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	1.589.174	3.236.478	121.859	203.578	471.946	240.886	322.853	6.186.774

⁽¹⁾ Ver Nota Explicativa nº 14; ⁽²⁾ Refere-se ao crédito de PIS/COFINS sobre o saldo residual de bens de períodos anteriores, no qual a Companhia optou por apropriar pela data de aquisição, observando a capitalização dos referidos bens; ⁽³⁾ Reclassificações de imobilizado para o intangível de R\$ 409 e reclassificação entre depreciação e custo de R\$ 1.474 no acumulado de 2022; ⁽⁴⁾ Referem-se, principalmente, a equipamentos para o projeto tortinha nova geração, equipamentos para a unidade moageira, maquinário para a linha de biscoitos e peças para maquinários de diversas unidades.

Depreciação	Edificações	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Veículos	Instalações	Imobilizações em andamento	Outros	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2020	(287.953)	(1.568.176)	(74.764)	(67.253)	(181.485)	-	(107.475)	(2.287.106)
Depreciação	(23.337)	(151.740)	(6.639)	(2.198)	(21.645)	-	(9.336)	(214.895)
Amortização direito de uso ⁽¹⁾	(23.833)	(10.317)	-	(11.921)	-	-	(1.181)	(47.252)
Baixas	-	1.423	204	4.149	15	-	411	6.202
Baixas de arrendamentos	5.002	336	-	22.237	-	-	1.762	29.337
Transferências	139	(100)	36	(77)	(1)	-	3	-
Reclassificação	267	27	84	-	-	-	1.141	1.519
Saldos em 31 de dezembro de 2021	(329.715)	(1.728.547)	(81.079)	(55.063)	(203.116)	-	(114.675)	(2.512.195)
Depreciação	(24.201)	(149.422)	(7.112)	(1.871)	(22.532)	-	(9.509)	(214.647)
Amortização direito de uso ⁽¹⁾	(32.421)	(10.297)	-	(17.934)	-	-	(1.017)	(61.669)
Baixas	-	5.464	428	2.725	48	-	6	8.671
Baixas de arrendamentos	1.075	2.573	-	68	-	-	1	3.717
Transferências	1.204	(7.733)	7.811	(2)	48	-	(1.328)	-
Depreciação créditos de Pis/Cofins ⁽²⁾	-	19.849	-	-	-	-	-	19.849
Reclassificação	(1)	62	-	-	(1)	-	1.371	1.431
Saldos em 31 de dezembro de 2022	(384.059)	(1.868.051)	(79.952)	(72.077)	(225.553)	-	(125.151)	(2.754.843)
Saldos líquidos								
Saldos em 31 de dezembro de 2021	1.151.882	1.407.419	40.447	61.044	248.724	291.759	201.535	3.402.810
Saldos em 31 de dezembro de 2022	1.205.115	1.368.427	41.907	131.501	246.393	240.886	197.702	3.431.931

⁽¹⁾ Ver Nota Explicativa nº 14; ⁽²⁾ Refere-se ao crédito de PIS/COFINS sobre o saldo residual de bens de períodos anteriores, no qual a Companhia optou por apropriar pela data de aquisição, observando a capitalização dos referidos bens.

Em 31 de dezembro de 2022, o saldo de R\$ 197.702 apresentado em "outros", refere-se, principalmente, a terrenos de R\$ 146.640 (R\$ 146.640 em 2021), benfeitorias de R\$ 31.257 (R\$ 31.638 em 2021), computadores e periféricos de R\$ 13.443 (R\$ 15.500 em 2021), e outras imobilizações de R\$ 6.362 (R\$ 7.757 em 2021).

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022**
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)



Consolidado

Custo	Edificações	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Veículos	Instalações	Imobilizações em andamento (4)	Outros	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2020	1.391.344	2.999.704	108.643	115.279	412.672	377.454	307.184	5.712.280
Combinação de negócio-Latinex	2.306	10.879	224	52	-	462	396	14.319
Adições	2.250	7.651	2.115	44	531	160.471	1.795	174.857
Apropriação de créditos tributários	(2.952)	(6.554)	-	-	(2.102)	-	(56)	(11.664)
Direito de uso (1)	58.457	10.086	-	28.726	-	-	847	98.116
Baixas	-	(1.713)	(283)	(4.784)	(15)	(258)	(418)	(7.471)
Baixas de arrendamentos	(10.367)	(336)	-	(22.237)	-	-	(2.016)	(34.956)
Transferências	46.969	130.297	11.086	(900)	41.967	(242.097)	12.678	-
Provisão para redução do valor recuperável de ativos	-	-	-	-	-	(810)	-	(810)
Reclassificação	-	(28)	-	-	-	(3.008)	(3.470)	(6.506)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	1.488.007	3.149.986	121.785	116.180	453.053	292.214	316.940	5.938.165
Combinação de negócio-Latinex	(2.306)	(1.149)	2	-	-	5	2.303	(1.145)
Combinação de negócio-Jasmine	38.645	41.494	1.237	1.604	6.663	1.317	12.484	103.444
Combinação de negócio- Las Acacias	22.056	26.048	786	2.767	2.037	4.594	-	58.288
Adições	1.952	14.500	3.637	408	665	183.591	1.882	206.635
Apropriação de créditos tributários (2)	(1.499)	(64.114)	-	-	(1.164)	-	-	(66.777)
Direito de uso (1)	49.622	13.123	-	90.387	-	-	(685)	152.447
Baixas	-	(6.258)	(463)	(3.370)	(57)	162	(33)	(10.019)
Baixas de arrendamentos	(2.024)	(2.573)	-	(443)	-	-	1	(5.039)
Transferências	60.850	146.763	(2.720)	475	21.038	(232.903)	6.497	-
Reclassificação (3)	(13)	(146)	-	-	-	(740)	(984)	(1.883)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	1.655.290	3.317.674	124.264	208.008	482.235	248.240	338.405	6.374.116

(1) Ver Nota Explicativa nº 14; (2) Refere-se ao crédito de PIS/COFINS sobre o saldo residual de bens de períodos anteriores, no qual a Companhia optou por apropriar pela data de aquisição, observando a capitalização dos referidos bens; (3) Reclassificações de imobilizado para o intangível de R\$ 409 e reclassificação entre depreciação e custo de R\$ 1.474 no acumulado de 2022; (4) Referem-se, principalmente, a equipamentos para o projeto tortinha nova geração, equipamentos para a unidade moageira, maquinário para a linha de biscoitos e peças para maquinários de diversas unidades.

Depreciação	Edificações	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Veículos	Instalações	Imobilizações em andamento	Outros	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2020	(290.740)	(1.570.544)	(74.818)	(67.253)	(181.885)	-	(107.646)	(2.292.886)
Combinação de negócio-Latinex	(132)	(1.253)	(54)	(30)	-	-	(205)	(1.674)
Depreciação	(23.505)	(151.945)	(6.647)	(2.202)	(21.736)	-	(9.389)	(215.424)
Amortização direito de uso (1)	(23.833)	(10.317)	-	(11.921)	-	-	(1.181)	(47.252)
Baixas	-	1.423	214	4.149	15	-	411	6.212
Baixas de arrendamentos	5.002	336	-	22.237	-	-	1.762	29.337
Transferências	139	(100)	36	(77)	(1)	-	3	-
Reclassificação	267	27	84	-	-	-	1.141	1.519
Saldos em 31 de dezembro de 2021	(332.802)	(1.732.373)	(81.185)	(55.097)	(203.607)	-	(115.104)	(2.520.168)
Combinação de negócio-Jasmine	(5.606)	(15.825)	(765)	(586)	(1.439)	-	(2.002)	(26.223)
Combinação de negócio- Las Acacias	(8.019)	(21.054)	(670)	(2.211)	(1.533)	(371)	-	(33.858)
Depreciação	(24.643)	(151.193)	(7.178)	(1.917)	(22.742)	(38)	(10.006)	(217.717)
Depreciação da mais-valia	-	(280)	-	-	-	-	-	(280)
Amortização direito de uso (1)	(32.783)	(10.297)	-	(18.106)	-	-	(1.017)	(62.203)
Baixas	-	5.464	429	2.726	48	-	10	8.677
Baixas de arrendamentos	1.075	2.573	-	322	-	-	1	3.971
Transferências	1.203	(7.733)	7.809	-	48	-	(1.327)	-
Depreciação créditos de Pis/Cofins (2)	-	19.849	-	-	-	-	-	19.849
Reclassificação	151	62	-	-	-	-	1.383	1.596
Saldos em 31 de dezembro de 2022	(401.424)	(1.910.807)	(81.560)	(74.869)	(229.225)	(409)	(128.062)	(2.826.356)
Saldos líquidos								
Saldos em 31 de dezembro de 2021	1.155.205	1.417.613	40.600	61.083	249.446	292.214	201.836	3.417.997
Saldos em 31 de dezembro de 2022	1.253.866	1.406.867	42.704	133.139	253.010	247.831	210.343	3.547.760

(1) Ver Nota Explicativa nº 14; (2) Refere-se ao crédito de PIS/COFINS sobre o saldo residual de bens de períodos anteriores, no qual a Companhia optou por apropriar pela data de aquisição, observando a capitalização dos referidos bens.

Em 31 de dezembro de 2022, o saldo de R\$ 210.343 apresentado em “outros”, refere-se, principalmente, a terrenos de R\$ 156.371 (R\$ 146.640 em 2021), benfeitorias de R\$ 33.323 (R\$ 31.638 em 2021), computadores de periféricos de R\$ 14.263 (R\$ 15.880 em 2021) e outras imobilizações de R\$ 6.386 (R\$ 7.678 em 2021).

A depreciação do imobilizado reconhecida no resultado consolidado em 31 de dezembro de 2022 totalizou R\$ 272.898 (R\$ 266.049 em 31 de dezembro de 2021).

b) Benfeitorias em imóveis de terceiros

A Companhia possui contratos de arrendamento de áreas portuárias onde estão instaladas três unidades fabris localizadas nas cidades de Cabedelo (PB), Fortaleza (CE) e Natal (RN), onde se concentram o maior volume desses investimentos. Nesses imóveis são realizadas benfeitorias que são amortizadas no menor período entre o prazo dos contratos de arrendamento e a vida útil dos bens. O saldo em 31 de dezembro de 2022 totalizava R\$ 33.323 (R\$ 31.638 em 31 de dezembro de 2021).

Segue detalhamento dos bens classificados como benfeitoria em imóveis de terceiros:

Descrição	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Benfeitoria em edificações	78.208	73.857	80.510	73.857
Baixas	-	(26)	-	(26)
Depreciação acumulada	(46.951)	(42.193)	(47.187)	(42.193)
Total	31.257	31.638	33.323	31.638

c) Garantias

Em 31 de dezembro de 2022, o valor dos bens concedidos em garantia em operações diversas totalizava R\$ 621.673 (R\$ 665.908 em 31 de dezembro de 2021), sem considerar depreciações acumuladas.

d) Teste do valor recuperável dos ativos

O ativo imobilizado da Companhia é submetido à análise de indicação de perda de seu valor recuperável para assegurar que o valor contábil não supera o valor recuperável. Após a análise de fontes de informações externas e internas, os ativos não apresentaram qualquer indício de perda, desvalorização ou dano físico que pudesse comprometer o fluxo de caixa futuro da Companhia.

13. Intangível

Os intangíveis são avaliados ao custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável. Caso os ativos intangíveis sejam adquiridos em uma combinação de negócios, são mensurados ao valor justo na data da aquisição.

Os ativos intangíveis da Companhia compreendem:

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**



Descrição	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Ativos com vida útil definida				
Softwares em operações	150.868	132.932	152.667	133.043
(-) Amortização acumulada	(88.256)	(65.674)	(89.698)	(65.706)
	62.612	67.258	62.969	67.337
Softwares em andamento ⁽¹⁾	79.464	22.626	79.464	22.626
	142.076	89.884	142.433	89.963
Outros Intangíveis				
Relacionamento não contratual com clientes e fornecedores	185.921	185.921	221.810	223.502
Acordos de não competição	1.035	1.035	1.909	2.123
(-) Amortização acumulada	(56.291)	(44.211)	(56.291)	(44.211)
	130.665	142.745	167.428	181.414
Ativos com vida útil indefinida				
Marcas				
Vitarella	107.011	107.011	107.011	107.011
Pilar	33.815	33.815	33.815	33.815
Estrela, Pelágio e Salsito	75.559	75.559	75.559	75.559
Predillete e Bonsabor	11.530	11.530	11.530	11.530
Piraquê e Aldente	318.510	318.510	318.510	318.510
Fit Food, Frontera, Smart e Taste&Co	-	-	98.826	98.869
Jasmine	-	-	110.437	-
Las Acacias	-	-	28.272	-
Outras	6.014	5.678	6.074	5.721
	552.439	552.103	790.034	651.015
Ágio pago por rentabilidade futura				
Adria Alimentos do Brasil Ltda.	34.037	34.037	34.037	34.037
Vitarella	400.710	400.710	400.710	400.710
Pilar	27.941	27.941	27.941	27.941
Pelágio e J. Brandão	67.661	67.661	67.661	67.661
Moinho Santa Lúcia	42.363	42.363	42.363	42.363
Piraquê	362.316	362.316	362.316	362.316
Latinex	-	-	96.389	86.631
Jasmine	-	-	156.126	-
Las Acacias	-	-	59.914	-
Outros ⁽²⁾	9.384	9.384	9.384	9.384
	944.412	944.412	1.256.841	1.031.043
	1.769.592	1.729.144	2.356.736	1.953.435

⁽¹⁾Projeto de implantação de software com prazo estimado de conclusão para 2024. ⁽²⁾ Ágio decorrente de acervo líquido da empresa Craiova Participações Ltda., incorporada à Adria Alimentos do Brasil Ltda. em 27 de agosto de 2002.

Os softwares são amortizados durante cinco anos, exceto o sistema ERP, que é amortizado por dez anos, prazo definido com base no tempo de vida útil estimado e que reflete o benefício econômico do ativo intangível. O relacionamento não contratual com cliente e acordo de não competição, ativos identificados no processo de alocação do preço de aquisição da Piraquê, têm vida útil definida de 15,6 anos e 5 anos, respectivamente. Na Latinex, a vida útil do relacionamento não contratual com cliente, fornecedor e acordo de não competição é, respectivamente, de 10 anos, 3 anos e 7,2 anos. Em relação a Jasmine, o relacionamento não contratual com cliente é de 29,3 anos. No caso da Las Acacias baseado em laudo preliminar, a vida útil do relacionamento não

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**



contratual com cliente é de 16,2 anos. Os demais ativos são amortizados pelo método linear ao longo de sua vida útil estimada.

Os ágios pagos por rentabilidade futura não são amortizados, e seu valor recuperável é testado anualmente.

a) Movimentação do intangível

Controladora

Detalhamento da movimentação	Software	Marcas	Relacionamento não contratual com clientes	Acordo de não competição	Ágio na aquisição de investimentos	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2020	68.533	551.595	154.341	483	944.412	1.719.364
Aquisições	32.956	508	-	-	-	33.464
Reclassificação	3.000	-	-	-	-	3.000
Amortizações	(14.563)	-	(11.872)	(207)	-	(26.642)
Reversão de provisão para redução do valor recuperável de ativos	(42)	-	-	-	-	(42)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	89.884	552.103	142.469	276	944.412	1.729.144
Aquisições ⁽¹⁾	72.958	336	-	-	-	73.294
Reclassificação ⁽²⁾	409	-	-	-	-	409
Amortizações	(21.175)	-	(11.873)	(207)	-	(33.255)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	142.076	552.439	130.596	69	944.412	1.769.592

⁽¹⁾ Referem-se principalmente a modernização do ERP R\$ 31.263, implementação manufacturing enterprise system R\$ 6.969 e plataforma de procurement R\$4.085, implantação de solução wms R\$ 2.394 e licença de software R\$2.729 no acumulado de 2022. ⁽²⁾ Reclassificação para imobilizado de R\$ 409 em 2022.

Consolidado

Detalhamento da movimentação	Software	Marcas	Relacionamento não contratual com clientes	Acordo de não competição	Ágio na aquisição de investimentos	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2020	68.533	551.595	154.341	483	944.412	1.719.364
Combinação de negócio - Latinex	171	98.869	37.581	1.088	86.631	224.340
Aquisições ⁽¹⁾	32.956	551	-	-	-	33.507
Reclassificação ⁽²⁾	3.000	-	-	-	-	3.000
Amortizações	(14.566)	-	(11.872)	(207)	-	(26.645)
Baixas	(89)	-	-	-	-	(89)
Reversão de provisão para redução do valor recuperável de ativos	(42)	-	-	-	-	(42)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	89.963	651.015	180.050	1.364	1.031.043	1.953.435
Combinação de negócio - Latinex	-	-	(8.022)	(44)	9.758	1.692
Combinação de negócio-Jasmine	99	110.437	13.011	-	156.126	279.673
Combinação de negócio- Las Acacias	198	28.272	4.016	-	59.914	92.400
Aquisições ⁽¹⁾	72.980	397	-	-	-	73.377
Reclassificação	408	(87)	-	-	-	321
Amortizações	(21.215)	-	(22.570)	(377)	-	(44.162)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	142.433	790.034	166.485	943	1.256.841	2.356.736

⁽¹⁾ Referem-se principalmente a modernização do ERP R\$ 31.263, implementação manufacturing enterprise system R\$ 6.969 e plataforma de procurement R\$4.085, implantação de solução wms R\$ 2.394 e licença de software R\$2.729 no acumulado de 2022.

⁽²⁾ Reclassificação para imobilizado de R\$ 322 em 2022.

A Companhia registrou como despesa os gastos com pesquisa e desenvolvimento no valor de R\$ 15.882 em 31 de dezembro de 2022 (R\$ 14.218 em 31 de dezembro de 2021).

b) Teste do valor recuperável dos ágios e marcas

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia aplicou o teste de recuperabilidade dos ativos intangíveis com vida útil indefinida (ágio e marca), baseado no seu valor em uso, com a utilização do modelo de fluxo de caixa descontado.

Importa ressaltar que o processo de estimativa do valor em uso envolve utilização de premissas, julgamentos e projeções sobre os fluxos de caixa futuros, antes do imposto de renda e da contribuição social, taxas de crescimento e de desconto. Assim, as premissas do modelo tomaram por base as expectativas de crescimento do orçamento anual da Companhia e planejamento estratégico, aprovado pela diretoria, seu desempenho histórico, bem como dados de mercado, representando, assim, a melhor estimativa da Administração acerca das condições econômicas que poderão prevalecer durante a vida útil econômica dos ativos que são responsáveis pela geração dos fluxos de caixa.

De acordo com as técnicas de avaliação de empresa, a avaliação do valor em uso foi efetuada por um período de 5 anos mais perpetuidade, e o modelo baseou-se nas seguintes premissas fundamentais:

- as receitas líquidas foram projetadas considerando-se um crescimento médio anual em torno de 8,7% (volume 1,5% e preço 7,2%) em função do desempenho histórico e das expectativas quanto ao desempenho futuro;
- os custos e despesas operacionais foram projetados com base no desempenho histórico da Companhia e em sua expectativa quanto à evolução dos custos dos insumos no contexto do crescimento das vendas projetadas;
- os investimentos em bens de capital foram estimados considerando a infraestrutura necessária para suportar os volumes de vendas projetados;
- os fluxos de caixa futuros estimados foram descontados a uma única taxa de desconto de 11,1% (9,2% em 2021). A taxa de crescimento utilizada para extrapolar as projeções além do período de 5 anos foi de 3,9% (3,9% em 31 de dezembro de 2021).

Nesse processo de avaliação, o valor da Companhia obtido nos testes de recuperação dos ativos intangíveis não resultou na necessidade de reconhecimento de perdas, já que o valor contábil dos ativos não excedeu o seu valor estimado de uso na data da avaliação.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a Companhia entende que não há indicativos de perda no valor recuperável desses ativos.

14. Arrendamentos

A Companhia e suas controladas reconhecem o direito de uso do ativo arrendado e o passivo dos pagamentos futuros dos contratos de arrendamento, bem como de operações com contratos que possuem características de arrendamento, ou seja, aquelas que transmitem o direito de controlar e obter os benefícios sobre o uso de ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação.

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**



Os ativos e passivos reconhecidos são inicialmente mensurados ao valor presente. Os passivos de arrendamento são mensurados pelo valor presente líquido dos pagamentos fixos de arrendamentos, descontados à taxa incremental sobre os seus empréstimos, agrupados de forma geral por natureza de ativo e prazo contratual. Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo de acordo com o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento e amortizados ao longo do prazo do arrendamento, pelo método linear.

A Companhia e suas controladas mantêm ativos e passivos decorrentes dos contratos de arrendamento de áreas portuárias onde estão instaladas três unidades fabris, conforme especificado na Nota Explicativa nº 12, letra b, contratos de aluguéis de imóveis, impressoras, locação de veículos e empilhadeiras. Durante o exercício de 2022, os principais direito de uso foram de dois imóveis e veículos locados o que representou um incremento de R\$ 65.269.

A seguir, são apresentadas a movimentações no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e 2021:

a) Direito de uso:

Controladora

Custo	Imóveis	Máquinas e equipamentos	Veículos	Computadores e periféricos	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2020	106.867	62.713	55.214	6.882	231.676
Adições	58.457	10.086	28.726	847	98.116
Baixas	(10.367)	(336)	(22.237)	(2.016)	(34.956)
Reclassificação	-	900	(900)	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021	154.957	73.363	60.803	5.713	294.836
Adições/ (Reversões)	48.480	13.123	90.046	(685)	150.964
Baixas	(2.023)	(2.573)	(69)	-	(4.665)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	201.414	83.913	150.780	5.028	441.135

Amortizações	Imóveis	Máquinas e equipamentos	Veículos	Computadores e periféricos	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2020	(21.417)	(5.603)	(22.798)	(2.346)	(52.164)
Amortizações	(23.833)	(10.317)	(11.921)	(1.181)	(47.252)
Baixas	5.003	336	22.237	1.761	29.337
Reclassificação	406	(63)	(77)	(266)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021	(39.841)	(15.647)	(12.559)	(2.032)	(70.079)
Amortizações	(32.421)	(10.297)	(17.934)	(1.017)	(61.669)
Baixas	1.075	2.573	68	1	3.717
Saldos em 31 de dezembro de 2022	(71.187)	(23.371)	(30.425)	(3.048)	(128.031)
Saldos líquidos					
Saldos em 31 de dezembro de 2021	115.116	57.716	48.244	3.681	224.757
Saldos em 31 de dezembro de 2022	130.227	60.542	120.355	1.980	313.104

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022**
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)



Consolidado

Custo	Imóveis	Máquinas e equipamentos	Veículos	Computadores e periféricos	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2020	106.867	62.713	55.214	6.882	231.676
Adições	58.457	10.086	28.726	847	98.116
Baixas	(10.367)	(336)	(22.237)	(2.016)	(34.956)
Reclassificação	-	900	(900)	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021	154.957	73.363	60.803	5.713	294.836
Combinação de negócio-Jasmine	-	-	1.020	-	1.020
Adições/ (Reversões)	49.622	13.123	90.387	(685)	152.447
Baixas	(2.024)	(2.573)	(443)	1	(5.039)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	202.555	83.913	151.767	5.029	443.264

Amortizações	Imóveis	Máquinas e equipamentos	Veículos	Computadores e periféricos	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2020	(21.417)	(5.603)	(22.798)	(2.346)	(52.164)
Amortizações	(23.833)	(10.317)	(11.921)	(1.181)	(47.252)
Baixas	5.003	336	22.237	1.761	29.337
Reclassificação	406	(63)	(77)	(266)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021	(39.841)	(15.647)	(12.559)	(2.032)	(70.079)
Amortizações	(32.783)	(10.297)	(18.106)	(1.017)	(62.203)
Baixas	1.075	2.573	322	1	3.971
Saldos em 31 de dezembro de 2022	(71.549)	(23.371)	(30.343)	(3.048)	(128.311)
Saldo líquido					
Saldo em 31 de dezembro de 2021	115.116	57.716	48.244	3.681	224.757
Saldo em 31 de dezembro de 2022	131.006	60.542	121.424	1.981	314.953

As taxas médias de desconto utilizadas na mensuração inicial, baseadas em cotações junto a instituições financeiras, os vencimentos dos contratos e as respectivas taxas de amortização ponderadas que expressam o tempo de realização dos direitos de uso, estão assim distribuídos:

Natureza do contrato	Controladora e Consolidado				
	Vencimento (1)	Taxa média de desconto		Taxa de amortização	
		2022	2021	2022	2021
Imóveis portuários	mai/32	13,74%	12,27%	8,13%	8,05%
Imóveis (2)	ago/29	8,61%	7,83%	14,91%	16,42%
Máquinas e equipamentos	nov/29	8,04%	6,80%	33,47%	33,33%
Veículos	ago/29	9,90%	8,84%	16,62%	15,82%
Computadores e periféricos	jan/25	7,57%	9,52%	20,00%	20,00%

(1) Considerado o último vencimento do grupo de contratos. (2) A taxa de amortização é de 14,91%, exceto para os contratos de imóveis cuja taxa média de desconto no consolidado é de 8,69%.

b) Passivo de arrendamento

Detalhamento da movimentação	Controladora	Consolidado
Saldos em 31 de dezembro de 2020	194.990	194.990
Adições ⁽¹⁾	92.496	92.496
Juros apropriados sobre arrendamento	20.252	20.252
Pagamentos de arrendamentos	(42.324)	(42.324)
Juros pagos	(19.620)	(19.620)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	245.794	245.794
Combinação de negócio-Jasmine	-	1.020
Adições ⁽¹⁾	150.964	152.447
Juros apropriados sobre arrendamento	27.059	27.159
Baixas	(1.128)	(1.128)
Pagamentos de arrendamentos	(65.382)	(66.135)
Juros pagos	(27.239)	(27.240)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	330.068	331.917
Circulante	65.535	66.601
Não Circulante	264.533	265.316

⁽¹⁾ Reconhecimento de direito de uso de imóveis e veículos locados.

Os montantes registrados no passivo não circulante em 31 de dezembro de 2022 apresentavam o seguinte cronograma de vencimentos:

Ano de vencimento	Controladora	Consolidado
2024	63.502	64.285
2025	55.910	55.910
2026	56.070	56.070
2027	45.732	45.732
2028 a 2032	43.319	43.319
Total	264.533	265.316

c) Montante reconhecido no resultado

Reconhecimento no resultado	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Amortizações de direito de uso	61.669	47.252	62.203	47.252
Juros sobre passivo de arrendamento	27.059	20.252	27.159	20.252
Pagamentos variáveis não incluídos na mensuração do passivo de arrendamento	2.508	2.020	2.508	2.020

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**



14.1 Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP/nº 02/2019

Em atendimento ao Ofício emitido pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), a Companhia apresenta os saldos comparativos do passivo de arrendamento, do direito de uso, da despesa financeira e da despesa de depreciação, considerando o efeito da inflação futura projetada nos fluxos dos contratos de arrendamento, descontados pela taxa nominal:

	31 de dezembro de 2022										
	Consolidado										
	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030	2031	2032
Passivo											
IFRS 16	331.917	265.747	201.693	145.066	88.991	43.272	22.797	9.034	5.599	1.743	-
Ofício CVM	435.330	355.457	276.055	203.056	127.435	63.444	35.169	15.525	9.798	3.104	-
	31,2%	33,8%	36,9%	40,0%	43,2%	46,6%	54,3%	71,8%	75,0%	78,1%	-
Direito de uso											
IFRS 16	314.953	246.725	183.338	130.685	85.250	45.511	22.652	5.937	3.473	1.010	-
Ofício CVM	396.126	311.173	231.905	165.588	108.015	57.374	28.932	7.975	4.666	1.356	-
	25,8%	26,1%	26,5%	26,7%	26,7%	26,1%	27,7%	34,3%	34,3%	34,3%	-
Despesa financeira											
IFRS 16	27.159	29.611	23.587	18.273	12.955	7.865	4.345	1.834	871	450	51
Ofício CVM	35.994	38.693	31.524	24.933	18.048	11.167	6.356	2.918	1.509	793	91
	32,5%	30,7%	33,7%	36,4%	39,3%	42,0%	46,3%	59,1%	73,2%	76,2%	78,4%
Amortização											
IFRS 16	62.203	68.474	63.523	52.270	45.436	39.738	22.859	16.715	2.464	2.464	1.010
Ofício CVM	75.573	85.233	79.424	65.881	57.573	50.641	28.442	20.957	3.309	3.309	1.356
	21,5%	24,5%	25,0%	26,0%	26,7%	27,4%	24,4%	25,4%	34,3%	34,3%	34,3%

A seguir é apresentado o demonstrativo do direito potencial de PIS/Cofins a recuperar embutido na contraprestação de arrendamento, conforme os períodos previstos para pagamento:

Fluxo de caixa	Controladora				Consolidado			
	2022		2021		2022		2021	
	Nominal	Ajustado a valor presente	Nominal	Ajustado a valor presente	Nominal	Ajustado a valor presente	Nominal	Ajustado a valor presente
Contraprestação do arrendamento	434.893	330.068	309.399	245.794	435.464	331.917	309.399	245.794
PIS/ Cofins potencial (9,25%)	40.228	30.531	28.619	22.736	40.280	30.702	28.619	22.736

15. Transações com partes relacionadas

As operações com partes relacionadas decorrem, principalmente, de transações entre a Companhia e suas controladas, profissionais-chave da Administração e transações com outras empresas ligadas direta ou indiretamente ao acionista controlador, as quais foram realizadas em condições satisfatórias aos interesses da Companhia, levando em conta análises feitas pela Administração para cada operação. O acionista controlador é Dibra Fundo de Investimentos em Participações.

A seguir, apresenta-se a relação de empresas com as quais a Companhia mantém transações:

Partes Relacionadas	Principal natureza das transações
Controladas ⁽¹⁾	
M. Dias Branco International Trading LLC	Compra de matéria-prima, contudo não houve transação no exercício
M. Dias Branco International Trading Uruguay S. A.	Compra de matéria-prima, contudo não houve transação no exercício
M. Dias Branco Argentina S. A.	Sem operação e em processo de baixa
Latinex Importação e Exportação de Alimentos Ltda.	Compra e venda de produto industrializado e de mercadoria para revenda
Jasmine Indústria e Comércio de Alimentos Ltda	Compra e venda de produto industrializado e de mercadoria para revenda
Darcel S.A. e Cacama S.A	Não houve transação no exercício
Controladas em conjunto ⁽¹⁾	
Tergran – Terminal de Grãos de Fortaleza Ltda.	Prestação de serviços na descarga de trigo
Terminal de Trigo do Rio de Janeiro - Logística S.A.	Prestação de serviços na descarga de matéria-prima e outros serviços
Coligada ⁽¹⁾	
Omega Delta 7&8 Holding Energia S.A	Prestação de serviços de energia elétrica
Empresas cujo controlador é representado por vice-presidente da Companhia	
Dias Branco Administração e Participação Ltda.	Contrato de comodato de imóvel
Idibra Participações S. A.	Prestação de serviços em construção civil e locação de equipamentos
Praia Centro Hotel Viagens e Turismo Ltda.	Prestação de serviços de hospedagem de colaboradores e prestadores de serviços
Terminal Portuário Cotegipe S. A.	Prestação de serviços na descarga de trigo e outros serviços
Companhia Industrial de Cimento Apodi	Compra de materiais aplicados em obras civis
Empresas em que o diretor-presidente e/ou o vice-presidente da Companhia figuram como sócios	
LDB Transporte de Cargas Ltda.	Transporte de cargas
LDB Logística e Transporte Ltda.	Transporte de cargas
AET – Engenharia e Soluções Tecnológicas Avançadas Ltda.	Prestação de serviços de manutenção e instalação de equipamentos
The Ce Consultoria, Gerência de Riscos e Corretagem de Seguros Ltda.	Prestação de serviços de assessoria ou consultoria
Buhler & Scherler S.A.	Prestação de serviços de manutenção e instalação de equipamentos
WEF Engenharia e automação Ltda.	Prestação de serviços de manutenção e instalação de equipamentos
Support Administração e Serviços S/S Ltda	Prestação de serviços de hospedagem de colaboradores e prestadores de serviços
Empresa em que o vice-presidente da Companhia possui familiar que figura como sócio	
Everest Comércio de Produtos Médicos e Odontológicos	Prestação de serviços de manutenção e instalação de equipamentos

⁽¹⁾ Percentual de participação e sua característica consta na Nota Explicativa nº 4.

Há também as seguintes empresas ligadas ao acionista controlador ou a vice-presidente que, por atender os critérios do CPC 05 (IAS 24), enquadram-se como partes relacionadas, embora a Companhia não mantenha transações: Apodi Transporte e Locação Ltda., Apodi Distribuição e Logística Ltda., Hotel Praia Mar Ltda., Aquiraz Investimentos Turísticos S. A., CDB Participações Ltda-EPP, Praia do Futuro Empreendimentos Imobiliários Ltda., Equatorial Participações e Negócios S.A., Dias Branco Incorporadora SPE 001 Ltda., Dias Branco Incorporadora SPE 002 Ltda., Dias Branco Incorporadora SPE 003 Ltda, Dias Branco Incorporadora SPE 004 Ltda, Dias Branco Incorporadora SPE 005 Ltda., Dias Branco Incorporadora SPE 006 Ltda., Dias Branco Incorporadora SPE 007 Ltda., Dias Branco Incorporadora SPE 008 Ltda., Ponta da Praia Empreendimentos Imobiliários SPE 001 Ltda., Aquiraz Golf Clubs Administração e Comércio Ltda., Lago das Praias Belas Empreendimentos Imobiliários Ltda, Aveiro Multimercado FD Invest Crédito Privado Investimento Exterior, Águas Claras Participações Ltda., Apodi Concreto Ltda, IDB Condominium Incorporações SPE Ltda, Riviera Lazer S.A., 3L Administração e Participações Ltda., Lavanda Brasil Indústria e Comércio de Cosméticos Ltda., 4D Empreendimentos Imobiliários SPE Ltda., 4D Flex Empreendimentos Imobiliários SPE Ltda., 4D Participação e Investimentos Ltda., A&F Participações Ltda., Clínica Odontológica Jório da Escóssia Ltda., Escóssia e Alcântara Representações e Distribuição Ltda., Hospital Odontológico Dr. Jório da Escóssia Ltda., Matrix Núcleo de Histeroscopia do Ceará Ltda., Natasha Mihaliuc Dias Branco – ME, Pro-Imagem Serviços de Radiologia e Odontologia Ltda., Seta Empreendimentos de Produtos Médicos e Odontológicos Ltda., Tusker Comércio e Confecção de Roupas Ltda, AFBR Investimentos e Participações S.A., Dias Branco Securitizadora S.A., Fertsan Soluções Inteligentes em Agronegócio S.A., Idibra & Diagonal Incorporadora SPE Ltda, Idibra KRM Incorporadora SPE Ltda., PDB Indústria e Comércio de Alimentos Ltda.

a) Condições das transações com as principais partes relacionadas

Conforme já mencionado, as operações com partes relacionadas são realizadas em condições satisfatórias para a Companhia, em linha com as de mercado, cujos preços praticados podem variar conforme o tipo de serviço que é prestado e de produto que é vendido. Em geral, os pagamentos ocorrem contra apresentação de fatura.

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**



b) Os ativos e passivos mantidos com as partes relacionadas podem ser identificados conforme demonstrado no quadro a seguir:

Descrição	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Ativo				
Circulante				
Contas a Receber				
LDB Transporte de Cargas Ltda.	39	13	39	13
Praia Centro Hotéis, Viagens e Turismo Ltda.	-	1	-	1
Terminal Portuário Cotegipe S. A.	2	1	2	1
Idibra Participações S. A.	6	6	6	6
Latinex Importação e Exportação de Alimentos Ltda.	41	-	-	-
	88	21	47	21
Não circulante				
Outros créditos				
M.Dias Branco Trading LLC	195	-	-	-
	195	-	-	-
Adiantamento para futuro aumento de capital				
Tergran – Terminal de Grãos de Fortaleza Ltda.	-	1.188	-	-
Latinex Importação e Exportação de Alimentos Ltda.	82.070	14.425	-	-
Omega Delta 7&8 Holding Energia S.A.	1	-	1	-
	82.071	15.613	1	-
Passivo				
Circulante				
Fornecedores				
LDB Transporte de Cargas Ltda.	5.855	2.293	5.855	2.293
LDB Logística e Transporte Ltda.	390	97	390	97
AET – Engenharia e Soluções Tecnológicas Avançadas Ltda.	198	21	198	21
Terminal Portuário Cotegipe S. A.	-	586	-	586
Idibra Participações S. A.	1	1	1	1
Tergran – Terminal de Grãos de Fortaleza Ltda.	443	226	-	-
Buhler & Scherler S.A.	-	45	-	45
THB CE Consultoria, Gerência de Riscos e Corretagem de Seguros Ltda.	243	135	243	135
WEF Engenharia e automação Ltda.	326	133	326	133
Latinex Importação e Exportação de Alimentos Ltda.	55	164	-	-
Support Administração e Serviços S/S Ltda.	4	-	4	-
	7.515	3.701	7.017	3.311
Outras contas a pagar				
Tergran – Terminal de Grãos de Fortaleza Ltda.	1.188	1.188	-	-
	1.188	1.188	-	-
Não circulante				
Contas a Pagar				
M.Dias Branco Trading LLC	3	3	-	-
Terminal Portuário Cotegipe S. A.	1.238	1.238	1.238	1.238
	1.241	1.241	1.238	1.238

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**



c) As transações feitas com partes relacionadas são demonstradas a seguir:

Descrição	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Venda de produtos				
Terminal Portuário Cotegipe S. A.	13	11	13	11
Idibra Participações S. A.	7	7	7	7
Praia Centro Hotéis, Viagens e Turismo Ltda.	9	11	9	11
	29	29	29	29
Venda de imobilizado/outros				
LDB Logística e Transporte Ltda.	2	10	2	10
LDB Transporte de Cargas Ltda.	125	157	125	157
Latinex Importação e Exportação de Alimentos Ltda.	428	7	-	-
Jasmine Indústria e Comércio de Alimentos Ltda.	53	-	-	-
	608	174	127	167
Compra de produtos				
Latinex Importação e Exportação de Alimentos Ltda.	113.018	-	-	-
	113.018	-	-	-
Compra de imobilizado/outros				
AET – Engenharia e Soluções Tecnológicas Avançadas Ltda.	-	99	-	99
Buhler & Scherler S.A.	900	27	900	27
WEF Engenharia e Automação Ltda.	291	138	291	138
Latinex Importação e Exportação de Alimentos Ltda.	198	164	-	-
	1.389	428	1.191	264
Contratação de serviços				
LDB Transporte de Cargas Ltda.	21.154	18.570	21.154	18.570
LDB Logística e Transporte Ltda.	1.504	1.544	1.504	1.544
Terminal Portuário Cotegipe S. A.	8.612	6.539	8.612	6.539
Tergran – Terminal de Grãos de Fortaleza Ltda.	9.390	7.143	-	-
Praia Centro Hotéis, Viagens e Turismo Ltda.	779	1	779	1
Idibra Participações S. A.	5	4	5	4
Buhler & Scherler S.A.	-	249	-	249
AET – Engenharia e Soluções Tecnológicas Avançadas Ltda.	216	164	216	164
THB CE Consultoria, Gerência de Riscos e Corretagem de Seguros Ltda.	1.796	1.637	1.796	1.637
WEF Engenharia e Automação Ltda.	882	465	882	465
Everest Comércio de Produtos Médicos e Odontológicos	13	-	13	-
Omega Delta 7&8 Holding Energia S.A	9.839	-	9.839	-
Support Administração e Serviços S/S Ltda.	281	-	281	-
	54.471	36.316	45.081	29.173

Outros assuntos

No que tange à prestação de garantias em contratos financeiros vigentes da Companhia, a Sra. Maria Consuelo Saraiva Leão Dias Branco, Presidente do Conselho de Administração, figura como

garantidora, em alguns contratos. Em parte desses instrumentos, figuram também como garantidores, em conjunto com a Sra. Maria Consuelo, alguns dos diretores estatutários. Atualmente a Companhia não fornece esse tipo de garantia.

Em 31 de dezembro de 2022, o saldo de financiamentos consolidados garantidos nesses moldes estava representado pelo montante de R\$ 7.777 (R\$ 25.524 em 31 de dezembro de 2021).

Remuneração do pessoal-chave da Administração

Consideram-se pessoal-chave da Administração os membros da diretoria estatutária e os membros do Conselho de Administração.

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia registrou o montante de R\$ 42.181 (R\$ 23.522 em 31 de dezembro de 2021) relativo à remuneração do pessoal-chave da Administração, abrangendo salário, pró-labore, gratificações, benefícios de curto prazo, em especial participação nos resultados, além de incentivo de longo prazo para executivos no nível de diretor estatutário celetista, conforme destacado na Nota Explicativa nº 27.

O estatuto social não prevê a participação dos administradores nos resultados da Companhia, e, portanto, não há valor de participação nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021.

16. Fornecedores e Operações de “Risco Sacado”

Descrição	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Fornecedores nacionais	857.481	475.846	885.727	477.484
Fornecedores estrangeiros	-	-	9.547	329
Subtotal	857.481	475.846	895.274	477.813
Operações de "risco sacado"	339.297	263.560	339.339	263.560
Total	1.196.778	739.406	1.234.613	741.373

A Companhia possui operação de risco sacado com seus fornecedores com o objetivo de favorecer os procedimentos administrativos em que seus parceiros, com a participação de uma instituição financeira, têm a opção de antecipar seus recebíveis relacionados às compras de bens e serviços realizadas pela Companhia. Ressalta-se que a decisão de adesão ou não da transação é única e exclusiva do fornecedor.

Nesta operação, a instituição financeira se propõe a pagar, antecipadamente, ao fornecedor da Companhia, em troca de um desconto. Por ocasião da contratação entre o banco e o fornecedor, este último transfere o direito de recebimento dos títulos ao banco. Assim, a Companhia pagará à instituição financeira na data de pagamento original, o valor nominal total da obrigação originária.

Reitera-se que esta operação não altera os valores, natureza e tempestividade do passivo, em especial, prazos, preços ou outras condições inicialmente contratadas, e não afeta a Companhia com eventuais encargos financeiros praticados pela instituição financeira nas operações junto aos fornecedores. Além disso, não há nenhuma garantia concedida pela Companhia. Dessa forma, a

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**



Companhia mantém o passivo como “Fornecedores” e os efeitos das transações são apresentados em atividades operacionais na demonstração do fluxo de caixa.

17. Financiamentos e empréstimos

Os financiamentos e empréstimos da Companhia são classificados como passivos financeiros mensurados ao custo amortizado e estão atualizados monetariamente, quando aplicável, pelos correspondentes encargos contratuais e os financiamentos sujeitos à variação cambial que são atualizados pela respectiva taxa de câmbio de venda vigente no último dia útil do período.

Os custos de empréstimos gerais e específicos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos.

Os financiamentos e empréstimos registraram em 31 de dezembro de 2022 o montante de R\$ 2.226.547 (R\$ 1.767.598 em 31 de dezembro de 2021), e estão distribuídos em quatro categorias: financiamentos e empréstimos com instituições financeiras, financiamentos de impostos, financiamentos diretos e debêntures.

17.1 Financiamentos e empréstimos com instituições financeiras

Descrição	Indexador	Controladora				Consolidado			
		Juros (% a.a.)	Venc. ⁽¹⁾	2022	2021	Juros (% a.a.)	Venc. ⁽¹⁾	2022	2021
Moeda nacional									
BNDES-FINAME	TJLP	2,17	15/08/2024	6.183	10.184	2,17	15/08/2024	6.183	10.186
BNDES-PSI ⁽²⁾	-	3,28	15/01/2024	13.316	43.228	3,28	15/01/2024	13.316	43.228
BNDES-FINEM	IPCA	8,57	15/08/2024	20.810	29.577	8,57	15/08/2024	20.810	29.577
BNDES-PROGEREN	IPCA	6,28	15/10/2022	-	22.252	6,28	15/10/2022	-	22.252
Capital de giro	CDI	0,76	28/08/2023	104.653	-	0,76	28/08/2023	104.653	-
Capital de giro	CDI	-	-	-	-	187% do CDI	20/12/2024	-	5.138
Capital de giro	IPCA	6,93	15/02/2024	123.584	-	6,93	15/02/2024	123.584	-
Capital de giro	Real	-	-	-	-	10,07	06/08/2024	-	7.905
				268.546	105.241			268.546	118.286
Moeda estrangeira									
Capital de giro (Lei nº 4.131) e exportação	USD	2,36	22/12/2025	734.003	558.322	2,37	22/12/2025	736.186	563.452
Capital de giro	UYU	-	-	-	-	12,07	23/02/2026	19.859	-
Total				1.002.549	663.563			1.024.591	681.738
Circulante				346.347	67.217			363.912	74.500
Não Circulante				656.202	596.346			660.679	607.238

⁽¹⁾ Último vencimento do grupo de contratos; ⁽²⁾ Contratos firmados para compra de imobilizado.

Os contratos firmados com recursos do BNDES têm carência com duração entre 12 e 36 meses. Na maioria dos contratos os juros são pagos trimestralmente durante o período de carência, e, após esse período, o vencimento passa a ser mensal, exceto em algumas operações direta com o BNDES em que o principal e os juros são pagos anualmente. Os contratos de capital de giro têm carência de 6 meses, juros pagos semestralmente e o principal pago ao final do contrato. Já o financiamento à exportação será liquidado em sua totalidade ao final do contrato.

A movimentação de empréstimos e financiamentos é apresentada a seguir:

Detalhamento da movimentação	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2020	1.362.159	1.362.159
Combinação negócio- Latinex	-	25.554
Liberações	-	2
Provisão de juros, comissões e impostos	31.128	31.473
Variação cambial e monetária	68.018	67.989
Amortizações	(710.166)	(717.450)
Pagamento de juros e variação cambial	(87.576)	(87.989)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	663.563	681.738
Combinação negócio- Las Acacias	-	16.735
Liberação	426.970	430.094
Provisão de juros, comissões e impostos	24.352	24.677
Variação cambial e monetária	(31.167)	(31.307)
Variação do valor justo	1.386	1.386
Amortizações	(66.757)	(82.548)
Pagamento de juros e variação cambial	(15.798)	(16.184)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	1.002.549	1.024.591

Os montantes registrados no passivo não circulante em 31 de dezembro de 2022 apresentam o seguinte cronograma de vencimentos:

Ano de vencimento	Controladora	Consolidado
2024	134.432	136.671
2025	521.770	522.049
2026	-	1.959
Total	656.202	660.679

Alguns financiamentos e empréstimos consolidados são garantidos por hipoteca de imóveis, fiança bancária, notas promissórias (vide Nota Explicativa nº 15, outros assuntos) e alienação fiduciária dos bens financiados, no valor de R\$ 774.312 (R\$ 663.563 em 31 de dezembro de 2021).

Os contratos de financiamentos externos e financiamentos através das linhas de crédito do BNDES contêm cláusulas restritivas, habituais para esses tipos de operações, que, na hipótese de não serem atendidas, podem acarretar o vencimento antecipado das respectivas operações.

Essas cláusulas contratuais, dentre outras condições, restringem a autonomia da Companhia nos casos de alteração da estrutura societária, pois vedam expressamente qualquer alteração ou modificação da composição do seu capital social, incorporação, cisão ou fusão, transferência ou cessão, direta ou indireta, de seu controle societário sem a prévia e expressa concordância das respectivas instituições financeiras credoras; e exigem que a Companhia: (i) não possua protestos

legítimos; (ii) não possua ações, demandas ou processos pendentes ou em vias de serem propostos, que, se decididos em desfavor da Companhia, teriam efeito prejudicial sobre a sua condição financeira ou prejudicariam sua capacidade de cumprir as obrigações contratuais e exigem, ainda, que a transferência ou cessão de direitos e obrigações decorrentes dos contratos sejam aprovadas pelas respectivas instituições financeiras credoras e pelo Finame, (iii) não possua vencimento antecipado, declarado por terceiros, de quaisquer obrigações pecuniárias ou de operação de financiamento envolvendo valor relevante; (iv) não possua ocorrência de condenação da Companhia ou de seus respectivos administradores, agindo na qualidade de representantes legais da Emissora, por qualquer decisão judicial ou administrativa, em razão da prática de atos que importem em discriminação de raça ou gênero, incentivo à prostituição e/ou trabalho infantil, trabalho escravo; violações contra as Leis Anticorrupção; violações contra a Legislação Socioambiental; (v) evite a não obtenção, não renovação, cancelamento, revogação, extinção ou suspensão das autorizações, concessões, alvarás, subvenções ou licenças, inclusive as ambientais e/ou aquelas exigidas pelos órgãos regulatórios competentes para o regular exercício das atividades desenvolvidas pela companhia, que causem (a) a suspensão ou interrupção total das atividades da companhia ou de suas filiais, que representem, conjunta ou individualmente, redução relevante da receita bruta da companhia (b) impactos reputacionais relevantes para a companhia, decorrentes da divulgação pública e notória de um dos fatos mencionados acima. Além das cláusulas supracitadas, deve-se (i) manter durante a vigência do contrato determinados percentuais dos índices: Dívida Líquida/Ebitda e Patrimônio Líquido/Passivo Total e (ii) manutenção do quadro de pessoal apresentado em projeto de liberação de financiamento e ainda, há o compromisso da companhia em (i) não utilizar recursos obtidos em determinadas operações financeiras em transações que envolvam, com seu conhecimento, atividades terroristas ou que resultem em violação de quaisquer leis anticorrupção ou leis antiterrorismo aplicáveis; e, (ii) fazer com que cada uma de suas Afiliadas, Subsidiárias e todas as Pessoas que atuam em nome ou sob a direção da Companhia ou de qualquer uma de suas Subsidiárias, atue de acordo com todas as Leis Anticorrupção aplicáveis nas jurisdições em quais a companhia ou qualquer uma de suas Afiliadas ou Subsidiárias faz negócios. Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia não estava incorrendo em nenhuma das hipóteses de restrição previstas em seus contratos.

17.2 Financiamentos de impostos – Provin e Fundopem

A Companhia é beneficiária de subvenções para investimento de origem governamental, conforme esclarecido na Nota Explicativa nº 22. Os financiamentos aqui classificados dizem respeito à parcela não incentivada dos tributos, e se baseiam no ICMS devido apurado mensalmente.

Os saldos dos financiamentos de impostos estaduais apresentavam a seguinte composição:

Descrição	Indexador	Controladora e Consolidado		
		Venc. ⁽¹⁾	2022	2021
Moeda nacional				
Provin	TJLP	28/11/2025	20.530	13.488
Fundopem	IPCA/IBGE	31/07/2027	6.239	3.524
			26.769	17.012
Circulante			4.930	3.092
Não circulante			21.839	13.920

⁽¹⁾ Último vencimento do grupo de contratos.

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**



Os financiamentos de tributos relacionados aos incentivos do Provin são atualizados mensalmente pela TJLP e podem ter vencimento trienal/bienal. Já o incentivo do Fundopem é atualizado mensalmente pelo IPCA/IBGE e possui vencimento em 60 meses.

A movimentação de financiamentos de impostos é apresentada a seguir:

Detalhamento da movimentação	Controladora e Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2020	9.893
Liberações	9.999
Provisão de juros	504
Amortizações	(2.909)
Pagamento de juros	(475)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	17.012
Liberações	11.839
Provisão de juros	1.138
Amortizações	(2.782)
Pagamento de juros	(438)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	26.769

Os montantes registrados no passivo não circulante em 31 de dezembro de 2022 apresentam o seguinte cronograma de vencimentos:

Ano de vencimento	Controladora e Consolidado
2024	7.423
2025	8.176
2026 a 2040	6.240
Total	21.839

17.3 Financiamentos diretos – Aquisições de empresas

Descrição	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Passivo circulante				
Aquisição de ações da Pelágio	3.512	3.063	3.512	3.063
Aquisição de ações da Pilar	4.676	4.556	4.676	4.556
Aquisição de ações da Piraquê	132.576	20.600	132.576	20.600
Aquisição de ações da Latinex	2.811	-	2.811	-
Aquisição de ações da Jasmine	-	-	23.586	-
Aquisição de ações da Las Acacias	-	-	15.250	-
	143.575	28.219	182.411	28.219
Passivo não circulante				
Aquisição de ações da Pelágio	8.384	8.070	8.384	8.070
Aquisição de quotas do Moinho Santa Lúcia	724	667	724	667
Aquisição de ações da Piraquê	37.495	125.717	37.495	125.717
Aquisição de ações da Latinex	87.195	94.466	87.195	94.466
Aquisição de ações da Las Acacias	-	-	10.697	-
	133.798	228.920	144.495	228.920
Total	277.373	257.139	326.906	257.139
Circulante	143.575	28.219	182.411	28.219
Não circulante	133.798	228.920	144.495	228.920

Os financiamentos diretos são compostos por parcela retida do preço de aquisição vinculada às garantias das contingências que porventura venham a surgir, atualizados pela taxa equivalente a 100% da variação do CDI, e pela parcela do preço contingente na aquisição da Piraquê.

O valor de R\$ 170.071 relativo à aquisição da Piraquê é composto pela parcela retida do preço que será liquidada em 2 parcelas, com vencimentos em 05/2023 e 12/2023, descontado das contingências pagas de responsabilidade dos vendedores e pelo repasse de crédito tributário de R\$ 37.495 aos antigos sócios após a sua compensação.

O valor de R\$ 90.006 relativo à aquisição da Latinex é composto por parcela retida do preço no montante R\$ 10.718 a ser amortizado em cinco parcelas anuais (a primeira de R\$ 718 e quatro de R\$ 2.500), descontada das contingências pagas de responsabilidade dos vendedores, R\$ 32.500 a ser pago por ocasião da conclusão do processo de registro de titularidade da marca, além de R\$ 41.752 resultante da parcela contingente de preço de aquisição, acrescido de CDI na ordem de R\$ 5.036.

Em relação à aquisição da Jasmine, o valor de R\$ 23.586 é composto por parcela retida do preço no montante de R\$ 17.586, a ser liquidado em jan/23, e R\$ 6.000, a título do valor justo de imóvel a ser reembolsado ao vendedor até jun/23.

O valor de R\$ 25.947 relativo à aquisição das Las Acacias é composto pela parcela retida do preço de R\$ 13.330 a ser amortizado em cinco parcelas anuais, descontado das contingências pagas de responsabilidades dos vendedores e de R\$ 12.417, cuja expectativa de pagamento será até 31 de março de 2023.

A movimentação de financiamentos diretos é apresentada a seguir:

Detalhamento da movimentação	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2020	216.965	216.965
Provisão de juros	6.363	6.363
Repasse de crédito tributário	24.566	24.566
Parcela retida no preço- Latinex	93.818	93.818
Desconto contraprestação contingente	(14.639)	(14.639)
Amortizações	(69.934)	(69.934)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	257.139	257.139
Parcela retida no preço- Jasmine	-	23.586
Parcela retida no preço- Las Acacias	-	25.947
Provisão de juros	17.648	17.648
Repasse de crédito tributário	18.639	18.639
Reversão de parcela contingente do preço de aquisição de empresa	(8.848)	(8.848)
Complemento do ajuste da parcela fixa do preço	489	489
Desconto contraprestação contingente	(657)	(657)
Amortizações	(7.037)	(7.037)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	277.373	326.906

17.4 Debêntures

Em 22 de janeiro de 2021, foi aprovada pelo Conselho de Administração a 3ª emissão de debêntures simples da Companhia, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em duas séries, com prazos de vencimentos em 13 de março de 2028 e 13 de março de 2031, respectivamente.

As debêntures foram emitidas em 15 de março de 2021 e serviram de lastro para emissão de CRAs (Certificados de Recebíveis do Agronegócio), no valor total de R\$ 811.644. Em procedimento de *bookbuilding* realizado em 03 de março de 2021, foram fixadas as taxas de juros para cada série de emissão. As debêntures da primeira e segunda série fazem jus ao pagamento semestral de juros remuneratórios de 3,7992% a.a. e 4,1369% a.a., respectivamente, base 252 dias úteis, além de correção pelo IPCA (correção somente junto com a amortização).

Os recursos desta captação têm a finalidade de promover e incentivar a agricultura sustentável dos fornecedores da Companhia, garantindo a melhoria contínua da segurança alimentar e nutricional dos produtos ofertados aos consumidores. Esta iniciativa faz parte da estratégia de incentivar o fornecimento de matéria-prima no longo prazo, comprometendo os fornecedores e a Companhia com os objetivos de desenvolvimento sustentável da Organização das Nações Unidas (ONU), e reforça a posição da Companhia como referência em sustentabilidade no Brasil.

Em 31 de dezembro de 2022, o valor das debêntures estava representado por um montante de R\$ 848.281 (R\$ 811.709 em 31 de dezembro de 2021), já líquido do saldo a amortizar dos custos de transação no valor de R\$ 36.273 (R\$ 41.337 em 31 de dezembro de 2021).

A movimentação das debêntures é apresentada a seguir:

Detalhamento da movimentação	Controladora e Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2020	-
Captação	811.644
Variação monetária	67.007
Juros remuneratórios	25.941
Variação de valor justo ⁽¹⁾	(35.399)
Pagamentos de juros	(16.147)
(-) Custos de transação	(41.337)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	811.709
Variação monetária	54.356
Juros remuneratórios	36.373
Variação de valor justo ⁽¹⁾	(22.927)
Pagamentos de juros	(36.294)
Amortização do custo de transação	5.064
Saldo em 31 de dezembro de 2022	848.281
Circulante	10.695
Não Circulante	837.586

⁽¹⁾ Trata-se de efeito em decorrência de operações de hedge de valor justo.
Vide Nota Explicativa nº 18.

Os custos de transação registrados no passivo em 31 de dezembro de 2022 apresentavam o seguinte cronograma de vencimentos:

Ano de vencimento	Controladora e Consolidado
2023	5.186
2024	5.200
2025	5.186
2026	5.186
2027 a 2031	15.515
Total	36.273

18. Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos

A Companhia classifica seus ativos financeiros nas seguintes categorias, dependendo da finalidade para a qual foram adquiridos ou contratados: (i) custo amortizado, (ii) valor justo por meio do resultado e (iii) valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial. Os passivos financeiros não derivativos são mensurados pelo (i) custo amortizado através do método da taxa efetiva de juros, quando aplicável ou (ii) a valor justo por meio de resultado quando são objetos de designação de hedge de valor justo.

(i) Ativos financeiros ao custo amortizado

Estes ativos são mensurados de forma subsequente ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e *impairment* são reconhecidas diretamente no resultado.

A Companhia deve avaliar se existe prova objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros está sujeito a perda no valor recuperável e, conseqüentemente, contabilizar a perda estimada do ativo. Para o registro das perdas estimadas para crédito de liquidação duvidosa a Companhia adota um modelo de *impairment*, híbrido de perdas esperadas e incorridas, com abordagem simplificada, registrando perdas esperadas durante todo o ciclo das contas a receber de clientes.

(ii) Ativos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado

Estes ativos são subsequentemente mensurados ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido diretamente no resultado.

(iii) Ativos financeiros mensurados a valor justo por meio de outros resultados abrangentes

Estes ativos são subsequentemente mensurados ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido em outros resultados abrangentes no patrimônio líquido e, no momento do desconhecimento, a mudança acumulada do valor justo por meio de outros resultados abrangentes é ajustada no item objeto de hedge, sensibilizando o resultado no momento da realização do item protegido.

A cada período de reporte a Companhia avalia as perdas esperadas e incorridas para os instrumentos mensurados ao custo amortizado e para os instrumentos de dívida mensurados por meio de outros resultados abrangentes. As perdas e/ou reversões de perdas são registradas no resultado.

A Companhia mantém instrumentos financeiros derivativos de operações com *swap* para proteger suas exposições ao risco de variação de índice de preço e de moeda estrangeira. Além disso, possui

operações de compra de moeda a termo (NDF - Non Deliverable Forward), opções cambiais e de *commodities* e contratos futuros, com o objetivo exclusivo de proteção ao risco de variação cambial nas operações de aquisição de insumos.

Os instrumentos financeiros derivativos são mensurados ao valor justo e são apresentados como ativos financeiros quando o valor justo do instrumento for positivo, e como passivos financeiros quando o valor justo for negativo. Quaisquer ganhos ou perdas resultantes de mudanças no valor justo dos derivativos durante o período são registrados diretamente na demonstração do resultado, exceto quando qualificados como *hedge* de fluxo de caixa, em que são reconhecidos no patrimônio líquido como outros resultados abrangentes e, no momento de sua liquidação, os ganhos e perdas acumulados são ajustados no item objeto de *hedge*, sensibilizando o resultado no momento da realização do item protegido. A parcela porventura considerada ineficaz na relação de proteção é transferida/ reclassificada para o resultado financeiro.

Todas as operações com instrumentos financeiros estão integralmente reconhecidas na contabilidade e são restritas ao caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber de clientes, outras contas a receber, empréstimos, financiamentos, debêntures, fornecedores, contas a pagar e derivativos.

A administração desses instrumentos se dá por meio de estratégias operacionais, visando garantir liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes no mercado.

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**



18.1 Ativos e passivos financeiros não derivativos

Descrição	Indexador	Controladora				Consolidado			
		Saldo contábil 2022	Valor justo 2022	Saldo contábil 2021	Valor justo 2021	Saldo contábil 2022	Valor justo 2022	Saldo contábil 2021	Valor justo 2021
Ativos financeiros não derivativos									
Mensurados pelo custo amortizado									
Caixa e equivalentes de caixa		639.300	639.300	1.554.804	1.554.804	648.046	648.046	1.555.864	1.555.864
Depósitos vinculados		69.570	69.570	-	-	69.570	69.570	-	-
Contas a receber de clientes		1.655.753	1.655.753	1.431.094	1.431.094	1.693.760	1.693.760	1.438.991	1.438.991
Aplicações financeiras		18.117	18.117	18.624	18.624	18.117	18.117	18.624	18.624
Outros ativos		48.582	48.582	21.975	21.975	52.446	52.446	24.052	24.052
Circulante		2.421.910	2.421.910	3.019.804	3.019.804	2.472.514	2.472.514	3.030.828	3.030.828
Não Circulante		9.412	9.412	6.693	6.693	9.425	9.425	6.703	6.703
Passivos financeiros não derivativos									
Mensurados pelo custo amortizado									
Fornecedores		1.196.778	1.196.778	739.406	739.406	1.234.613	1.234.613	741.373	741.373
Financiamentos com instituições financeiras		1.002.549	967.257	663.563	668.097	1.024.591	989.299	681.738	689.389
BNDES – Operações de repasse	TJLP	6.183	6.183	10.184	10.184	6.183	6.183	10.186	10.186
BNDES PSI-Pré	Prefixado	13.316	13.322	43.228	43.264	13.316	13.322	43.228	43.264
BNDES – FINEM (Capital de giro)	IPCA	20.810	20.815	29.577	29.974	20.810	20.815	29.577	29.974
BNDES PROGEREN (Capital de giro)	IPCA	-	-	22.252	22.035	-	-	22.252	22.035
Financiamentos externos (FINIMP e capital de giro)	USD	734.003	698.700	558.322	562.640	736.186	700.883	563.452	567.876
Capital de giro	CDI	104.653	104.653	-	-	104.653	104.653	5.138	8.150
Capital de giro	Real	-	-	-	-	-	-	7.905	7.904
Capital de giro	UYU	-	-	-	-	19.859	19.859	-	-
Capital de giro	IPCA	123.584	123.584	-	-	123.584	123.584	-	-
Financiamentos diretos	CDI	235.620	235.620	206.539	206.539	285.153	285.153	206.539	206.539
Outros passivos		127.684	127.684	141.837	141.837	137.239	137.239	143.776	143.776
Mensurados a valor justo por meio de resultado									
Contraprestação contingente na aquisição de empresa	CDI	41.753	41.753	50.600	50.600	41.753	41.753	50.600	50.600
Debêntures ⁽¹⁾	IPCA	848.281	848.281	811.709	804.597	848.281	848.281	811.709	804.597
Circulante		1.806.927	1.797.382	963.431	963.261	1.909.279	1.899.091	973.127	983.163
Não Circulante		1.645.738	1.619.991	1.650.223	1.647.815	1.662.351	1.637.247	1.662.608	1.653.111

⁽¹⁾ Ver Nota Explicativa 17.4.

18.2 Ativos e passivos financeiros derivativos

Descrição dos derivativos	Controladora		Consolidado	
	Saldo contábil		Saldo contábil	
	2022	2021	2022	2021
Ativos financeiros derivativos				
Mensurados a valor justo por meio de outros resultados abrangentes				
Swap	-	9.267	-	9.267
A termo (NDF)	2.363	24.905	2.662	26.219
Opções	3.904	4.231	3.904	4.231
Futuros	9.035	20.629	9.035	20.629
Mensurados a valor justo por meio de resultado				
Swap	-	897	-	897
Circulante	15.302	49.765	15.601	51.079
Não Circulante	-	10.164	-	10.164
Passivos financeiros derivativos				
Mensurados a valor justo por meio de outros resultados abrangentes				
Swap	54.642	-	54.686	-
A termo (NDF)	1.500	-	1.500	-
Opções	630	44	630	44
Futuros	48.350	-	48.350	-
Mensurados a valor justo por meio resultado				
Swap	44	8.778	-	8.778
Circulante	54.506	44	54.506	44
Não Circulante	50.660	8.778	50.660	8.778

a) Mensuração do valor justo

Os valores justos estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliação. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado, para produzir a estimativa do valor de realização mais adequada. Como consequência, as estimativas de valor justo acima não necessariamente indicam os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados.

A Companhia mantém financiamentos que estão classificados no Nível 2, bem como derivativos de contratos de swap, compra de moeda a termo (NDF), opções e futuros nos quais o processo de mensuração está classificado no Nível 2, conforme previsto no CPC 40 (IFRS 7) - Instrumentos Financeiros: Evidenciação.

b) Critérios, premissas e limitações utilizados no cálculo dos valores justos

i. Aplicações financeiras (equivalentes de caixa)

Os valores das aplicações financeiras registrados nas demonstrações financeiras como equivalentes de caixa se aproximam dos valores de realização, em virtude das operações serem efetuadas a juros pós-fixados e apresentarem disponibilização imediata.

ii. Aplicações financeiras (custo amortizado)

Estas aplicações são de liquidez imediata, mas atualmente estão com bloqueios judiciais e como garantias financeiras, por isso, foram consideradas como não equivalente a caixa e

estão informadas nas demonstrações pelo mesmo valor contábil por não ocorrer perda financeira caso haja liquidação antecipada.

iii. Empréstimos e financiamentos

O valor justo dos financiamentos de capital de giro atrelados à TJLP, PSI e IPCA, por se tratarem de empréstimos com taxa subsidiada, foi determinado pelos fluxos de caixa futuros, descontados pela taxa média das operações vigentes.

No caso do financiamento de capital de giro com variação cambial em dólar, o valor justo foi determinado com base na projeção das taxas futuras do DI e *spot* na data de 31 de dezembro de 2022, descontados ao valor presente pelo cupom limpo na data de apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Com relação às dívidas decorrentes das aquisições da Pilar, Pelágio, Moinho Santa Lúcia, Piraquê e Latinex e Jasmine, que conforme contratos são atualizados pela variação do CDI, o valor justo foi determinado considerando o mesmo percentual do CDI, de forma a refletir as condições de mercado.

Já o valor justo das emissões de debêntures foi determinado com base na projeção do IPCA na data-base de 31 de dezembro de 2022, descontado a valor presente pela taxa DI na data de apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

iv. Contratos derivativos

Contratos a termo de câmbio

O valor justo dos instrumentos financeiros derivativos é determinado com base na diferença entre a taxa de câmbio a termo e a taxa futura, sendo o valor resultante descontado ao valor presente pela taxa DI.

Contratos a termo de commodities

O valor justo dos instrumentos financeiros derivativos a termo de commodities é determinado com base na diferença entre o preço a termo da *commodity* e o preço de mercado no vencimento em 31 de dezembro de 2022, sendo o valor resultante descontado ao valor presente pela taxa DI, atualizado pela ptax na mesma data.

Contratos futuros

O valor justo dos instrumentos financeiros derivativos de futuros é determinado com base na diferença entre o preço de strike das commodities e o preço de mercado em 31 de dezembro de 2022 atualizado pela ptax na mesma data.

Contratos opções

O valor justo dos instrumentos financeiros derivativos de opções é determinado com base no preço de mercado em 31 de dezembro de 2022 atualizado pela ptax na mesma data.

Contratos Swap

O valor justo dos instrumentos financeiros derivativos de *swap* em dólar é a diferença entre a ponta ativa e passiva dos contratos e o valor da ponta ativa é determinado descontando-se o valor futuro da curva do cupom cambial, pela projeção do DI. Já para a ponta passiva,

descontam-se pelo DI as projeções futuras indexadas à taxa contratada e à taxa DI.

Para os instrumentos financeiros derivativos de *swap* em IPCA o valor justo é a diferença entre a ponta ativa e passiva dos contratos e o valor da ponta ativa é determinado descontando-se o valor futuro obtido pela projeção do IPCA, pela projeção do DI e para a ponta passiva, descontam-se pelo DI as projeções futuras indexadas à taxa contratada e à taxa DI.

Todas as informações de valor justo dos derivativos também são confrontadas com aquelas prestadas pelas instituições envolvidas.

v. Contas a receber, outros créditos, fornecedores e contas a pagar de curto prazo

Estima-se que o valor contábil é uma aproximação razoável do valor justo, dado o curto prazo das operações realizadas.

c) Gerenciamento de riscos financeiros

A Companhia analisa seus principais riscos financeiros, define ações para sua mitigação e monitora o impacto econômico sobre o desempenho. A abordagem da Companhia frente a esses riscos é discutida e definida nas reuniões periódicas do Conselho de Administração.

No curso das atividades, a Companhia está exposta aos seguintes riscos financeiros: risco de crédito, risco de liquidez e risco de mercado (incluindo risco de preço das commodities, moeda, inflação e taxa de juros). Nesse contexto, visando proteger e otimizar o resultado em função de riscos de variação dos preços de moeda e commodities, o Conselho de Administração aprovou a política de hedge da Companhia com missão de assegurar o atendimento dos objetivos estratégicos do negócio. Nela são destacadas as diretrizes e responsabilidades a serem observadas no processo de precificação e acompanhamento de commodities e moedas estrangeiras, assim como na gestão de efeitos cambiais relacionados às operações da Companhia.

i. Risco de crédito

Esse risco provém da possibilidade de a Companhia não receber valores decorrentes de operações de venda ou de créditos junto a instituições, tais como depósitos e aplicações financeiras. Para minimizar esse risco, as políticas de vendas da Companhia são subordinadas às políticas de crédito fixadas por sua Administração e visam minimizar eventuais problemas decorrentes da inadimplência de seus clientes. Esse objetivo é alcançado pela Administração por meio da seleção criteriosa da carteira de clientes, que considera a capacidade de pagamento (análise de crédito), e da diversificação de suas vendas (pulverização do risco). Além disso, a Companhia possui seguro de crédito para proteção contra a inadimplência de clientes específicos, o que possibilita uma indenização de 90% sobre a perda líquida dos recebíveis desses clientes. O limite máximo de indenização é de R\$ 35.000, com vigência no período de 01 de outubro de 2022 a 30 de setembro de 2023. Atualmente, a cobertura do seguro de crédito abrange cerca de 160 clientes, no total de R\$ 272.151 (R\$ 270.406 em 31 de dezembro de 2021). Além disso, existem cerca de R\$ 61.537 (R\$ 60.347 em 31 de dezembro de 2021) de garantias constituídas mediante hipoteca. Adicionalmente, a Companhia possui perdas esperadas, no montante consolidado de R\$ 47.627 (R\$ 49.725 em 31 de dezembro de 2021) representativos de 2,75% (3,34% em 31 de dezembro de 2021) do saldo de contas a receber em aberto para fazer face ao risco de crédito, conforme apresentado na Nota Explicativa nº 7.

Com relação às aplicações financeiras, a Companhia somente realiza aplicações em

instituições financeiras com baixo risco de crédito classificado por agências de *rating*, variando de AA a AAA. Além disso, cada instituição possui um limite máximo para saldo de aplicação.

ii. Risco de liquidez

As principais fontes de recursos financeiros utilizados pela Companhia residem no próprio volume de recursos advindos da comercialização dos seus produtos – com a característica de forte geração de caixa e baixa inadimplência, além dos valores recebidos a título de subvenções para investimento estaduais e federais (associadas à implantação/expansão de unidades industriais). Somam-se a esse montante os rendimentos de aplicações advindas das disponibilidades de caixa.

As principais necessidades de recursos financeiros da Companhia advêm de investimentos para expansão e modernização de sua estrutura de produção e logística, para aquisição de outras empresas e para a amortização do seu endividamento, pagamento de tributos, distribuição de dividendos e outros desembolsos operacionais.

Normalmente, a Companhia não tem necessidade de capital de giro adicional, mas diante das incertezas no ano de 2023, decorrente da permanência de alta dos preços das commodities e das estratégias de fusões e aquisições (M&A), a Companhia poderá captar recurso, com o objetivo de reforçar o caixa. Assim, a Administração entende que a Companhia apresenta sólidas condições financeiras e patrimoniais, suficientes para implementar seu plano de negócios e cumprir suas obrigações de curto, médio e longo prazos.

Os cronogramas de pagamento das parcelas de longo prazo dos empréstimos e financiamentos são apresentados na Nota Explicativa nº 17.

Vale ressaltar que a Companhia tem limites aprovados em bancos de primeira linha. Entretanto, esses limites não são destinados a cobrir deficiência de liquidez, haja vista que não têm essa indicação.

A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros em 31 de dezembro de 2022. Esses valores são brutos e não descontados, contemplando taxas futuras, e incluem pagamentos de juros contratuais, até a data de seu encerramento:

Consolidado (em Reais)	Valor contábil	Total	Menos de um ano	Entre um e três anos	Entre três e cinco anos	Superior a cinco anos
Em 31 de dezembro de 2022	3.958.194	(3.730.867)	(1.588.963)	(352.540)	(696.731)	(1.092.633)
Financiamentos e Empréstimos	2.226.547	(1.941.321)	(134.171)	(122.188)	(618.333)	(1.066.629)
Passivo de arrendamento	331.917	(401.355)	(66.601)	(230.352)	(78.398)	(26.004)
Fornecedores e outras contas a pagar	1.399.730	(1.388.191)	(1.388.191)	-	-	-
Em 31 de dezembro de 2021	2.906.474	(3.136.282)	(1.085.517)	(309.373)	(672.104)	(1.069.288)
Financiamentos e Empréstimos	1.767.598	(1.936.884)	(121.514)	(150.755)	(618.894)	(1.045.721)
Passivo de arrendamento	245.794	(306.316)	(70.921)	(158.618)	(53.210)	(23.567)
Fornecedores e outras contas a pagar	893.082	(893.082)	(893.082)	-	-	-

iii. Risco de mercado

Preço das commodities

Os preços das matérias-primas e insumos utilizados no processo produtivo são voláteis. Caso

ocorra uma variação relevante nos preços dos insumos e matérias-primas, a Companhia pode não ser capaz de repassar tais aumentos aos preços de seus produtos na mesma velocidade dos aumentos dos custos, o que poderá vir a impactar a margem de lucro. Adicionalmente, a Companhia tem por prática a manutenção de estoques de trigo (incluindo contratos negociados para entrega futura), principal matéria-prima, que pode variar de 2 a 4 meses de consumo dependendo da época do ano e da sazonalidade de cultivo. Esse procedimento pode ocasionar algumas variações entre o preço médio dos estoques e o valor de mercado em uma data específica.

Além disso, a Companhia acompanha o mercado mundial de commodities, monitorando os fatores que impactam a formação dos preços, tais como períodos de safra, eventos climáticos e decisões de política econômica, com o apoio de consultorias especializadas e sistemas de informações on-line com as principais bolsas de mercadorias do mundo. Nessas condições, avalia o momento mais oportuno para compra dessas commodities, podendo estabelecer contratos de compra para entrega futura de matéria-prima, fixando ou não o preço da commodity, colocando, assim, a Companhia sujeita ao risco de variação da commodity ou de variação cambial ou a ambos.

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia mantinha contratos firmados de compra de trigo e óleo para pagamento e entrega futura, no montante de 120.154 toneladas (298.000 toneladas em 31 de dezembro de 2021), onde 85.650 toneladas de óleo estavam com preços a fixar. Assim, considerando o valor de mercado para esses casos e preço firmado para os contratos fixados, eles representavam um montante equivalente a US\$ 11.100 de trigo e US\$ 96.711 de óleo (US\$ 76.187 de trigo e US\$ 35.708 de óleo em 31 de dezembro de 2021).

Diante do risco de variação no preço de óleo, a Companhia preparou uma análise de sensibilidade para o montante de óleo (85.650 toneladas), cujo preço não estava fixado. A análise levou em consideração a possibilidade de três cenários de variação no preço da commodity, com respectivos resultados futuros que seriam gerados. O cenário provável considerou os preços do óleo em US\$ 1.095,08, com projeção da taxa futura do câmbio para 90 dias, conforme cotação obtida na B3 em 29 de dezembro de 2022 e alinhada com a exposição de câmbio da Companhia, de R\$5,3798. Os demais cenários, possível e remoto, consideraram um aumento no preço das commodities em 25% e 50% respectivamente.

Descrição	Posição em risco (toneladas)	Risco	Cenário provável	Cenário possível (R\$)	Cenário remoto (R\$)
Contratos de aquisição de óleo (preço a fixar)	85.650	Alta da commodity	-	(126.147)	(252.293)

Seguindo a política de *hedge*, a Companhia possui operações de futuros e opções para o óleo de palma através da Bolsa de Bursa (Malásia), operações a termo para trigo, negociados em balcão na Bolsa de Chicago (CBOT) e operações a termo e opções de açúcar negociados em balcão na Bolsa de NY (ICE).

Os instrumentos derivativos firmados para a proteção do preço da commodity apresentavam vencimentos até agosto de 2023, abril de 2023 e fevereiro de 2024, respectivamente, com valor justo a pagar em 31 de dezembro de 2022 de R\$ 41.654 e a receber de R\$ 919 e R\$ 4.694.

Descrição	Indexador	UM	Quant.	Valor justo a receber (a pagar)
Compra Futuro+ Opções (Vanilla)	Óleo de Palma - Bolsa de Bursa (Malásia)	Ton	60.150	(41.654)
Compra a termo + Opções (Vanilla)	Trigo CBOT	Ton	560.000	919
Compra a termo + Opções (Compra de Vanilla)	Açúcar NYBOT	Pounds	109.872	4.694

Esses instrumentos financeiros foram designados como *hedge* de fluxo de caixa, cujos efeitos estão demonstrados no “item d” desta nota explicativa que versa sobre contabilidade de proteção.

iv. Risco de taxa de câmbio

Os resultados da Companhia são suscetíveis a variações significativas, em função dos efeitos da volatilidade da taxa de câmbio, em especial, sobre os passivos atrelados a moeda estrangeira dólar, decorrentes de importações das principais matérias-primas, trigo em grão e óleo vegetal de soja e de palma, além de capital de giro.

Como estratégia para prevenção e redução dos efeitos da flutuação da taxa de câmbio nos resultados, a Companhia tem procurado evitar ou minimizar o descasamento entre ativos e passivos indexados em moeda estrangeira, mediante avaliação de contratação de operações de proteção cambial, mais usualmente operações de *swap*.

Nesse sentido, em 31 de dezembro de 2022, a Companhia possuía três contratos vigentes de operação de *swap* para proteção dos financiamentos de capital de giro em moeda estrangeira com vencimento até 22 de dezembro de 2025, em que na ponta ativa recebe, em média, dólar mais taxa de juros de 2,66% a.a. e na ponta passiva paga, em média, CDI mais taxa de juros de 1,25% a.a. com valor de referência (nocial) em reais de R\$ 716.970 e valor justo a pagar de R\$ 50.111.

Contrato de swap	Valor de referência		Valor da curva		Valor justo	
	2022	2021	2022	2021	2022	2021
Posição ativa						
Moeda estrangeira (USD)	716.970	510.000	734.003	558.322	698.700	562.640
Posição passiva						
CDI	716.970	510.000	728.670	511.453	749.211	536.963
Resultado do swap	-	-	5.333	46.869	(50.511)	25.677

Dessa forma, em 31 de dezembro de 2022, a Companhia não apresentou descasamentos relevantes na posição de ativos e passivos sensíveis à variação cambial, conforme demonstrado a seguir:

Descrição	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Empréstimos/financiamentos em moeda estrangeira (a)	734.003	558.322	734.003	558.322
Contratos de swap (b)	(734.003)	(558.322)	(734.003)	(558.322)
Ativos em moeda estrangeira (b)	-	-	(7)	(8)
(Superávit) e déficit apurado (a-b)	-	-	(7)	(8)

Os contratos de *swap* foram designados como *hedge* de fluxo de caixa, cujos efeitos estão

demonstrados no “item d” desta nota explicativa que versa sobre contabilidade de proteção.

Adicionalmente, como estratégia para prevenção e redução dos efeitos da flutuação da taxa de câmbio nos resultados, a Companhia passou a contratar operações a termo (“*Non Deliverable Forward - NDF*”), baseadas nas projeções de fluxo de caixa futuros a partir das previsões orçamentárias e de *forecasts* intermediários.

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia possuía dezoito contratos de operações a termo com vencimentos até fevereiro de 2023, com valor de referência (nocial) e valor justo, conforme segue:

Descrição	Objeto de proteção	Moeda referência (nocial)	Valor de referência (nocial)	Valor justo a receber (a pagar)
Contrato a termo	Moeda	Dólar	27.000	863

Esses instrumentos financeiros foram designados como *hedge* de fluxo de caixa, cujos efeitos estão demonstrados no “item d” desta nota explicativa que versa sobre contabilidade de proteção.

Como já mencionado no item “Risco de mercado: preço das commodities”, a Companhia mantinha contratos firmados de compra de trigo e óleo para pagamento e entrega futura com total estimado de trigo em US\$ 11.100 e de óleo em US\$ 96.711, sujeitos a risco de variação cambial (US\$ 76.187 e de óleo em US\$ 35.708 em 31 de dezembro de 2021).

Análise de sensibilidade à variação do dólar dos contratos de compra de trigo e óleo para entrega futura

A análise de sensibilidade levou em conta a possibilidade de três cenários de variação do dólar e os respectivos resultados futuros de trigo e óleo que seriam gerados. O cenário provável considerou a cotação do dólar de R\$ 5,3798, projeção da taxa futura do câmbio para 90 dias, conforme cotação obtida na B3 em 29 de dezembro de 2022. Os demais cenários, possível e remoto, consideraram um aumento na cotação do dólar em 25% (R\$ 6,8405) e 50% (R\$ 8,2086), respectivamente.

Descrição do contrato	Posição em risco (USD)	Risco	Cenários		
			Provável	Possível	Remoto
Aquisição de trigo	11.100	Alta do dólar	-	(14.929)	(29.858)
Aquisição de óleo	96.711	Alta do dólar	-	(130.070)	(260.141)

v. Risco de inflação

Em razão de emissão de debêntures em março de 2021 com encargos remuneratórios baseados no Índice de Preços para o Consumidor Amplo (IPCA) e com vencimento em longo prazo (7 anos e 10 anos), os resultados da Companhia estão mais suscetíveis a variações significativas da inflação.

Como estratégia para prevenção e redução dos efeitos de variações desse índice, a Companhia contratou operações de swap, trocando o risco de variação do IPCA mais taxa de juros pelo CDI mais taxa de juros, por entender que o risco de variação do CDI é baixo, além do fato de ser o indexador de suas aplicações financeiras.

Nesse sentido, em 31 de dezembro de 2022, a Companhia possuía quarenta e dois contratos

negociados de operações de swap para proteção das emissões das debêntures e de financiamento de capital de giro, todos com vencimentos, até 17 de março de 2031, em que, na ponta ativa recebe, em média, IPCA mais taxa de juros de 4,3580% a.a. e na ponta passiva paga, em média, CDI mais taxa de juros de 0,29% a.a. Os valores de referência (nocial) totalizaram R\$ 931.644 para contratos já vigentes e o valor justo bruto a receber de todos os instrumentos derivativos em 31 de dezembro de 2022 totalizava R\$ 11.187.

Contratos de swap	Valor de referência		Valor da curva		Valor justo	
	2022	2021	2022	2021	2022	2021
Posição ativa						
IPCA	931.644	811.644	1.044.135	868.042	987.195	832.642
Posição passiva						
CDI	931.644	811.644	965.821	828.354	976.008	840.523
Resultado	-	-	78.314	39.688	11.187	(7.881)

Esses instrumentos financeiros foram designados como *hedge* de valor justo, cujos efeitos são registrados na demonstração do resultado financeiro (ver Nota Explicativa nº 19).

vi. Risco de taxa de juros

A Companhia está exposta, principalmente, às variações nas taxas de juros CDI nas aplicações financeiras e empréstimos e financiamentos.

Descrição	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Ativos financeiros				
Aplicações financeiras indexadas ao CDI	559.491	1.558.238	566.774	1.558.265
Passivos financeiros				
Operações em moeda estrangeira com derivativos atrelados ao CDI ⁽¹⁾	(728.670)	(558.322)	(728.670)	(558.322)
Operações de debêntures com derivativos e capital de giro atrelados ao CDI ⁽¹⁾	(965.821)	(828.354)	(965.821)	(828.354)
Financiamentos indexados ao CDI	(382.026)	(257.139)	(431.559)	(262.277)
Ativos (Passivos)	(1.517.026)	(85.577)	(1.559.276)	(90.688)

⁽¹⁾ Vide item iv - Risco de taxa de câmbio e v - Risco de inflação

Análise de sensibilidade à variação do CDI

O quadro abaixo mostra a projeção de perda que seria reconhecida nos próximos 12 meses, caso fosse mantida a posição dos ativos indexados ao CDI líquidos dos passivos atrelados ao CDI em R\$ 1.559.276.

Descrição	Posição em risco	Risco	Cenário provável	Cenário possível	Cenário remoto
Passivos líquidos	(1.559.276)	Aumento do CDI	-	(52.353)	(104.705)

O cenário provável considerou a cotação futura do DI para 360 dias, conforme informação obtida na B3 em 31 de dezembro de 2022, no patamar de 13,43% a.a. Os demais cenários, possível e remoto, consideraram um acréscimo nesta cotação em 25% (16,79% a.a.) e 50% (20,15% a.a.), respectivamente.

Mesmo diante da projeção de alta do CDI e com projeção de aumento para o ano de 2023, a Administração da Companhia, devido à sua atual situação econômico-financeira, não vê risco para esse indicador.

d) Contabilidade de proteção (*Hedge Accounting*)

A Companhia adota a contabilidade de *hedge* nas operações com os instrumentos financeiros em especial, contratos a termo (NDF), opções, contratos futuros e *swap*, à medida que se qualificam na relação de proteção de *hedge* de fluxo de caixa. Tais instrumentos de *hedge* designados à contabilidade de *hedge* estão em perfeito alinhamento ao objetivo e a estratégia de gerenciamento de risco da Companhia.

No início de uma relação de *hedge*, a Companhia formalmente designa a relação de *hedge* preparando a devida documentação que inclui: a identificação do instrumento de *hedge*, a identificação do item protegido, natureza do risco a ser coberto, a relação de proteção e análise da eficácia do *hedge* demonstrando que há relação econômica entre item protegido e instrumento de *hedge*, índice de *hedge* e como a efetividade será avaliada.

O item protegido, em geral, trata-se de fluxo de caixa futuro de aquisição de insumos sujeitos ao risco de variação cambial (trigo, óleo, açúcar e cacau), baseado em projeção orçamentária e *forecast* intermediários. Desse modo, o item protegido (compras futuras de matérias-primas importadas) é considerado transação altamente provável e qualifica-se como objeto de *hedge* à medida que estes insumos são essenciais para o processo produtivo da Companhia. Além disso, o item protegido está relacionado a empréstimos contratados em moeda estrangeira, com o objetivo de proteção do fluxo de caixa da Companhia contra o risco de variação cambial na amortização e no pagamento de juros.

Os instrumentos derivativos utilizados para proteção do risco cambial possuem uma relação econômica direta com o risco do objeto, já que se configuram por operações nas mesmas moedas em que as importações de matérias-primas e os empréstimos contratados.

Na determinação do índice de *hedge*, a quantidade de instrumentos de proteção designados para contabilidade de *hedge* não excede a quantidade de itens que a Companhia efetivamente deseja proteger baseado na estratégia de proteção aprovada no comitê de *hedge*, não refletindo, portanto, desequilíbrio entre as duas posições (item de proteção e item protegido). Caso a proteção deixe de atender ao índice de *hedge*, mas o objetivo do gerenciamento de risco permanece inalterado, a Companhia poderá “reequilibrar” o índice de *hedge* para atender aos critérios de qualificação.

No tocante à avaliação da efetividade do *hedge*, a Companhia adota o método do *dollar offset method (ratio analysis)*, que consiste na comparação da variação de valor justo do instrumento de *hedge* com a variação de valor justo do objeto de *hedge*, sendo prospectivo, com avaliação no início da proteção. Os testes de efetividade subsequentes serão realizados a cada fechamento trimestral e anual, ou por ocasião de alteração significativa nas circunstâncias que afetam os requisitos de efetividade de *hedge*, o que ocorrer primeiro.

A principal fonte de inefetividade na relação de proteção é o possível descasamento entre os vencimentos dos instrumentos e as datas em que ocorrem as compras. No entanto, este descasamento está limitado ao período do mês de designação, de forma a não comprometer a relação de *hedge*. Desse modo, entende-se que não existem fontes de inefetividade relevantes que possam comprometer a relação de *hedge*.

Os efeitos das relações de *hedge* formalmente designadas estão demonstrados a seguir:

Descrição	Controladora e Consolidado
	Hedge de fluxo de caixa
Saldos em 31 de dezembro de 2020	(11.053)
Ganhos em instrumentos derivativos	74.762
Ajustes ao custo de matéria-prima objeto de proteção	(91.226)
Variações no valor justo de contratos derivativos	74.008
Reclassificação para resultado financeiro	16.463
Saldos em 31 de dezembro de 2021	62.954
Perdas em instrumentos derivativos	(101.911)
Ajustes ao custo de matéria-prima objeto de proteção	(10.536)
Variações no valor justo de contratos derivativos ⁽¹⁾	(186.380)
Reclassificação para resultado financeiro	112.448
Saldos em 31 de dezembro de 2022	(123.425)

⁽¹⁾ Variação em virtude do dólar fixado a maior que o atual de mercado.

A composição do saldo de reserva de *hedge* de fluxo de caixa registrada em outros resultados abrangentes está demonstrada a seguir:

Descrição	Controladora e Consolidado
Saldo de hedge de fluxo de caixa em 31 de dezembro de 2020	(7.541)
Variações no valor justo de contratos derivativos	74.008
Efeito tributário sobre o valor justo do instrumento de <i>hedge</i>	(24.917)
Saldo de hedge de fluxo de caixa em 31 de dezembro de 2021	41.550
Variações no valor justo de contratos derivativos	(186.380)
Efeito tributário sobre o valor justo do instrumento de <i>hedge</i>	63.369
Saldo de hedge de fluxo de caixa em 31 de dezembro de 2022	(81.461)

e) Gestão do capital

Os objetivos da Companhia, ao administrar seu capital, são: salvaguardar a capacidade de sua continuidade, para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, e manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

A Companhia monitora o capital através da análise de sua situação financeira e endividamento com base no índice de alavancagem financeira (dívida líquida/total do capital), por entender que esse indicador reflete de forma mais apropriada o nível relativo de seu endividamento e da sua capacidade de pagamento. A dívida líquida é composta pelos financiamentos e empréstimos, deduzida dos saldos de caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e instrumentos financeiros derivativos.

Os índices de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2022 e 2021 estão distribuídos conforme demonstrado a seguir:

Consolidado	2022	2021
Dívida de financiamentos e empréstimos	1.378.266	955.889
Debêntures	848.281	811.709
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(648.046)	(1.555.864)
(-) Depósitos vinculados	(69.570)	-
(-) Aplicações financeiras de curto prazo	(16.599)	(16.566)
(-) Aplicações financeiras de longo prazo	(1.518)	(2.058)
Instrumentos financeiros derivativos	89.565	(52.421)
Dívida líquida (caixa líquido) (A)	1.580.379	140.689
Patrimônio líquido	6.708.721	7.032.288
Total do capital (B)	8.289.100	7.172.977
Índice alavancagem financeira (C = A / B x 100)	19,07%	1,96%

A variação do índice de alavancagem financeira da Companhia é representada pela relação da dívida líquida sobre o patrimônio líquido. O indicador no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foi 19,07%, contra 1,96% em 2021. O aumento deve-se, principalmente, à redução de recursos de caixa devido ao pagamento de juros sobre capital próprio no montante de R\$ 655.483 e pelas aquisições da Jasmine Indústria e Comércio de Alimentos Ltda. e Darcel S.A. no montante de R\$ 408.112.

19. Receitas (despesas) financeiras líquidas

Descrição	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Receitas financeiras				
Rendimentos de aplicações financeiras	101.822	77.707	101.973	77.722
Juros selic sobre créditos tributários	22.555	70.752	22.570	70.755
Atualização de depósitos judiciais	14.381	5.539	14.381	5.539
Variações cambiais ativas	171.419	113.682	174.235	113.765
Outros	18.750	12.427	18.877	12.435
	328.927	280.107	332.036	280.216
Despesas financeiras				
Juros sobre financiamentos	(23.700)	(28.333)	(24.026)	(28.676)
Juros sobre dívida de aquisição de empresas	(17.645)	(5.845)	(17.645)	(5.845)
Juros sobre arrendamentos	(27.059)	(20.252)	(27.059)	(20.252)
Juros e variações monetárias sobre debêntures	(36.373)	(92.949)	(36.373)	(92.949)
Variações cambiais passivas	(143.633)	(166.227)	(145.735)	(166.203)
Variações monetárias passivas	(66.762)	(7.528)	(66.762)	(7.528)
Ganhos (perdas) em operações com contratos derivativos	(112.051)	78.784	(112.050)	78.783
Spread nas operações de compra de moeda a termo (NDF)	(96.842)	(14.959)	(97.494)	(15.072)
Variação positiva (negativa) de hedge a valor justo com contratos derivativos	(20.945)	(46.835)	(20.945)	(46.835)
Variação positiva (negativa) de valor justo de debêntures e financiamentos	22.927	35.399	22.927	35.399
Comissões e despesas bancárias	(12.710)	(10.028)	(13.041)	(10.082)
Atualização de provisões para contingências	(2.824)	(5.570)	(2.824)	(5.570)
Outros	(22.112)	(14.889)	(22.500)	(15.198)
	(559.729)	(299.232)	(563.527)	(300.028)
Receitas (despesas) financeiras líquidas	(230.802)	(19.125)	(231.491)	(19.812)

As receitas financeiras abrangem recebimentos de rendimentos de aplicações financeiras, atualização de créditos tributários e depósitos judiciais, e variações no valor justo de ativos e passivos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. A receita de juros é reconhecida no resultado através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem desembolsos com juros sobre empréstimos, líquidos do desconto a valor presente das provisões, juros sobre arrendamentos, variações no valor justo de ativos e passivos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*), reconhecidas nos ativos financeiros, exceto para as perdas com risco de crédito que são reconhecidas nas despesas comerciais e atualização de contingências tributárias, cíveis e trabalhistas.

Com exceção dos custos de empréstimos que são capitalizados como parte do ativo, todos os demais são registrados em despesa no período em que são incorridos. Custos de empréstimos compreendem juros e outros custos relativos a empréstimos.

20. Obrigações sociais e trabalhistas

A composição dos saldos contemplam as seguintes provisões e encargos:

Descrição	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Provisões trabalhistas				
Provisão de participação nos lucros e resultados	104.774	55.698	105.374	55.698
Provisão de férias	73.025	64.351	75.643	64.615
Outros	2.508	2.840	4.791	3.002
	180.307	122.889	185.808	123.315
Encargos sociais e trabalhistas				
INSS	48.750	40.280	50.276	40.485
FGTS	13.724	11.522	14.449	11.575
Outros	1.865	1.519	1.868	1.522
	64.339	53.321	66.593	53.582
Total	244.646	176.210	252.401	176.897

21. Obrigações fiscais

A composição dos saldos contemplam as seguintes obrigações fiscais:

Descrição	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
PIS/Cofins	7.072	1.566	8.183	2.013
Imposto de renda retido na fonte	10.955	8.750	11.357	8.794
Imposto de renda e contribuição social a pagar	1.778	1.778	1.778	1.792
Outras obrigações fiscais federais	766	908	998	1.009
ICMS	100.192	88.770	102.318	89.875
ISS	2.595	1.675	2.629	1.696
Total	123.358	103.447	127.263	105.179
Circulante	123.358	103.447	126.812	104.395
Não circulante	-	-	451	784

22. Subvenções governamentais

As subvenções governamentais recebidas pela Companhia têm a natureza de subvenções para investimento, e se dividem em subvenções estaduais e federais, sendo todas monetárias e registradas pelos seus valores nominais.

Os recursos recebidos constituem fonte de reposição do capital investido nos empreendimentos econômicos resultantes dos projetos de investimento implementados pela Companhia e enquadrados nos respectivos programas públicos de fomento ao desenvolvimento. Todas essas subvenções para investimento são de caráter oneroso (em função de determinadas condições) e concedidas por prazo certo.

Para efeito da determinação do valor das subvenções para investimento que deve transitar no resultado, a Companhia utiliza o regime de competência, reconhecendo as subvenções independentemente do momento em que as realiza em termos financeiros, devido aos seguintes fatores: (i) o histórico de cumprimento dos requisitos legais e contratuais necessários para usufruto dessas subvenções; e (ii) sua capacidade de assegurar o cumprimento dos requisitos necessários para recebê-las dos entes públicos respectivos.

No encerramento do exercício social, a parcela do lucro correspondente às subvenções para investimento é destinada à constituição de reserva de incentivos fiscais, no patrimônio líquido, e é excluída da base de cálculo dos dividendos, haja vista que as subvenções têm a natureza de alocação de capital para investimentos, devendo ser obrigatoriamente reinvestidas na Companhia.

22.1 Incentivos fiscais estaduais

O valor de subvenções para investimento recebido dos estados é determinado a partir do montante de ICMS devido e incidente sobre os negócios realizados por unidades industriais incentivadas. Tais unidades são as construídas e implantadas nos termos de projetos de investimento de novos empreendimentos econômicos apresentados e aprovados pelos respectivos estados, no âmbito de suas políticas públicas de fomento ao desenvolvimento industrial.

As subvenções para investimentos estaduais, por serem, em sua maioria, calculadas com base no valor do ICMS computado no custo de produção, são alocadas ao resultado numa linha na Demonstração do Resultado do Exercício, logo abaixo do custo dos produtos vendidos. Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia fez jus a R\$ 574.503 (R\$ 435.950 em 31 de dezembro de 2021), decorrentes dos incentivos estaduais em vigência.

A partir de março de 2021, a Companhia passou a fazer jus à fruição do FUNDOPEM (Fundo Operação Empresa do Estado do Rio Grande do Sul) com efeitos retroativos a fevereiro de 2020. Esse programa é um instrumento de parceria, visando à promoção do desenvolvimento socioeconômico do Estado do Rio Grande do Sul, que consiste no financiamento parcial do ICMS incremental mensal gerado na sua operação, cujo percentual de financiamento é de 75%. No âmbito do Programa de Harmonização do Desenvolvimento Industrial do Rio Grande do Sul é concedido um incentivo que representa 42,80% sobre a receita financiada, podendo ser acrescido até 10% em virtude geração de empregos. Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia fez jus a R\$ 3.776 (R\$ 5.760 em 31 de dezembro de 2021) alocado em outras receitas operacionais na Demonstração do Resultado do exercício (ver Nota Explicativa nº 30).

A seguir, apresenta-se o detalhamento dos seguintes incentivos estaduais:

Incentivos fiscais estaduais / Unidade incentivada	Percentual de redução do ICMS	Válido até
DESENVOLVE - Bahia: desconto no pagamento de parte do ICMS devido sobre a aquisição do trigo em grão para o moinho de trigo.		
Moinho de trigo e fábrica de massas e de biscoitos (Salvador-BA)	81%	jun/25
PROVIN – Ceará: diferimento do pagamento de parte do ICMS devido sobre a aquisição do trigo em grão para os moinhos de trigo e sobre o ICMS devido pelas operações com margarinas e gorduras especiais, quitados com recursos do FDI – Fundo de Desenvolvimento Industrial para ambas as unidades		
Moinho de trigo (Fortaleza-CE)	74,25%	nov/24
Moinho de trigo integrado à fábrica de biscoitos e massas (Eusébio-CE)	74,25%	jul/25
Fábrica de gorduras e margarinas especiais (Fortaleza-CE)	56,25%	nov/24
PROEDI – Rio Grande do Norte: crédito presumido sobre o saldo devedor de ICMS mensal		
Moinho de trigo e fábrica de massas (Natal-RN)	De 75% a 79%	jun/32
FAIN – Paraíba: desconto de parte do ICMS sobre as aquisições do trigo em grão para o moinho de trigo		
Moinho de trigo e fábrica de massas (Cabedelo-PB)	81%	dez/32
PRODEPE – Pernambuco: aplicação de 75% sobre o valor do ICMS incidente sobre o trigo em grão consumido, pela indústria em equivalente de farinha de trigo, além de 5% do frete incidente sobre as vendas para fora da região Nordeste, desde que o valor total da subvenção não ultrapasse a 85% do ICMS sobre o trigo em grão contido na farinha de trigo consumida.		
Fábrica de biscoitos e de massas (Jaboatão dos Guararapes-PE)	75% ou 85%	dez/32
Tratamento Tributário Especial - Rio de Janeiro (Unidade Piraquê) - Redução do imposto de forma que a carga tributária resulte em percentual igual a 3% do valor das saídas de produção própria em operações internas e interestaduais, por venda e transferência.		
Fábrica de biscoitos e de massas (Queimados-RJ)	75% ou 85%	set/38
Regime especial de tributação - Paraíba (Unidade Bayuex) - Redução do imposto de forma que a carga tributária para os produtos sujeitos ao ICMS Substituição resulte em percentual igual a 5%, e para os demais produtos o ICMS normal resulte em percentual igual a 4% sobre a operação de saída.		
Operação com derivados de farinha de trigo (Bayuex-PB)	38% a 62%	dez/32
Tratamento Tributário Especial – Bento Gonçalves (Unidade Moinho Isabella) – Abatimento de ICMS devido pela sua operação industrial, quitados com recursos do FUNDOPEM - Fundo Operação Empresa do Estado do Rio Grande do Sul.		
Moinho de trigo e Fábrica de biscoitos e massas (Moinho Isabela-RS)	32,10% a 39,60%	jul/27

No caso do estado do Rio de Janeiro (Unidade Piraquê), que apresenta prazo de fruição até setembro de 2038, considerando o Convênio ICMS nº 190, de 15 de dezembro de 2017, que estabelece o prazo de fruição dos incentivos fiscais limitado a dezembro de 2032, o benefício somente terá validade até referida data.

Quanto aos estados de Pernambuco (Unidade Jaboatão dos Guararapes-PE) e da Paraíba (Unidade Bayeux), os benefícios fiscais foram prorrogados de março de 2024 para dezembro de 2032.

Crédito presumido equiparado à subvenção para investimentos

A partir de 2019, com base na Lei Complementar nº 160, de 7 de agosto de 2017, a Companhia passou a tratar como subvenções para investimento os benefícios fiscais outorgados na forma de crédito presumido/outorgado previsto no Regulamento do ICMS dos estados do Rio de Janeiro, Paraná, São Paulo e Rio Grande do Sul concedidos nas operações com produtos alimentícios realizadas por unidades industriais e comerciais. Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia fez jus a R\$ 111.508 (R\$ 94.751 em 31 de dezembro de 2021) a título de crédito presumido.

Fundo Estadual de Equilíbrio Fiscal

Em 06 de maio de 2016 foi publicado o Convênio ICMS nº 42/2016, o qual autoriza os estados e o Distrito Federal a condicionarem a fruição de incentivos fiscais ao depósito de, no mínimo, 10% calculados sobre o valor dos respectivos incentivos fiscais auferidos pelos contribuintes e destinados a um fundo de equilíbrio fiscal. As disposições desse Convênio são aplicáveis a todos os contribuintes que detenham incentivos e benefícios fiscais, financeiro-fiscais ou financeiros, inclusive os decorrentes de regimes especiais de apuração.

Inobstante o referido convênio disciplinar sobre o depósito de, no mínimo, 10% dos incentivos concedidos, alguns estados como Ceará, Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Norte, ao legislarem sobre o assunto, estabeleceram regras de dispensa do depósito quando verificado incremento de arrecadação no mês em relação ao mesmo período do ano anterior, bem como a possibilidade de depósito apenas complementar ao limite mínimo quando o incremento na arrecadação for inferior ao percentual de 10%. Ademais, o estado do Ceará, a partir de janeiro de 2020 estabeleceu percentual mínimo de 7% a ser observado para aplicação da regra de dispensa ou do recolhimento complementar. Dessa forma, considerando as regras específicas de cada estado durante o prazo de vigência dos Fundos, a Companhia poderá se enquadrar em situações de dispensa do depósito, ou ainda, efetuar os depósitos em montante inferior ao percentual de 10% e 7% dos incentivos.

Atualmente, as operações da Companhia nos estados da Bahia, Paraíba, Pernambuco e Rio de Janeiro estão sujeitas ao Convênio ICMS nº 42/2016 e prorrogaram a vigência da contribuição destinada ao fundo de equilíbrio fiscal.

UF	Vigência		Prorrogação	
	Início	Término	Início	Término
Pernambuco	Ago/16	Dez/22	Jan/23	Dez/24
Bahia	Set/16	Dez/18	Jan/19	Dez/26
Paraíba	Out/16	Mar/19	Abr/19	Mar/24
Rio de Janeiro	Dez/16	Dez/26	-	-
Paraná	Mar/23	-	-	-

O Estado do Rio de Janeiro, por meio da Lei nº 8.645/2019, substituiu o Fundo Estadual de Equilíbrio Fiscal - FEEF - pelo Fundo Orçamentário Temporário – FOT, com vigência a partir de 10 de março de 2020, e produzirá efeitos enquanto estiver vigente o Regime de Recuperação Fiscal - RRF, cujo início se deu em maio de 2017. Somente após a regulamentação da referida lei, por meio Decreto nº 47.057 de 04 de maio de 2020, o estado passou a exigir o recolhimento do novo fundo a partir da competência de abril de 2020. Destaca-se que em janeiro de 2021 houve a prorrogação do Regime de Recuperação Fiscal por até nove exercícios financeiros, garantindo ao Estado a continuidade do FOT até dezembro de 2026.

O Estado de Pernambuco, por meio da Lei nº Lei nº 18.141/2023, prorrogou a cobrança para o FEEF, passando a vigência de 31 de dezembro de 2022 para 31 de dezembro de 2024.

Relativamente ao Estado da Bahia, através do Decreto nº 21.716/2022, a vigência da cobrança para o FUNCEP foi prorrogada de dezembro de 2022 para dezembro de 2026.

O Estado do Paraíba, por meio do Decreto nº 41.596 de 2021, alterou o prazo de vigência do FEEF de forma que tal encargo permanecerá válido até 30 de março de 2024.

O Estado do Paraná, por intermédio do Decreto nº 8.899/2022, passará a cobrar, a partir de 01 de março de 2023, o Fundo de Recuperação e Estabilização Fiscal do Paraná – FUNREP.

Em 31 de dezembro de 2022, as despesas incorridas pela Companhia relativas as referidas obrigações totalizaram R\$ 24.187 (R\$ 25.197 em 31 de dezembro de 2021).

22.2 Incentivos fiscais federais

A Companhia é beneficiária de subvenções federais obtidas por conta da realização de investimentos nas unidades industriais sediadas na área de atuação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene).

As subvenções são concedidas pelo prazo certo de 10 anos para os empreendimentos industriais que comprovarem, junto à Sudene, a realização de investimentos no Nordeste, mediante instalação, modernização, ampliação ou diversificação de unidades industriais na região, desde que atendidas todas as condições e obrigações exigidas na legislação pertinente para obtenção da contrapartida da União, dentro das políticas públicas de emprego de recursos federais no fomento ao desenvolvimento do Nordeste.

O valor das subvenções para investimento a ser recebido da União durante o prazo certo de sua concessão consiste em montante equivalente ao resultado da aplicação de até 75% sobre uma base de cálculo legalmente denominada "lucro da exploração", gerado por unidades industriais incentivadas. A quitação se realiza pela dedução do benefício sobre o valor devido de imposto de renda, com base na apuração do lucro real.

A subvenção federal é apresentada na Demonstração do Resultado como dedução do imposto de renda da pessoa jurídica. Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia não utilizou o respectivo incentivo, pois não houve imposto de renda devido (R\$ 1.977 em 31 de dezembro 2021).

Os prazos de vigência das subvenções federais em vigor são detalhados a seguir:

Unidades industriais	Índice de redução do IRPJ (%)	Período de validade
Moinho de trigo, fábrica de biscoitos e massas (Eusébio - CE)	75	Jan de 2016 até Dez de 2025
Fábrica de torradas (Eusébio - CE)	75	Jan de 2016 até Dez de 2025
Moinho de trigo (Fortaleza - CE)	75	Jan de 2018 até Dez de 2027
Fábrica de gorduras e margarinas especiais (Fortaleza - CE)	75	Jan de 2018 até Dez de 2027
Moinho de trigo (Natal - RN)	75	Jan de 2018 até Dez de 2027
Fábrica de massas (Natal - RN)	75	Jan de 2014 até Dez de 2023
Moinho de trigo e Fábrica de massas (Cabedelo - PB)	75	Jan de 2018 até Dez de 2027
Fábrica de massas e de biscoitos (Salvador - BA)	75	Jan de 2016 até Dez de 2025
Moinho de trigo e mistura pronta para bolo (Salvador - BA)	75	Jan de 2015 até Dez de 2024
Fabricação de massas e biscoitos (Jaboatão dos Guararapes - PE)	75	Jan de 2018 até Dez de 2027
Fabricação de biscoitos, bolos e snacks (Maracanaú - CE)	75	Jan de 2016 até Dez de 2025
Fabricação de massas (Maracanaú - CE)	75	Jan de 2014 até Dez de 2023

A Administração da Companhia cumpre todas as exigências para obtenção dessas subvenções, especialmente as relacionadas à comprovação dos investimentos, geração dos empregos, volume de produção, bem como não distribui na forma de dividendos os valores deles decorrentes.

Até o momento, entende-se que não foi descumprida qualquer condição cuja inobservância impeça a continuidade do direito de usufruir os benefícios das subvenções governamentais concedidas.

23. Provisões para riscos cíveis, trabalhistas e tributários

No curso normal de suas operações, a Companhia é parte em ações judiciais e administrativas que envolvem questões tributárias, trabalhistas, cíveis e de outras naturezas, perante tribunais e órgãos governamentais.

Periodicamente, a Administração avalia os riscos cíveis, trabalhistas e tributários, tendo como base fundamentos jurídicos, econômicos e tributários, com o objetivo de classificá-los, segundo suas chances de perda em prováveis, possíveis ou remotos. A análise é feita em conjunto com os escritórios de advocacia que patrocinam as causas da Companhia.

Existem processos em discussão nos âmbitos administrativo e judicial. Em 31 de dezembro de 2022, do total dos processos de naturezas trabalhista e cível, 1,54% (2,05% em 31 de dezembro de 2021) estão sendo discutidos em âmbito administrativo e 98,46% (97,95% em 31 de dezembro de 2021) estão sendo discutidos em âmbito judicial. Já em relação aos processos de natureza tributária, 49,26% (51,84% em 31 de dezembro de 2021) estão sendo discutidos em âmbito administrativo e 50,74% (48,16% em 31 de dezembro de 2021) estão sendo discutidos judicialmente.

Desses, somente os riscos classificados como prováveis são provisionados em valores considerados como suficientes para cobrir as perdas estimadas. Entretanto, em virtude da operação de combinação de negócio (aquisição da Piraquê), foram reconhecidas, também, provisões para processos com riscos de perda possível e remota, existentes na data da aquisição. Nesses casos, se materializadas as perdas, tais valores serão reembolsados pelos antigos sócios caracterizando-se, assim, em contingência de natureza indenizável.

As provisões para riscos cíveis, trabalhistas e tributários registradas representam a melhor estimativa da Administração quanto aos riscos de perda envolvidos.

Existem situações em que a Companhia questiona a legitimidade de determinados passivos ou ações movidas contra si. Por conta desses questionamentos, por ordem judicial ou por estratégia da própria administração, os valores em questão podem ser depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação do passivo.

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a Companhia apresentava as seguintes provisões e depósitos judiciais, relacionados aos riscos cíveis, trabalhistas e tributários:

Descrição	Provisão				Depósitos Judiciais ⁽¹⁾			
	Controladora		Consolidado		Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021	2022	2021	2022	2021
Trabalhistas e cíveis	127.423	124.733	128.129	124.782	105.715	87.630	106.165	87.855
Tributárias	97.183	96.444	97.183	96.444	157.486	145.952	157.486	145.952
Total	224.606	221.177	225.312	221.226	263.201	233.582	263.651	233.807

⁽¹⁾ Os depósitos cíveis e trabalhistas são atualizados mensalmente pela TR e os de âmbito tributário são atualizados mensalmente pela Selic.

Em 31 de dezembro de 2022, os depósitos judiciais vinculados aos processos de classificação de risco de perda provável totalizavam R\$ 105.637 (R\$ 89.812 em 31 de dezembro de 2021).

a) Movimentação dos processos no período

Controladora	Cíveis e trabalhistas	Tributárias	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2020	115.983	103.127	219.110
Adições	28.091	2.879	30.970
Atualizações/reversões	3.274	2.296	5.570
Baixas/reversões ⁽¹⁾	(22.615)	(11.858)	(34.473)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	124.733	96.444	221.177
Adições	36.222	979	37.201
Atualizações/reversões	(551)	3.375	2.824
Baixas ⁽¹⁾	(32.981)	(3.615)	(36.596)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	127.423	97.183	224.606

⁽¹⁾ Refere-se, principalmente, a baixa de provisão contra depósito judicial recursal.

Consolidado	Cíveis e trabalhistas	Tributárias	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2020	115.983	103.127	219.110
Combinação de negócio- Latinex	49	-	49
Adições	28.091	2.879	30.970
Atualizações/reversões	3.274	2.296	5.570
Baixas/reversões ⁽¹⁾	(22.615)	(11.858)	(34.473)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	124.782	96.444	221.226
Combinação de negócio-Jasmine	675	-	675
Adições	36.222	979	37.201
Atualizações/reversões	(551)	3.375	2.824
Baixas ⁽¹⁾	(32.999)	(3.615)	(36.614)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	128.129	97.183	225.312

⁽¹⁾ Refere-se, principalmente, a baixa de provisão contra depósito judicial recursal.

b) Movimentação dos depósitos judiciais no período

Controladora	Cíveis e trabalhistas	Tributárias	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2020	57.300	206.519	263.819
Adições	65.270	7.331	72.601
Atualizações	840	4.699	5.539
Reclassificação	15	(15)	-
Baixas ⁽¹⁾	(35.795)	(72.582)	(108.377)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	87.630	145.952	233.582
Adições	61.701	851	62.552
Atualizações	2.817	11.564	14.381
Reclassificação	(53)	53	-
Baixas	(46.380)	(934)	(47.314)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	105.715	157.486	263.201

Consolidado	Cíveis e trabalhistas	Tributárias	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2020	57.309	206.518	263.827
Combinação de negócio- Latinex	220	-	220
Adições	65.270	7.331	72.601
Atualizações	840	4.699	5.539
Reclassificação	15	(15)	-
Baixas ⁽¹⁾	(35.799)	(72.581)	(108.380)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	87.855	145.952	233.807
Combinação de negócio-Jasmine	186	-	186
Adições	61.764	851	62.615
Atualizações	2.817	11.564	14.381
Reclassificação	(53)	53	-
Baixas	(46.404)	(934)	(47.338)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	106.165	157.486	263.651

⁽¹⁾ Refere-se, principalmente, ao levantamento de depósito judicial decorrente da ação de exclusão do ICMS na base de cálculo do PIS/Cofins da empresa adquirida Piraquê, repassada aos antigos sócios.

Segue o cronograma esperado de realização dos processos tributários em 31 de dezembro de 2022:

Ano de vencimento	Controladora e Consolidado
	2022
2023	5.144
2024	7.318
2025	11.420
2026	26.868
2027 em diante	46.433
Total	97.183

c) Naturezas dos processos

Cíveis e trabalhistas

A Companhia figura como ré em 1.286 processos (1.112 em 31 de dezembro de 2021) de naturezas trabalhista e cível cuja probabilidade de perda é classificada como provável no valor de R\$ 112.045 e R\$ 16.084, respectivamente (R\$ 113.951 e R\$ 10.782 em 31 de dezembro de 2021), e em virtude da combinação de negócios, também, provisões para processos com riscos de perda possível e remota, de R\$ 5.341 (R\$ 8.042 em 31 de dezembro de 2021). As principais matérias discutidas nos processos trabalhistas envolvem pedidos de declaração de reconhecimento de vínculo empregatício, hora extra e seus reflexos, indenização por acidente de trabalho, responsabilidade subsidiária, indenização por danos morais e materiais. Já a maioria das ações cíveis envolve problemas usuais e peculiares do negócio, relativos a pedidos de indenização por inscrição indevida nos órgãos de proteção ao crédito, ações de rescisão de cláusulas de contratos de distribuição e ações de reparação de danos.

Tributárias

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, as provisões para riscos tributários estão demonstradas conforme segue:

Descrição	Controladora e Consolidado			
	2022		2021	
	Contingências	Depósitos Judiciais	Contingências	Depósitos Judiciais
IPI – depósito judicial (a)	6.797	6.797	6.503	6.503
IRPJ – depósito judicial(b)	35.082	35.082	33.210	33.210
IPTU – depósito judicial (c)	3.364	5.133	3.022	4.791
ICMS (d)	14.842	-	14.257	-
Honorários advocatícios de êxito(e)	17.971	-	20.264	-
Contingências indenizáveis (f)	11.503	-	11.503	-
Outros	7.624	2.772	7.685	2.625
	97.183	49.784	96.444	47.129

(a) A Companhia ingressou no ano de 2005, com Mandado de Segurança para afastar a exigência do IPI incidente sobre aeronave arrendada, importada sob o regime de admissão temporária. A Companhia efetuou depósito judicial no montante total do crédito tributário, cuja ação foi julgada improcedente. Atualmente, aguarda-se o julgamento pelo Tribunal Regional Federal da 1ª Região do pedido de levantamento dos valores depositados a maior, já que a aeronave permaneceu menos tempo em território nacional do que o estipulado contratualmente.

(b) A Piraquê ingressou no ano de 2008, com ação ordinária visando o cancelamento da cobrança administrativa de IRPJ, em virtude da limitação de 30% (trinta por cento) do lucro na compensação de prejuízos fiscais (art. 42 da Lei 8.981/1995). Alega-se a ocorrência de prescrição, nos termos do art. 156, V, c/c 174 do Código Tributário Nacional, tendo procedido com o depósito judicial em sua totalidade para suspensão da exigibilidade do crédito tributário. A ação foi julgada parcialmente procedente em 1ª instância, tendo sido cancelado 85,64% do auto de infração. A União Federal interpôs recurso de apelação que foi julgado procedente. A Piraquê interpôs Recurso Especial que não foi admitido, tendo sido apresentado agravo interno, o qual aguarda julgamento no Superior Tribunal de Justiça.

A Piraquê impetrou, no ano de 1992, mandado de segurança visando não ser compelida a adicionar ao lucro líquido, para fins de determinação da base de cálculo do IRPJ relativos aos períodos base mensais encerrados em 31/01/1992 e 28/02/1992, a parcela dos encargos de depreciação, amortização, exaustão, ou de custo de bem baixado a qualquer título, que corresponder à diferença de correção monetária pelo IPC e pelo BTN Fiscal, no ano de 1990, nos termos dos arts. 39 e 41 do Decreto nº 332/91. A Piraquê efetuou o depósito judicial no montante total do débito. O processo aguarda a aplicação do entendimento firmado pelo Supremo Tribunal Federal, no julgamento do Recurso Extraordinário nº 545.796 na sistemática de repercussão geral.

(c) A Companhia ingressou no ano de 2014, com ação declaratória com repetição de indébito visando desconstituir o lançamento tributário referente ao IPTU do ano de 2014 do Grande Moinho Aratu, tendo em vista a majoração do tributo sem respaldo legal. A Companhia efetuou o depósito judicial no montante total do débito. O processo foi julgado procedente em 1ª instância, favorável à Companhia. O estado da Bahia apresentou recurso de apelação, que aguarda julgamento no Tribunal de Justiça daquele Estado.

(d) Valores exigidos pelo Estado do Ceará, relativos a suposto lançamento de crédito a maior de ICMS (deferidos pela Célula de Gestão Fiscal da Substituição Tributária e Comércio Exterior- CESUT) originados da restituição de indébito das operações com farelo de trigo pagas na aquisição de trigo em grão que ocorreram entre a vigência do Protocolo 46/00 e a data da publicação do protocolo 50/06.

- (e) Referem-se aos honorários advocatícios que serão devidos aos advogados que patrocinam as causas, a partir do êxito das ações, e são calculados sobre os respectivos valores envolvidos, com risco de perda possível ou remota. Além disso, avalia-se a fase processual das ações.
- (f) Referem-se a processos tributários da Piraquê, empresa incorporada, de caráter indenizatório, em função da obrigação dos vendedores em devolver ou descontar da parcela retida do preço as contingências que venham a se materializar.

Passivos contingentes – risco de perda possível

Adicionalmente às provisões constituídas, a Companhia possui diversas contingências trabalhistas, cíveis e tributárias em andamento, nas quais figuram no polo passivo e cuja perda, segundo a opinião de consultores jurídicos internos e externos, é possível, totalizando aproximadamente R\$ 1.065.652 (R\$ 1.250.296 em 31 de dezembro de 2021).

Dentre os processos tributários, merecem destaque aqueles relevantes que versam sobre as seguintes matérias: i) subvenção para investimento no montante de R\$ 191.062; ii) crédito outorgado indevido de ICMS, totalizando R\$ 343.960, iii) crédito indevido de ICMS - Margem de Valor Agregado - Protocolo ICMS 46, totalizando R\$ 37.322 e (iv) IPI alíquota zero, no montante de R\$ 153.034.

Quanto aos processos tributários cujas discussões estão relacionadas ao tema “subvenções para Investimento”, explica-se que a Receita Federal do Brasil lavrou autos de infração, para exigência de IRPJ, CSLL, PIS e Cofins, em virtude da redução das bases de cálculos dos referidos tributos pelo não cômputo dos incentivos recebidos pelos Estados nas suas respectivas bases.

Salientamos que a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, após julgamento parcial procedente do processo administrativo nº 10380.009928/2004-18 no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais – CARF extinguiu parte do crédito fiscal, remanescendo a discussão no âmbito judicial.

Ademais, o débito constante no processo nº 10380.723251/2012-34 relativo à subvenção para investimentos foi extinto pelo CARF, remanescendo a discussão quanto à tributação de IRPJ de despesas não necessárias (locação de aeronave). Já o débito exigido no processo nº 10380-730.014/2014-91 foi integralmente cancelado pelo Conselho de Administração de Recursos Fiscais.

No que se refere ao processo nº 10380.009701/2004-72, obtivemos decisão favorável em segunda instância. Sobre essa decisão, a Fazenda Nacional interpôs Recurso Especial, que foi negado provimento. O processo foi encerrado favoravelmente à Companhia.

Quanto ao tema “crédito outorgado indevido de ICMS”, trata-se de seis autos de infração lavrados sob a motivação de que a Companhia não detinha o direito de uso do crédito outorgado concedido pelo Estado de São Paulo, por já ter se beneficiado de outros créditos na entrada dos produtos.

Ressaltamos que o auto de infração nº 4.047.698-4 encerrou, na esfera administrativa, desfavorável à Companhia, remanescendo a discussão no âmbito judicial. No que tange ao auto de infração nº 4.017.564-9, o mesmo encerrou-se favoravelmente à Companhia na esfera administrativa. Os demais autos estão pendentes de julgamento administrativamente

A Companhia recebeu dois autos de infração lavrados em junho de 2022, nos montantes

de R\$ 44.983 e de R\$ 130.185, contra filiais do Estado de São Paulo. Para ambos os autos de infração, a Companhia entrou com defesa administrativa.

Referente ao assunto "ICMS - Margem de Valor Agregado - Protocolo ICMS 46", trata de execução fiscal ajuizada pelo Estado do Piauí para exigência de crédito tributário de ICMS, lançados por meio de cinco autos de infrações, por suposto recolhimento a menor de ICMS do período de maio a dezembro de 2001 e exercícios de 2002, 2003, 2004 e 2005, em virtude da inobservância da Margem de Valor Agregado.

No caso da matéria "IPI Alíquota Zero", são execuções fiscais ajuizadas em razão de a Companhia ter compensado créditos decorrentes de ação judicial. Tal ação judicial questionou a utilização do saldo credor do Imposto sobre Produtos Industrializados – IPI anterior a janeiro de 1999, decorrente da aquisição de insumos (matéria-prima, produto intermediário e material de embalagem), aplicados na industrialização de produtos isentos ou tributados à alíquota zero, com IPI devido na saída de outros produtos, nos termos da Lei nº 9.779/99, sem as limitações da IN/SRFB n 33/99, por ser efeito do Princípio da Não-Cumulatividade.

24. Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

O imposto de renda e a contribuição social, correntes e diferidos, são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social.

A despesa de imposto de renda e contribuição social corrente é calculada com base nas leis e nos normativos tributários promulgados até a data do encerramento do exercício, de acordo com os regulamentos tributários brasileiros. A Administração avalia periodicamente as posições assumidas na declaração de renda com respeito às situações em que a regulamentação tributária aplicável está sujeita à interpretação que possa ser eventualmente divergente e constitui provisões, quando adequado, com base nos valores que espera pagar ao fisco.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos e passivos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos e passivos e seu respectivo valor contábil.

Em setembro de 2021, o Supremo Tribunal Federal (STF), por meio do julgamento do RE 1063187 com repercussão geral reconhecida, definiu que "é inconstitucional a incidência do IRPJ e da CSLL sobre os valores atinentes à taxa Selic recebidos em razão de repetição de indébito tributário".

A União opôs embargos de declaração, objetivando que o STF fixasse um período para que a referida decisão produzisse efeitos. A Corte Superior firmou o entendimento de que somente a partir da data 30/09/2021 não seria mais obrigatório pagar IRPJ e CSLL sobre a SELIC da repetição do indébito tributário, mas ressaltou dessa modulação os Contribuintes que ingressaram com a ação até 17/09/2021, garantindo o direito de buscar o tributo pago indevidamente dos fatos geradores anteriores a setembro de 2021. Como a ação da Companhia foi ajuizada em novembro de 2009, poderá buscar esse indébito.

A Companhia possui ação judicial discutindo o tema de forma mais ampla, com efeitos retroativos a novembro de 2004, pleiteando não somente a não incidência sobre os efeitos decorrentes de juros de mora indexados pela Selic provenientes de restituição/compensação de indébito tributário no âmbito federal, mas também estadual e municipal, não se limitando somente a Selic, bem como os provenientes de atraso de pagamento devido por adquirentes de produtos (clientes), todos caracterizados como ingressos econômicos de juros de mora. A

modulação proposta pelo STF no julgamento dos embargos de declaração não afetou a ação da Companhia.

Em decorrência do posicionamento do STF sobre a matéria e, considerando as informações disponíveis no momento, a Companhia efetuou a mensuração preliminar do valor do crédito tributário sobre juros Selic de tributos federais e reconheceu o montante de R\$ 58.931, acrescido de juros Selic. A administração seguirá com a apuração definitiva desses valores, enquanto avalia os limites de sua ação judicial para reconhecimento integral do crédito.

24.1. Conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social com a aplicação das alíquotas fiscais combinadas

Descrição	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Lucro contábil antes do imposto de renda e da contribuição social [A]	354.181	377.602	351.691	377.152
Alíquota fiscal combinada [B]	34,00%	34,00%	34,00%	34,00%
[A X B] Imposto de renda e contribuição social pela alíquota fiscal combinada	(120.422)	(128.385)	(119.575)	(128.232)
Adições permanentes [C]	(28.895)	(43.663)	(30.118)	(43.671)
Despesas não dedutíveis	(17.620)	(39.190)	(18.252)	(39.198)
Equivalência patrimonial	(11.275)	(4.473)	(11.866)	(4.473)
Exclusões permanentes [D]	277.433	297.455	280.299	297.760
Equivalência patrimonial	3.967	164	4.590	164
Incentivos fiscais estaduais ⁽¹⁾	234.528	182.397	234.629	182.397
Benefício Fiscal - Juros sobre capital próprio	22.864	22.965	22.864	22.965
Outros itens ⁽²⁾	16.074	91.929	18.216	92.234
[A X B+C-D] Imposto de renda e contribuição social no resultado antes da isenção	128.116	125.407	130.606	125.857
Subvenção governamental do imposto de renda [E]	(458)	1.977	(458)	1.977
Imposto de renda e contribuição social no resultado do período pós-isenção [F]	127.658	127.384	130.148	127.834
Imposto de renda e contribuição social correntes	9.774	73.121	9.774	73.065
Imposto de renda e contribuição social diferidos	117.884	54.263	120.374	54.769
[F/A] Alíquota efetiva	-	-	-	-

⁽¹⁾ Vide Nota Explicativa nº 22 que apresenta o detalhamento dos incentivos fiscais estaduais.

⁽²⁾ Em 2021, o valor contempla os créditos decorrentes de trânsito em julgado de ação judicial de IRPJ/CSLL, no montante de R\$ 29.674 (sem atualização) e do posicionamento do STF por meio do julgamento do RE 1063187 com repercussão geral reconhecida de que é inconstitucional a incidência do IRPJ e da CSLL sobre os valores atinentes à taxa Selic recebidos em razão de repetição de indébito tributário (R\$ 53.035).

24.2. Composição do imposto de renda e contribuição social diferidos

Descrição	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Ativo diferido				
Perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa	8.633	5.783	9.366	6.205
Provisão para litígios e demandas judiciais	52.752	50.807	53.057	50.807
Provisão de despesas com logística e verbas contratuais	13.192	17.660	14.376	17.800
Perdas estimadas com créditos de impostos	12.929	13.134	12.929	13.134
Provisão de despesas com honorários advocatícios	11.378	13.385	11.378	13.385
Provisões de PLR e outros eventos	35.252	18.840	35.415	18.840
Provisão para redução do valor recuperável de ativos	222	222	222	222
Provisão para perdas em estoques	6.738	3.094	6.897	4.332
Amortização do balanço a valor justo	15.124	11.387	15.124	11.387
Prejuízo fiscal	270.617	123.512	270.617	123.512
Outras provisões	19.353	16.699	23.874	16.797
Total	446.190	274.523	453.255	276.421
Passivo diferido				
Diferenças de depreciação (taxas fiscais x vida útil)	213.358	187.899	217.082	187.899
Amortização fiscal do ágio pago por rentabilidade futura	232.121	209.625	256.866	209.625
Atualização dos depósitos judiciais	15.649	10.777	15.649	10.777
Ganhos (perdas) em operação com contratos de derivativos	(17.091)	44.113	(16.990)	44.113
Outras provisões (reversões)	18.155	19.364	18.069	19.364
Total	462.192	471.778	490.676	471.778
Passivo diferido líquido	16.002	197.255	37.421	195.357

A Companhia estima recuperar o crédito tributário decorrente de diferenças temporárias no prazo máximo de dez anos, considerando a expectativa de realização das provisões que o geraram.

As estimativas de recuperação dos créditos tributários basearam-se, principalmente, nas expectativas de desfecho dos processos que originaram as provisões para contingências, bem como nos critérios da legislação tributária para dedutibilidade das perdas com créditos de liquidação duvidosa.

Com base no histórico de realizações dos passivos representativos de riscos tributários, trabalhistas e cíveis, dentre outros, e das perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa, o imposto de renda e CSLL diferidos das demonstrações financeiras apresentam a seguinte expectativa de realização:

Ativo de imposto diferido		
Ano de vencimento	Controladora	Consolidado
2024	91.010	95.350
2025	47.851	48.298
2026	44.209	44.646
2027	47.848	48.277
2028 a 2030	215.272	216.684
Total	446.190	453.255

Passivo de imposto diferido		
Ano de vencimento	Controladora	Consolidado
2024	16.634	16.919
2025	26.026	26.399
2026	10.217	10.589
2027	26.021	26.394
2028 a 2030	383.294	410.375
Total	462.192	490.676
Passivo de imposto diferido	16.002	37.421

25. Outros passivos circulantes e não circulantes

Outros passivos	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Provisão para despesas operacionais ⁽¹⁾	98.979	111.777	107.095	113.819
Provisão para honorários advocatícios	15.494	19.104	15.494	19.104
Retenções contratuais	3.117	4.817	3.117	4.817
Adiantamentos de clientes ⁽²⁾	9.213	9.275	29.857	9.275
Dividendos	6	5	6	5
Outros	8.115	4.694	9.554	4.694
Total	134.924	149.672	165.123	151.714
Circulante	116.772	126.209	145.532	126.758
Não circulante	18.152	23.463	19.591	24.956

⁽¹⁾ Refere-se a provisões operacionais da Companhia decorrente principalmente de gastos com prestação de serviço, marketing, logísticas, entre outros; e ⁽²⁾ Refere-se ao recebimento antecipados de clientes, vinculados a venda de produtos no país.

26. Patrimônio líquido

a) Capital social – Controladora

Em 26 de março de 2021, os membros do Conselho de Administração aprovaram o aumento de capital social em R\$ 29.715 sem modificação no número de ações, mediante a capitalização de reservas de incentivos fiscais de redução de imposto de renda relativos ao ano-calendário de 2019, passando o capital social para R\$ 2.597.656, representado por 339.000.000 ações ordinárias.

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia possuía 66.662.942 ações ordinárias em circulação, o que corresponde a 19,66% do total (24,31% em 31 de dezembro de 2021).

O capital social autorizado é de 459.200.000 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, e pode ser aumentado sem reforma estatutária, por deliberação do Conselho de Administração, mediante capitalização de reservas, com ou sem a modificação do número de ações.

b) Reservas

Reserva legal

É constituída anualmente à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social, reduzindo a parcela referente à subvenção para investimentos, nos termos do artigo 193 da lei

nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. Em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021, a reserva legal da Companhia totalizou R\$ 320.874. Não houve base de constituição de reserva legal em ambos os exercícios.

Reserva de incentivos fiscais

É constituída anualmente a partir da parcela do lucro decorrente das subvenções para investimento recebidas pela Companhia, conforme detalhado na Nota Explicativa nº 22. Em 31 de dezembro de 2022, as reservas de incentivos fiscais totalizaram R\$ 2.627.739 (R\$ 2.145.900 em 31 de dezembro de 2021).

Reserva para plano de investimento

É uma reserva prevista no estatuto social da Companhia, constituída a partir da parcela remanescente do lucro, ou seja, do lucro do exercício líquido das reservas de incentivos fiscais, da reserva legal e dos dividendos propostos, salvo deliberação diversa pela assembleia geral. Sua finalidade é o fortalecimento do capital de giro da Companhia e o reinvestimento de recursos gerados internamente. Essa reserva poderá, por deliberação do Conselho de Administração, ser capitalizada, utilizada na absorção de prejuízos ou na distribuição de dividendos aos acionistas. Em 31 de dezembro de 2022 a reserva de plano de investimento totalizou R\$ 1.285.126 (R\$ 1.941.449 em 31 de dezembro de 2021). Essa reserva observará o limite máximo de 95% do capital social.

Segundo o estatuto social da Companhia, o saldo das reservas de lucros, com exceção das reservas de incentivos fiscais, não poderá ultrapassar o capital social. Caso exceda o limite, a assembleia geral irá deliberar sobre a aplicação do excesso, no sentido de aumentar o capital ou distribuir dividendos.

Reserva especial – Lei nº 8.200/1991

A Companhia contabilizou em exercícios anteriores a 1995 a correção monetária especial prevista no artigo 2º da lei nº 8.200/1991 sobre bens do ativo permanente. Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 a reserva especial totalizava R\$ 16.529.

Ações em tesouraria

Em reunião do Conselho de Administração realizada no dia 06 de agosto de 2021, foi aprovado, pela Companhia, o programa de aquisição de ações de sua própria emissão com o propósito de atender ao programa de incentivo de longo prazo com ações restritas, conforme detalhado na Nota Explicativa nº 26, e maximizar a geração de valor para os acionistas, na quantidade máxima de 6.289.075 ações ordinárias. As operações de compra de ações serão suportadas pelo montante global das reservas de lucro e de capitais disponíveis, com a exclusão da reserva legal, da reserva de lucros a realizar, da reserva especial de dividendo não distribuído e da reserva de incentivos fiscais, conforme aplicável.

A liquidação das operações de compra de ações poderá ser realizada no prazo máximo de 18 (dezoito) meses, encerrando-se em 09 de fevereiro de 2023.

Ao longo de 2022 foram entregues 147.435 para atender ao plano de remuneração baseado em ações, conforme destacado na nota explicativa nº 27. A última transação de compra foi efetuada em março de 2022.

Em 31 de dezembro de 2022, a quantidade de ações em tesouraria adquirida pela Companhia totalizava 2.819.146 ações (1.346.581 em 31 de dezembro de 2021), com preço médio de R\$

28,77 (R\$ 36,19 em 31 de dezembro de 2021) por unidade de ação, sendo os preços mínimos e máximos de R\$ 20,75 e R\$ 42,13 (R\$ 26,44 e R\$ 42,13 em 31 de dezembro de 2021), respectivamente, totalizando o montante de R\$ 81.096 (R\$ 48.738 em 31 de dezembro de 2021).

c) Remuneração dos acionistas

O estatuto social da Companhia determina a distribuição de um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do art. 202 da lei nº 6.404/1976, bem como a possibilidade de crédito aos acionistas na forma de juros sobre o capital próprio, com observância dos limites previstos em lei. O montante dos juros sobre o capital próprio deverá ser sempre imputado ao dividendo obrigatório.

Adicionalmente, a Companhia também aprovou, em reunião do Conselho de Administração realizada no dia 18 de dezembro de 2020, uma política de remuneração aos acionistas no qual prevê, a partir de 01 de janeiro de 2021, a adoção de percentual alvo de 60% do lucro líquido ajustado relativo ao período de referência, uma frequência de cinco pagamentos anuais, sendo quatro pagamentos trimestrais com valor fixado de R\$ 0,05 (cinco centavos de real) por ação a cada trimestre, e um pagamento anual referente ao valor residual após aprovação pela Assembleia Geral que deliberará sobre as informações financeiras do exercício em referência. O Conselho da Administração, extraordinariamente, poderá deliberar distribuições abaixo do objetivo definido, considerando a conjuntura macroeconômica, as condições econômico-financeiras da Companhia e a situação dos mercados em que atua. A nova política de remuneração também foi aprovada na mesma Assembleia Geral Ordinária supracitada.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a Companhia não registrou base de distribuição de dividendos, conforme demonstrativo a seguir. No entanto, distribuiu o montante de R\$ 655.484 (R\$ 67.544 em 31 de dezembro de 2021) a título de juros sobre capital próprio à conta de reservas para planos de investimento.

A seguir, apresenta-se o demonstrativo do cálculo dos dividendos:

Descrição	2022	2021
Lucro líquido do exercício ⁽¹⁾	481.839	504.986
(-) Reserva legal (5%)	-	-
(-) Reserva de incentivos fiscais estaduais	(482.297)	(503.009)
(-) Reserva de incentivos fiscais federais	458	(1.977)
(=) Base de cálculo para os dividendos mínimos	-	-
Dividendos mínimos obrigatórios (25%)	-	-
Valor excedente ao dividendo mínimo obrigatório	-	-
Remuneração bruta – juros sobre o capital próprio	655.484	67.544
(-) IRRF sobre os juros sobre o capital próprio	(30.434)	(3.375)
Remuneração aos acionistas, líquida de IRRF	625.050	64.169
Percentual da remuneração sobre a base de cálculo	-	-
Quantidade média de ações – mil (ex-ações em tesouraria)	339.000	339.000
Dividendos pagos por ação aos acionistas pessoas jurídicas, dispensados de IRRF	1.9336	0,1992
Dividendos pagos por ação aos acionistas pessoas físicas, líquidos de IRRF	1,8438	0,1893

⁽¹⁾ Apurado conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Na reunião do Conselho de Administração realizada no dia 04 de fevereiro de 2022, foi aprovada a distribuição extraordinária de Juros sobre o Capital Próprio – JSCP, de exercício anterior ao de 2022, no valor bruto total de R\$ 588.235. O crédito foi efetuado no dia 16 de

fevereiro de 2022, com base nas posições acionárias existentes no fechamento do pregão da B3 do dia 09 de fevereiro de 2022 e o pagamento aos acionistas ocorreu no dia 18 de fevereiro de 2022.

d) Ajuste de avaliação patrimonial

A Companhia reconhece nesta rubrica o efeito das variações positivas e negativas no resultado em operações de hedge de fluxo de caixa (ver Nota Explicativa nº 18).

e) Ajustes acumulados de conversão

Os ajustes acumulados de conversão estão representados por variações cambiais de investimentos no exterior.

27. Plano de remuneração baseado em ações

A Companhia possui plano de remuneração baseado em ações com o objetivo de permitir que os participantes elegíveis adquiram ações com vistas a: (a) criar o senso de propriedade, promovendo o comportamento de “dono do negócio”, intensificando e fortalecendo o elo entre a Companhia e os executivos; (b) estimular a obtenção de patamares elevados e sustentáveis de performance no curto e longo prazo; (c) promover o desenvolvimento da liderança estratégica; (d) viabilizar a existência de um modelo de recompensa “ganha-ganha” baseado no retorno gerado para os acionistas; e, (e) assegurar a competitividade do pacote de remuneração total e a retenção dos principais líderes estratégicos.

Trata-se de um programa de incentivo de longo prazo com outorga de ações restritas, cujo primeiro plano foi aprovado 13 de abril de 2017, inicialmente previsto para executivos no nível de diretor não estatutário, e que foi alterado para contemplar executivos no nível de diretor estatutário celetista nomeados a partir de 2019, conforme deliberação em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 27 de dezembro de 2019. O segundo plano foi aprovado em 30 de abril de 2021, passando a contemplar também até 20% dos executivos do nível gerencial.

As outorgas das ações são realizadas anualmente, por um período de 04 (quatro) anos de vigência do plano, sempre no mês de maio, formalizadas por meio de termo de adesão ao plano entre a Companhia e os beneficiários.

Conforme plano aprovado em abril de 2021, as ações concedidas não poderão exceder a 1,0% da quantidade total de ações ao longo do período de vigência (de maio/21 a abril/2025). Para cada concessão anual haverá carência de três anos e, ao final desse período, se atendidos os critérios de performance, haverá a transferência da posse das ações para o executivo. Nesse modelo, não há desembolso financeiro por parte do executivo.

Em maio de 2021, no âmbito do segundo programa de incentivo de longo prazo, foram firmados termos de adesão ao plano, onde foram concedidas 518.687 ações restritas distribuídas entre 61 executivos, com direito de tornarem-se titulares das ações em abril/2024. Nesta mesma data, foram transferidas o correspondente a 93.831 ações restritas concedidas no ano de 2018, após atender aos critérios de performance.

Em maio de 2022, foram concedidas 611.721 ações restritas distribuídas entre 39 executivos, com direito de tornarem-se titulares das ações em abril/2025. Nesta mesma data, foram transferidas 145.687 ações restritas concedidas no ano de 2019, após atender aos critérios de performance.

As variações na quantidade de ações restritas estão evidenciadas a seguir:

Descrição	Nº de ações restritas
Saldo em 31 de dezembro de 2020	576.892
Ações outorgadas	518.687
Ações transferidas	(139.479)
Outorgas canceladas	(55.642)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	900.458
Ações outorgadas	621.688
Ações transferidas	(203.369)
Outorgas canceladas	(54.875)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	1.263.902

As ações restritas são mensuradas pelo valor justo na data de concessão das outorgas e são reconhecidas como despesa, ao longo do período em que o direito é adquirido, em contrapartida ao patrimônio líquido, como opções outorgadas.

A despesa referente ao valor justo das ações restritas, reconhecida no exercício findo em 31 de dezembro de 2022, de acordo com o prazo transcorrido para aquisição do direito das ações restritas, foi de R\$ 11.010 (R\$ 9.643 em 31 de dezembro de 2021).

28. Receita operacional líquida

Descrição	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Receita bruta	12.195.128	9.491.905	12.301.036	9.499.893
Mercado interno	11.994.626	9.282.997	12.083.433	9.290.985
Mercado externo	200.502	208.908	217.603	208.908
Deduções	(2.131.546)	(1.683.001)	(2.171.831)	(1.685.847)
Devoluções, descontos e cancelamentos	(745.028)	(619.286)	(767.659)	(620.478)
Impostos incidentes sobre vendas	(1.386.518)	(1.063.715)	(1.404.172)	(1.065.369)
Receita líquida	10.063.582	7.808.904	10.129.205	7.814.046

A receita líquida por linha de produto da Companhia, em 31 de dezembro de 2022 e 2021 é apresentada a seguir:

Descrição	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Biscoitos	5.137.830	3.960.452	5.137.830	3.960.452
Massas	2.104.124	1.713.474	2.104.124	1.713.474
Farinha e farelo	1.861.494	1.425.557	1.861.494	1.425.557
Margarina e gordura	681.188	545.753	681.188	545.753
Outras linhas de produtos ⁽¹⁾	278.946	163.668	344.569	168.810
Receita líquida	10.063.582	7.808.904	10.129.205	7.814.046

⁽¹⁾ Referem-se às outras linhas de produtos: bolos, snacks, mistura para bolos, refrescos, torradas, produtos saudáveis, molhos e temperos.

29. Resultado por natureza

A Companhia optou por apresentar a demonstração do resultado por função, e mostra a seguir o detalhamento do custo dos produtos vendidos e despesas por natureza consideradas relevantes:

Descrição	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Custo dos produtos vendidos				
Matéria-prima	(5.558.531)	(4.170.793)	(5.582.113)	(4.171.521)
- Trigo	(3.568.342)	(2.630.875)	(3.568.296)	(2.630.745)
- Óleo	(1.196.810)	(899.472)	(1.196.810)	(899.472)
- Açúcar	(278.174)	(225.197)	(278.174)	(225.197)
- Farinha de terceiros	(8.025)	(7.471)	(8.025)	(7.471)
- Gordura de terceiros	(203)	(1.680)	(203)	(1.680)
- Outros	(506.977)	(406.098)	(530.605)	(406.956)
Embalagens	(646.486)	(530.115)	(649.754)	(530.471)
Mão de obra	(720.014)	(645.779)	(723.690)	(645.970)
Gastos gerais de fabricação ⁽¹⁾	(614.661)	(513.611)	(617.661)	(514.036)
Depreciação e amortização	(183.027)	(184.450)	(183.652)	(184.506)
Custo das mercadorias revendidas	(62.592)	-	(59.775)	(1.507)
Total	(7.785.311)	(6.044.748)	(7.816.645)	(6.048.011)
Despesas com vendas				
Despesas com marketing e vendas	(663.639)	(527.759)	(690.623)	(528.797)
Despesas com salários e benefícios a empregados	(485.698)	(436.829)	(492.146)	(437.089)
Despesas com fretes	(554.821)	(434.431)	(567.130)	(435.051)
Despesas de depreciação e amortização	(77.614)	(62.216)	(77.754)	(62.216)
Total	(1.781.772)	(1.461.235)	(1.827.653)	(1.463.153)
Despesas administrativas e gerais				
Despesas com salários e benefícios a empregados	(168.812)	(154.144)	(173.086)	(154.559)
Serviços de terceiros	(63.956)	(54.518)	(66.284)	(54.905)
Despesa com tecnologia	(21.577)	(17.030)	(22.270)	(17.159)
Outras despesas administrativas	(24.897)	(15.911)	(26.097)	(16.221)
Doações	(19.749)	(27.071)	(19.758)	(27.073)
Despesas de depreciação e amortização	(39.326)	(36.050)	(51.036)	(36.107)
Total	(338.317)	(304.724)	(358.531)	(306.024)
Outras receitas (despesas), líquidas ⁽²⁾				
Despesas tributárias	(31.838)	(30.620)	(32.839)	(30.770)
Depreciação e amortização	(4.807)	(4.079)	(4.807)	(4.079)
Outras receitas (despesas)	(77.778)	9.951	(80.367)	10.351
Total	(114.423)	(24.748)	(118.013)	(24.498)

⁽¹⁾ Refere-se à força motriz, manutenção e outros custos; ⁽²⁾ Vide Nota Explicativa nº 30.

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia registrou aumento do custo das matérias-primas em relação ao exercício anterior, face ao crescimento do custo das principais commodities, com aumentos de 35,1%, 29,4% e 20,2% no custo médio do trigo, do óleo e do açúcar, respectivamente.

30. Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas

A seguir são apresentadas as outras (receitas) e despesas operacionais:

Descrição	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Outras receitas operacionais				
Receita de venda de avarias, varreduras, sucatas e insumos ⁽¹⁾	43.420	37.933	43.644	37.934
Receita de vendas de bens do imobilizado	2.372	2.645	2.372	2.667
Subvenções para investimentos - FUNDOPEM	3.776	5.760	3.776	5.760
Reversões de provisões operacionais	-	3.206	-	3.206
Recuperação de despesas ⁽²⁾	11.105	28.725	11.759	29.244
Crédito extemporâneo - PIS/Cofins ⁽³⁾	31.103	81.211	31.103	81.211
Crédito extemporâneo - ICMS	3.066	7.390	3.066	7.390
Crédito extemporâneo - INSS s/ faturamento ⁽³⁾	-	11.597	-	11.597
Crédito extemporâneo- Restituição de Indébitos	4.854	5.421	4.854	5.421
Ressarcimento de mercadoria sinistrada	3.364	2.456	3.364	2.456
Receita de venda de energia elétrica	4.151	2.375	4.151	2.375
Reversão de parcela contingente do preço de aquisição de empresa	8.848	-	8.848	-
Outras ⁽⁴⁾	15.118	4.042	16.730	4.042
	131.177	192.761	133.667	193.303
Outras despesas operacionais				
Provisões para riscos cíveis, trabalhistas, tributários e honorários de êxito	(29.553)	(37.351)	(29.534)	(37.351)
Custo da venda dos bens do ativo imobilizado	(1.481)	(1.226)	(1.503)	(1.354)
Auto de infração no Inmetro	(4.741)	(3.282)	(4.741)	(3.282)
Provisões (reversões) estimadas ou realizadas em estoques	(36.862)	(30.903)	(40.021)	(30.903)
Fundo estadual de equilíbrio fiscal	(24.188)	(25.197)	(24.188)	(25.197)
Custo da venda de avarias, varreduras, sucatas e insumos	(56.615)	(44.008)	(56.771)	(44.008)
Gastos com reestruturação	(5.659)	(12.708)	(5.659)	(12.708)
Custo da venda de energia elétrica	(7.200)	(1.955)	(7.200)	(1.955)
Despesas tributárias	(31.838)	(30.620)	(32.839)	(30.770)
Despesas com depreciação e amortização	(4.807)	(4.079)	(4.807)	(4.079)
Provisão para redução do valor recuperável de ativos	-	(852)	-	(852)
Débito extemporâneo - ICMS	(3.196)	(10.295)	(3.196)	(10.295)
Outras ⁽⁵⁾	(39.460)	(15.033)	(41.221)	(15.047)
	(245.600)	(217.509)	(251.680)	(217.801)
Total	(114.423)	(24.748)	(118.013)	(24.498)

⁽¹⁾ Refere-se principalmente a venda de ácido graxo; ⁽²⁾ Em 2021, refere-se à recuperação de despesas isentas de PIS e Cofins, reembolso de créditos tributários e recuperação de contingências indenizáveis; ⁽³⁾ Vide Nota Explicativa nº 9; ⁽⁴⁾ Em 2022, refere-se, principalmente, ao ganho por aquisição de participação societária; ⁽⁵⁾ Em 2022, destaque para gastos no processo de encerramento das operações com operador logístico, no montante de R\$ 20.000.

31. Lucro por ação

O lucro por ação básico é calculado com base no lucro atribuível aos acionistas da Companhia, e na quantidade proporcional média ponderada de ações em circulação durante o exercício.

O lucro por ação diluído das opções de ações é calculado com base no lucro atribuível aos acionistas da Companhia, e na quantidade média ponderada ajustada de ações em circulação, para presumir a conversão de todas as ações potenciais diluídas, conforme segue:

Descrição	Controladora e Consolidado	
	2022	2021
Lucro líquido do exercício	481.839	504.986
Média ponderada de quantidade de ações ordinárias (a)	339.000	339.000
Lucro básico por ação (R\$)	1.42135	1.48963
Ajuste por ações restritas (b)	1.100	782
Ações em tesouraria (c)	(2.819)	(1.347)
Média ponderada de quantidade de ações ordinárias para cálculo do lucro diluído por ação (a + b + c)	337.281	338.435
Lucro diluído por ação (R\$)	1.42860	1.49212

32. Informações adicionais aos fluxos de caixa

As transações de investimento e financiamento que não envolvem o uso de caixa ou equivalentes de caixa estão assim evidenciadas:

a) Conciliação da movimentação patrimonial com a demonstração dos fluxos de caixa decorrentes das atividades de financiamentos

Controladora

Detalhamento da movimentação	Passivos					Patrimônio líquido	Total
	Financiamentos com instituições financeiras	Financiamentos de impostos	Debêntures	Arrendamentos	Dividendos	(-) Ações em tesouraria	
Saldo em 31 de dezembro de 2021	663.563	17.012	811.709	245.794	5	(48.738)	1.689.345
<u>Alterações que envolvem caixa</u>							
Dividendos e juros sobre capital próprio pagos	-	-	-	-	(655.483)	-	(655.483)
Financiamentos tomados	426.970	-	-	-	-	-	426.970
Aquisição de ações de emissão da própria companhia	-	-	-	-	-	(36.597)	(36.597)
Pagamentos de financiamentos	(66.757)	(2.782)	-	-	-	-	(69.539)
Pagamentos de arrendamento	-	-	-	(65.382)	-	-	(65.382)
Total fluxos de caixa de financiamento	360.213	(2.782)	-	(65.382)	(655.483)	(36.597)	(400.031)
Juros e variações cambiais pagos	(15.798)	(438)	(36.294)	(27.239)	-	-	(79.769)
<u>Alterações que não envolvem caixa</u>							
Variações monetárias e cambiais	(31.167)	-	54.356	-	-	-	23.189
Variação do valor justo	1.386	-	(22.927)	-	-	-	(21.541)
Novos arrendamentos/baixas	-	-	-	149.836	-	-	149.836
Juros, comissões e impostos	24.352	1.138	36.373	27.059	-	-	88.922
Incentivos fiscais	-	11.839	-	-	-	-	11.839
Dividendos e juros sobre capital próprio	-	-	-	-	655.484	-	655.484
Transferência de ações de incentivo longo prazo	-	-	-	-	-	4.239	4.239
Amortização do custo de transação	-	-	5.064	-	-	-	5.064
Saldo em 31 de dezembro de 2022	1.002.549	26.769	848.281	330.068	6	(81.096)	2.126.577

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**



Detalhamento da movimentação	Passivos					Patrimônio líquido	Total
	Financiamentos com instituições financeiras	Financiamentos de impostos	Debêntures	Arrendamentos	Dividendos	(-) Ações em tesouraria	
Saldo em 31 de dezembro de 2020	1.362.159	9.893	-	194.990	58.978	(39.576)	1.586.444
Alterações que envolvem caixa							
Dividendos e juros sobre capital próprios pagos	-	-	-	-	(222.087)	-	(222.087)
Financiamentos tomados	-	9.999	811.644	-	-	-	821.643
Aquisições de ações de emissão da própria companhia	-	-	-	-	-	(12.850)	(12.850)
Pagamentos de financiamentos	(710.166)	(2.909)	(42.910)	-	-	-	(755.985)
Pagamentos de arrendamento	-	-	-	(42.324)	-	-	(42.324)
Total fluxos de caixa de financiamento	(710.166)	7.090	768.734	(42.324)	(222.087)	(12.850)	(211.603)
Juros e variações cambiais pagos	(87.576)	(475)	(16.147)	(19.620)	-	-	(123.818)
Alterações que não envolvem caixa							
Variações monetárias e cambiais	68.018	-	67.007	-	-	-	135.025
Variação do valor justo	-	-	(35.399)	-	-	-	(35.399)
Novos arrendamentos	-	-	-	92.496	-	-	92.496
Juros, comissões e impostos	31.128	504	27.514	20.252	-	-	79.398
Dividendos e juros sobre capital próprio	-	-	-	-	163.114	-	163.114
Transferência de ações de incentivo longo prazo	-	-	-	-	-	3.688	3.688
Saldo em 31 de dezembro de 2021	663.563	17.012	811.709	245.794	5	(48.738)	1.689.345

Consolidado

Detalhamento da movimentação	Passivos					Patrimônio líquido	Total
	Financiamentos com instituições financeiras	Financiamentos de impostos	Debêntures	Arrendamentos	Dividendos	(-) Ações em tesouraria	
Saldo em 31 de dezembro de 2021	681.738	17.012	811.709	245.794	5	(48.738)	1.707.520
Alterações que envolvem caixa							
Dividendos e juros sobre capital próprio pagos	-	-	-	-	(655.483)	-	(655.483)
Financiamentos tomados	430.094	-	-	-	-	-	430.094
Aquisição de ações de emissão da própria companhia	-	-	-	-	-	(36.597)	(36.597)
Pagamentos de financiamentos	(82.548)	(2.782)	-	-	-	-	(85.330)
Pagamentos de arrendamento	-	-	-	(66.135)	-	-	(66.135)
Total fluxos de caixa de financiamento	347.546	(2.782)	-	(66.135)	(655.483)	(36.597)	(413.451)
Juros e variações cambiais pagos	(16.184)	(438)	(36.294)	(27.240)	-	-	(80.156)
Alterações que não envolvem caixa							
Combinação de negócios-Jasmine	-	-	-	1.020	-	-	1.020
Combinação de negócios-Las Acacias	16.735	-	-	-	-	-	16.735
Variações monetárias e cambiais	(31.307)	-	54.356	-	-	-	23.049
Variação do valor justo	1.386	-	(22.927)	-	-	-	(21.541)
Novos arrendamentos/baixas	-	-	-	151.319	-	-	151.319
Juros, comissões e impostos	24.677	1.138	36.373	27.159	-	-	89.347
Incentivos fiscais	-	11.839	-	-	-	-	11.839
Dividendos e juros sobre capital próprio	-	-	-	-	655.484	-	655.484
Transferência de ações de incentivo longo prazo	-	-	-	-	-	4.239	4.239
Amortização do custo de transação	-	-	5.064	-	-	-	5.064
Saldo em 31 de dezembro de 2022	1.024.591	26.769	848.281	331.917	6	(81.096)	2.150.468

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**



Detalhamento da movimentação	Passivos					Patrimônio líquido	Total
	Financiamentos com instituições financeiras	Financiamentos de impostos	Debêntures	Arrendamentos	Dividendos	(-) Ações em tesouraria	
Saldo em 31 de dezembro de 2020	1.362.159	9.893	-	194.990	58.978	(39.576)	1.586.444
Alterações que envolvem caixa							
Dividendos e juros sobre capital próprios pagos	-	-	-	-	(222.087)	-	(222.087)
Financiamentos tomados	2	9.999	811.644	-	-	-	821.645
Aquisições de ações de emissão da própria companhia	-	-	-	-	-	(12.850)	(12.850)
Pagamentos de financiamentos	(717.450)	(2.909)	(42.910)	-	-	-	(763.269)
Pagamentos de arrendamento	-	-	-	(42.324)	-	-	(42.324)
Total fluxos de caixa de financiamento	(717.448)	7.090	768.734	(42.324)	(222.087)	(12.850)	(218.885)
Juros e variações cambiais pagos	(87.989)	(475)	(16.147)	(19.620)	-	-	(124.231)
Alterações que não envolvem caixa							
Combinação de negócios – Latinex	25.554	-	-	-	-	-	25.554
Variações monetárias e cambiais	67.989	-	67.007	-	-	-	134.996
Variação do valor justo	-	-	(35.399)	-	-	-	(35.399)
Novos arrendamentos	-	-	-	92.496	-	-	92.496
Juros, comissões e impostos	31.473	504	27.514	20.252	-	-	79.743
Dividendos e juros sobre capital próprio	-	-	-	-	163.114	-	163.114
Transferência de ações de incentivo longo prazo	-	-	-	-	-	3.688	3.688
Saldo em 31 de dezembro de 2021	681.738	17.012	811.709	245.794	5	(48.738)	1.707.520

b) Atividades de investimento

Em relação às atividades de investimento, a aquisição de imobilizado e intangível pela assunção do respectivo passivo totaliza o montante de R\$ 55.701 em 31 de dezembro de 2022 (R\$ 34.905 em 31 de dezembro de 2021).

33. Eventos subsequentes

Julgamento temas 881 e 885 pelo Supremo Tribunal Federal:

Em 08 de fevereiro de 2023, o Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu, por unanimidade, o limite da coisa julgada em matéria tributária (Temas 881 e 885), na hipótese de o contribuinte ter em seu favor decisão transitada em julgado que afaste a cobrança do tributo recolhido de forma continuada e, em momento posterior, o Supremo declare legítima a cobrança.

A Companhia, em conjunto com seus assessores jurídicos internos e externos, avaliou o tema e os possíveis impactos dessa decisão e concluiu, neste momento, dentre os processos tributários por ela conduzidos, que não há impacto relevante pelo julgamento em questão.

Aguarda-se, contudo, a disponibilização do inteiro teor dos acórdãos para avaliar se há demais circunstâncias que possam ensejar eventual impacto nas suas demonstrações financeiras.

Juros sobre capital próprio

Na reunião do Conselho de Administração realizada no dia 10 de fevereiro de 2023, a Companhia aprovou as distribuições intercalares trimestrais de juros sobre capital próprio – JSCP. Os valores a serem pagos aos acionistas inscritos nos registros da Sociedade nas datas de direito abaixo mencionadas serão de R\$ 0,0500 por ação, que, líquidos do imposto de renda na fonte de 15%

(quinze por cento), corresponderão a R\$ 0,0425 por ação, exceto para os acionistas pessoas jurídicas que estejam dispensados da referida tributação, que receberão pelo valor declarado. Os JSCP deverão ser imputados ao dividendo mínimo obrigatório relativo ao exercício social de 2023, nos termos do parágrafo 3º do artigo 24 do Estatuto Social da Companhia.

Francisco Ivens de Sá Dias Branco Júnior
Presidente

Maria das Graças Dias Branco da Escóssia
Vice-Presidente Financeira

Maria Regina Saraiva Leão Dias Branco
Vice-Presidente de Administração e Desenvolvimento

Francisco Cláudio Saraiva Leão Dias Branco
Vice-Presidente Industrial - Moinhos

Gustavo Lopes Theodozio
Vice-Presidente de Investimentos e Controladoria

Rômulo Ruberti Calmon Dantas
Vice-Presidente Comercial

Daniel Mota Gutierrez
Vice-Presidente Jurídico, de Governança, Riscos e Compliance

Adil Dallago Filho
Vice-Presidente de *Supply Chain*

Magali Carvalho Façanha
Contadora CRC - CE 12410/O-6

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Declaramos, na qualidade de diretores da M. Dias Branco S.A. Indústria e Comércio de Alimentos, sociedade por ações com sede no Município de Eusébio, Estado do Ceará, na Rodovia BR 116 KM 18, s/n, Jabuti, CEP 61760-000, inscrita no CNPJ sob o n.º 07.206.816/0001-15, que revimos, discutimos e aprovamos as demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

Eusébio, 17 de março de 2023.

Francisco Ivens de Sá Dias Branco Júnior
Presidente

Maria das Graças Dias Branco da Escóssia
Vice-Presidente Financeira

Maria Regina Saraiva Leão Dias Branco
Vice-Presidente de Administração e Desenvolvimento

Francisco Cláudio Saraiva Leão Dias Branco
Vice-Presidente Industrial – Moinhos

Gustavo Lopes Theodozio
Vice-Presidente de Investimentos e Controladoria

Rômulo Ruberti Calmon Dantas
Vice-Presidente Comercial

Daniel Mota Gutierrez
Vice-Presidente Jurídico, de Governança, Riscos e Compliance

Adil Dallago Filho
Vice-Presidente de *Supply Chain*

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Parecer dos Auditores Independentes

Declaramos, na qualidade de diretores da M. Dias Branco S.A. Indústria e Comércio de Alimentos, sociedade por ações com sede no Município de Eusébio, Estado do Ceará, na Rodovia BR 116 KM 18, s/n, Jabuti, CEP 61760-000, inscrita no CNPJ sob o n.º 07.206.816/0001-15, que revimos, discutimos e concordamos com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

Eusébio, 17 de março de 2023.

Francisco Ivens de Sá Dias Branco Júnior
Presidente

Maria das Graças Dias Branco da Escóssia
Vice-Presidente Financeira

Maria Regina Saraiva Leão Dias Branco
Vice-Presidente de Administração e Desenvolvimento

Francisco Cláudio Saraiva Leão Dias Branco
Vice-Presidente Industrial – Moinhos

Gustavo Lopes Theodozio
Vice-Presidente de Investimentos e Controladoria

Rômulo Ruberti Calmon Dantas
Vice-Presidente Comercial

Daniel Mota Gutierrez
Vice-Presidente Jurídico, de Governança, Riscos e *Compliance*

Adil Dallago Filho
Vice-Presidente de *Supply Chain*

Relatório do Comitê de Auditoria

Os membros do Comitê de Auditoria da M. Dias Branco S.A Indústria e Comércio de Alimentos ("Companhia"), no exercício de suas atribuições, conforme previsto no Regimento Interno e na Resolução 80/22 da CVM, analisaram a qualidade e a integridade das demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, acompanhadas do relatório dos auditores independentes emitido nesta data e, considerando as informações prestadas pela Administração da Companhia e os trabalhos executados pela auditoria interna e pela KPMG, por unanimidade, recomendaram a aprovação dos documentos pelo Conselho de Administração da Companhia, nos termos da Lei de Sociedade por Ações.

Eusébio, 17 de março de 2023.

Elionor Farah Jreige Weffort
Coordenadora do Comitê

Guilherme Affonso Ferreira
Membro do Comitê

Adrian Lima da Hora
Membro do Comitê